

CASA DE OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

THATIANE HELOISE SOARES DE MORAES

A IMPORTÂNCIA DO USO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA SAÚDE: DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO
PARA O PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ, ANTIGO
HOSPÍCIO PEDRO II

Rio de Janeiro

2019

THATIANE HELOISE SOARES DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DO USO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA SAÚDE: DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO
PARA O PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ, ANTIGO
HOSPÍCIO PEDRO II**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Sônia Aparecida Nogueira

Rio de Janeiro

2019

THATIANE HELOISE SOARES DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DO USO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA SAÚDE: DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO
PARA O PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ, ANTIGO
HOSPÍCIO PEDRO II**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sônia Aparecida Nogueira (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)
Orientadora

Prof. Dr. Cyro Illídio Correa de Oliveira Lyra (Doutor em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro honorário do *International Council on Monuments and Sites - ICOMOS*)

Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Inês El-Jaick Andrade (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dra. Andrea de Lacerda Pessôa Borde (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Rio de Janeiro

2019

Ficha Catalográfica

M827i Moraes, Thatiane Heloise Soares de.

A importância do uso na preservação do patrimônio cultural da saúde :
diretrizes de uso e ocupação para o Palácio Universitário da UFRJ, antigo
Hospício Pedro II / Thatiane Heloise Soares de Moraes. – Rio de Janeiro :
Fiocruz – COC, 2019.

117 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural
das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo
Cruz, 2019.

Bibliografia: 114-117f.

1. Arquitetura de Instituições de Saúde. 2. Patrimônio Cultural. 3.
Conservação. 4. Bens Patrimoniais.

CDD 725.5

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

*Àos meus irmãos Thalita e Thaian,
com todo meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por estar ao meu lado na conquista dos meus sonhos.

À Fiocruz, por desenvolver este trabalho tão importante, voltado à preservação da nossa história, cultura e arquitetura e por ter proporcionado dois anos de pleno aprendizado.

Aos meus pais, José Francisco e Penha, por trilharem meu caminho e dos meus irmãos sempre com muito amor; aos meus queridos irmãos Thaian e Thalita (*in memorium*), pelo incentivo e apoio; meus avós e tios, por acompanharem meus passos desde pequena; e à Pitty, minha melhor amiga.

Ao meu namorado Alex Freire, pelo carinho e compreensão por todo este tempo que estive ao meu lado.

Ao professor e coordenador Renato Gama-Rosa Costa, por nos trazer um novo olhar para a arquitetura e por fazer todas as aulas serem especiais;

À professora e orientadora Sônia Nogueira, por acreditar no potencial deste trabalho, pela compreensão, apoio e contribuições dispensadas à esta pesquisa,

Ao grande profissional e professor Cyro Lyra, por aceitar o convite para compor a minha banca de avaliação, e enriquecer com seu conhecimento esta dissertação.

A todos os professores do Programa que buscaram transmitir todo o conhecimento necessário e possível, capazes de embasar e colaborar com o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu amigo e chefe Manoel Garcia e à Construtora Biapó, por me proporcionarem a experiência na restauração do patrimônio cultural arquitetônico e me presentear com a restauração do Palácio Universitário.

Ao engenheiro civil Walter Vilhena, pelos grandes ensinamentos nas obras de restauração e amizade.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, pelo companheirismo, acolhimento e amizade.

Ao amigo Renato Alves, arquiteto na Universidade Federal do Rio de Janeiro, grande incentivador do meu ingresso neste mestrado.

A todos meus amigos, que entenderam a minha ausência, e que mesmo distante, me enviaram mensagens de apoio e carinho.

*“Um maluco vendo-me passar com um livro
debaixo do braço, quando ia para o refeitório,
disse: - Isto aqui está virando colégio”*

Lima Barreto, Diário do Hospício, 1920.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo elaborar diretrizes de uso e ocupação referentes à uma proposta de intervenção para o Palácio Universitário, antigo Hospício Pedro II, um exemplar neoclássico de grande relevância histórica e arquitetônica para o campo do patrimônio cultural da saúde e para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado no campus da Praia Vermelha, na Urca-RJ. Pretende-se, a partir de um estudo sobre a questão da relevância do uso no âmbito da preservação do patrimônio histórico arquitetônico, oferecer subsídios para a formulação do Plano Diretor desta edificação, e possível revisão das diretivas do Plano Diretor da UFRJ/2020. Tais diretrizes devem respeitar as características físicas e limitações deste bem tombado, seus valores culturais, autenticidade e integridade, e estar pautada em conceitos e fundamentos da teoria contemporânea da conservação de bens culturais, documentos normativos internacionais e, sobretudo, por princípios éticos.

Palavras chave: Patrimônio cultural da saúde; Palácio Universitário; Plano Diretor; Reuso.

ABSTRACT

This research aims to develop guidelines for use and occupation related to an intervention proposal for the *Palácio Universitário*, former Hospice Pedro II, a neoclassical specimen of great historical and architectural relevance for the field of cultural heritage of health and for the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), located on the campus of Praia Vermelha, Urca-RJ. It is intended, based on a study on the issue of the relevance of use in the preservation of architectural historical heritage, to offer subsidies for the formulation of the Master Plan of this building, and possible revision of the directives of the UFRJ/2020 Master Plan. Such guidelines must respect the physical characteristics and limitations of this well-listed, its cultural values, authenticity and integrity, and be based on concepts and foundations of contemporary theory of conservation of cultural goods, international normative documents and, above all, ethical principles.

Keywords: Health Cultural Heritage; *Palácio Universitário*; Master Plan; Reuse.

LISTA DE SIGLAS

CECI – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

CONSUNI – CONSELHO UNIVERSITÁRIO

DIPRIT – DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS

DPHAN – DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ETU – ESCRITÓRIO TÉCNICO UNIVERSITÁRIO

ICCROM - INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION

ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL AND RESTORATION OF CULTURAL
PROPERTY

REUNI – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1. HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO DO PALÁCIO UNIVERSITÁRIO ..	5
1.1. O Hospício Pedro II.....	5
1.2. O Palácio Universitário da UFRJ.....	14
1.3. O Plano Diretor da UFRJ –PDUFRJ/2020.....	22
1.3.1. O Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUPV/2020.....	25
1.3.2. A Proposta para a Praia Vermelha.....	26
CAPÍTULO 2. DIAGNÓSTICO.....	28
2.1. Características arquitetônicas do Palácio Universitário.....	28
2.2. O entorno do Palácio Universitário e o Campus da Praia Vermelha.....	50
2.3. Uso e ocupação atual do Palácio Universitário	51
2.4. Análise crítica do Plano Diretor UFRJ/2020.....	60
2.4.1. O surgimento de uma nova proposta para o Campus: o VIVAUFJR.....	62
2.4.2. A proposta de reuso do Plano Diretor UFRJ/2020 para o Palácio Universitário.....	64
CAPÍTULO 3. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	71
3.1. A importância do uso na preservação do patrimônio cultural.....	71
3.2. Teoria Contemporânea da Restauração e a valoração dos bens culturais.....	75
3.3. Metodologia aplicada na conservação para elaboração das diretrizes de uso e Ocupação.....	80
3.3.1. Definições de valores aplicadas à conservação de bens culturais.....	90
CAPÍTULO 4. DIRETRIZES PARA O PLANO DIRETOR DO PALÁCIO UNIVERSITÁRIO.....	94
4.1. Uma nova proposta de uso para o Palácio Universitário.....	94
4.1.1. A valoração e a Significância Cultural.....	95
4.1.2. Vocação e ressignificação do patrimônio edificado.....	99
4.2. O Centro de Referência em Saúde Mental da UFRJ.....	103
4.2.1. Diretrizes de Uso e Ocupação.....	104

4.2.2. Campus da Praia Vermelha e entorno do Palácio Universitário.....	104
4.2.2.1. Diretrizes Gerais.....	104
4.2.2.2. Diretrizes de Uso e Ocupação do Campus da Praia Vermelha e entorno do Palácio Universitário.....	105
4.2.3. Diretrizes Gerais para o Palácio Universitário.....	109
4.2.3.1. Diretrizes de uso e ocupação para o Palácio Universitário.....	110
4.2.4. Diretrizes Complementares.....	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar diretrizes de uso e ocupação para o Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como premissa para a formulação e implementação do Plano Diretor do Palácio Universitário e demais políticas e práticas de preservação e valorização deste patrimônio cultural de grande relevância histórica e arquitetônica para a cidade do Rio de Janeiro. O interesse em desenvolver este trabalho decorre da minha participação direta na execução da obra de Restauração dos Telhados e Fachadas do Palácio Universitário em 2015, realizada por uma empresa especializada no campo da restauração de bens imóveis e integrados. Trata-se de uma edificação tombada, com imponente arquitetura neoclássica, em uma localização privilegiada na Praia Vermelha, no bairro da Urca, zona sul do Rio de Janeiro. Atualmente, seu uso é voltado às atividades ligadas ao ensino e pesquisa, e a ocupação do edifício se faz conforme as demandas da Universidade.

Face a estas questões, nos deparamos novamente com o impasse vivenciado na época da desativação do Hospício que remetem às seguintes perguntas a serem respondidas: sobre o destino do Palácio Universitário e o uso mais adequado para esta edificação, tendo em vista sua história, estudos, documentos e reflexões já realizados acerca de sua preservação; sobre as ações do Plano Diretor da UFRJ/2020 para o edifício que já foram cumpridas, e quais ações que estão em andamento; o desafio de se elaborar um Plano diretor para o Palácio no contexto atual do edifício; e a elaboração de uma proposta de uso de forma que esta englobe outras questões que envolvam a preservação e a conservação da edificação.

A revisão do planejamento estratégico do Palácio Universitário torna-se uma necessidade urgente, de forma a garantir a preservação deste patrimônio histórico. Apesar do Plano Diretor UFRJ/2020 já apresentar uma proposta de uso como um Centro Cultural, e das obras de restauração de fachadas e cobertura já terem sido concluídas – com as frequentes mudanças de gestão e paralisação das reuniões do Conselho Universitário para discutir o Plano Diretor UFRJ/2020 –, considera-se aqui uma hipótese de que este projeto não será levado adiante. Diante este hiato, entende-se que um Plano Diretor para o Palácio Universitário seja necessário e urgente, e que para a elaboração deste documento é preciso uma definição do uso. Esta proposta de uso deve respeitar as características físicas e limitações desta edificação, seus valores culturais, autenticidade e integridade, cumprindo com as determinações do órgão de proteção – IPHAN, e estar pautada em conceitos e fundamentos da teoria contemporânea da conservação de bens culturais, documentos normativos internacionais e, sobretudo, por princípios éticos.

O objetivo geral deste trabalho consiste na elaboração das diretrizes de Uso e Ocupação para o Plano Diretor do Palácio Universitário/UFRJ, localizado no campus da Praia Vermelha – Urca, RJ. Os objetivos específicos são: realizar um levantamento do edifício, abordando sua história, características arquitetônicas, usos e transformações; explorar debates contemporâneos sobre a importância do uso na preservação e gestão do patrimônio edificado, à luz da Teoria Contemporânea da Conservação; identificar os valores de significância cultural, de autenticidade e de integridade deste monumento histórico; sistematizar as informações, identificando um uso potencial compatível com a edificação e sua significância cultural, apresentando uma proposta de reuso.

O primeiro capítulo é destinado à elaboração de um estudo para conhecimento do Lugar. Esta etapa contempla uma análise de dados coletados sobre o edifício, pontuando questões mais relevantes dos aspectos históricos e das diferentes fases da edificação de forma a promover a compreensão das transformações de uso e ocupação dos espaços. Serão destacadas desta abordagem duas grandes fases do edifício: o Antigo Hospício D. Pedro II e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também será apresentado o Plano Diretor da UFRJ, atual documento utilizado pela Universidade para gestão do uso e ocupação do seu patrimônio tombado.

No segundo capítulo, será realizado o diagnóstico da edificação, com apresentação dos seguintes dados: localização da edificação, informações sobre seu entorno e do sítio o qual este está inserido, características arquitetônicas e sistemas construtivos, estado de conservação, uso e ocupação, uma análise crítica do Plano Diretor da UFRJ, dentre outros aspectos relevantes para o conhecimento do objeto empírico.

No terceiro capítulo será realizada uma análise sobre a importância do uso para a preservação do patrimônio cultural edificado. Também serão analisados temas relevantes para a pesquisa, como a questão da valoração, significância cultural, integridade e autenticidade, à luz da teoria contemporânea da restauração dos bens culturais, no sentido de se explorar novos conceitos e práticas, ampliando a compreensão do tema e oferecendo subsídios para apresentação de proposições. Serão apresentadas metodologias aplicadas na conservação para elaboração de diretrizes de uso e ocupação.

No quarto e último capítulo será apresentada a conclusão do estudo com uma proposta de reuso, e diretrizes de uso e ocupação a serem revistas no Plano Diretor UFRJ/2020 em vigência e incorporadas no Plano diretor do Palácio Universitário, a ser elaborado pela Universidade.

1. HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO DO PALÁCIO

1.1. O Hospício Pedro II

Construído em 1582 no Rio de Janeiro, o primeiro Hospital da Santa Casa da Misericórdia seguiria os moldes da Santa Casa de Lisboa, para receber os recém-chegados ao Brasil, necessitados de acolhimento. Como obras da irmandade da misericórdia, este Hospital era destinado aos mais carentes, desassistidos e abandonados. Esta vocação apenas religiosa de amparo aos pobres permaneceria até a chegada da Corte portuguesa em 1808, que trouxe com ela algumas mudanças quanto à forma de tratamento dispensado aos pacientes. Estas transformações se deram principalmente pela instalação de um curso da Academia Médico-Cirúrgica em 1813, e a criação da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1832, que introduziram a medicina como instrumento de cura. O aumento do número de pacientes e o avanço da medicina evidenciaram os problemas da Santa Casa de misericórdia, que se mantinha em condições precárias de funcionamento e não atendia os preceitos médicos da época. Não havia médicos especializados, e os loucos eram alocados em porões, em condições insalubres. Eram inúmeras as deficiências do prédio, que foi considerado impróprio para o acolhimento e tratamento dos doentes. Uma Assembleia Constituinte em 1823, que questionava as instalações do prédio da Santa Casa, ensejou a elaboração de um relatório que recomendava a construção de um novo hospital dentro dos princípios higienistas e construção de um local especial para os alienados. José Clemente Pereira, provedor da Santa Casa da Misericórdia, designou Domingos Monteiro, arquiteto da Câmara e arquiteto da Santa Casa, a apresentar um grande levantamento das instalações deste hospital. Seu levantamento apontava instalações precárias, planta arquitetônica irregular, tamanho e localização das enfermarias inadequados, insalubridade, acomodações inapropriadas, não separação dos doentes pelo tipo de doença, infiltrações e até o risco de desabamento (COSTA, 2008)

Desde a década de 1830, os membros da recém-fundada Sociedade de Medicina e Cirurgia protestavam contra as condições dos alienados no Rio de Janeiro, capital do Império, denunciando a presença de alienados vagando pelas ruas como ameaça à segurança pública e risco de insalubridade, além de criticarem os maus tratos a que eram submetidos os alienados recolhidos à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Esta crítica vinha no contexto de uma campanha maior, na qual os médicos reivindicavam melhorias nas condições de higiene pública da capital do Império. A questão dos loucos era um aspecto dentro deste conjunto, que reunia propostas de saneamento social, médico e moral, além das medidas de remodelação urbana (TEIXEIRA, 2008, p.3)

Diante desta questão, a sociedade de medicina do Rio de Janeiro, em 1830, posicionou-se favorável à criação de um local específico para acolhimento dos alienados. Os compromissos para a criação de uma instituição específica foram fortalecidos, e acabaram por ser concretizados em 18 de julho de 1841, data da assinatura da permissão para a construção do Hospício Pedro II. José Clemente Pereira, Conselheiro e Provedor da Santa Casa da Misericórdia recebeu a missão do governo imperial de escolher um local na cidade para a instalação do Hospício D. Pedro II. O local escolhido foi a Chácara da Praia Vermelha, que após reformas, receberiam nove doentes trazidos das enfermarias da Santa Casa. José Clemente Pereira envia então o médico Antônio José Pereira das Neves à Europa para estudar os modelos de instituições de asilo no continente europeu e trazer inspirações para o Brasil. José Clemente Pereira, era provedor da Santa Casa e articulava os interesses do império e da faculdade de medicina, que estavam pautados nos preceitos higienistas adotados pela Europa oitocentista.

Em 1842, iniciou-se às margens da antiga Praia da Saudade, a construção de uma imponente edificação para abrigo dos Alienados, cujo projeto inicial foi desenhado pelo engenheiro Domingos Monteiro, modificada posteriormente pelo engenheiro José Maria Jacintho Rebello. Inaugurado em novembro de 1852, logo fora ocupado por cento e quarenta doentes, sendo setenta e quatro homens e sessenta e seis mulheres. Era uma área arborizada e tranquila, afastada do meio social e urbano, que seguia os moldes psiquiátricos da época, baseados tanto na reclusão quanto no isolamento de indivíduos considerados anormais, com condutas e comportamentos diversos, incompatíveis e intoleráveis pela sociedade.

José Domingos Monteiro, arquiteto-engenheiro designado por José Clemente Pereira, projetou um edifício neoclássico, de forma quadrangular e simétrica, no modelo pavilhonar, com enfermarias separadas por alas formando grandes pátios internos, interligadas por extensos corredores e com grandes janelas que permitiam ventilação e insolação em seus espaços internos. Estes preceitos higienistas, importados da Europa, seriam então aplicados aos primeiros hospitais no Rio de Janeiro, principalmente após o surto de epidemias na segunda metade do século XIX (BRASIL,2014)



Figura 1. Augusto Malta. Exposição Nacional de 1908.
Portão do Hospício Pedro II
Fonte: Acervo Museu da República



Figura 2. Planta da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios com localização do Hospício, 1875.
Engenheiro Major Bacharel Antônio José Fausto Garriga e Caetano Augusto Rodrigues.
Fonte: Litografia Imperial Instituto Artístico. 1875.



Figura 3. Hospício Pedro II. Março, 1903.
Fonte: <http://www.brasilcult.pro.br/memoria/hospicio.htm>

O estilo Neoclássico do Palácio e monumentalidade foram atribuídos a José Maria Jacinto Rebelo, discípulo de *Grandjean de Montigny*, da Academia Imperial de Belas Artes, que participou da Missão Artística Francesa, no séc. XIX (CALMON, 2015)



Figura 4. Fachada do Palácio originalmente projetada pelo arquiteto José Domingos Monteiro
Fonte: ETU – julho/2014

Após a Proclamação da República, em 1889, o Hospício D. Pedro II foi denominado Hospício Nacional dos Alienados, o que demonstrava o desejo de criação de uma política de assistência psiquiátrica em âmbito nacional.

Em 1892 foi criado o Pavilhão de Observação por decreto n.8.963 da Assistência Médico-Legal de Alienados. Os recém-chegados trazidos pela polícia eram avaliados no Pavilhão e destinados às aulas práticas da cadeira de clínica psiquiátrica da Faculdade de Medicina. (DIAS; RIBEIRO; MACIEL; MATIAS, 2019 *apud* MUNOZ; FACCHINETTI; DIAS, 2011).

Os indivíduos encaminhados à instituição ali permaneciam pelo prazo médio de quinze dias e a observação destes fazia parte das aulas práticas de psiquiatria, resultando na elaboração dos registros médicos e na definição do diagnóstico. Os dados referentes aos procedimentos e rotinas, aos quais os pacientes foram submetidos, foram registrados e anexados nos livros de observações clínicas e nos registros de entrada e saída dos pacientes [...] (Dias; Ribeiro; Maciel; Matias, 2019).



Figura 5. Pavilhão de Observação: ala feminina, à esquerda e masculina à direita, e ao centro, administração. Fonte: IPUB.

Os pacientes recém-chegados trazidos pelas autoridades públicas passavam por uma espécie de triagem, e eram examinados para então definir os encaminhamentos. O pavilhão, sob a direção de Teixeira Brandão, foi o “primeiro espaço acadêmico específico para o ensino da psiquiatria no Brasil” (TEIXEIRA, 2008, p.7)

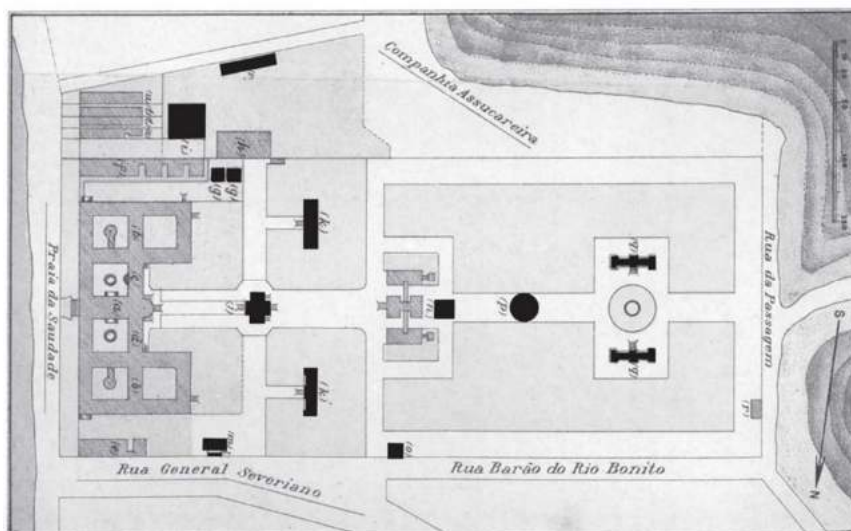


Figura 6. Planta do Hospício Nacional de Alienados. Pavilhão de Observação ao centro. Fonte: Brasil, MJNI, 1904-1905, Anexo.

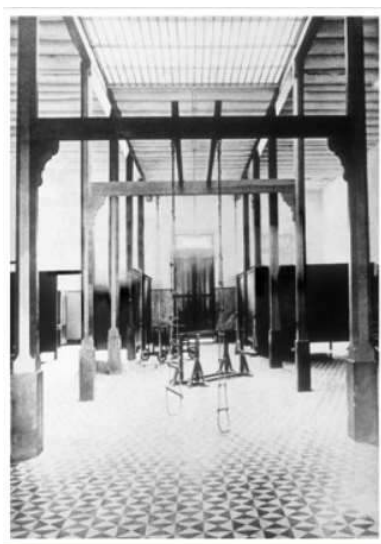


Figura 7. Pavilhão de Bourneville.
Fonte: IPP



Figura 8. Pavilhão das imundas/ Ateliê de costura.
Fonte: IPHAN

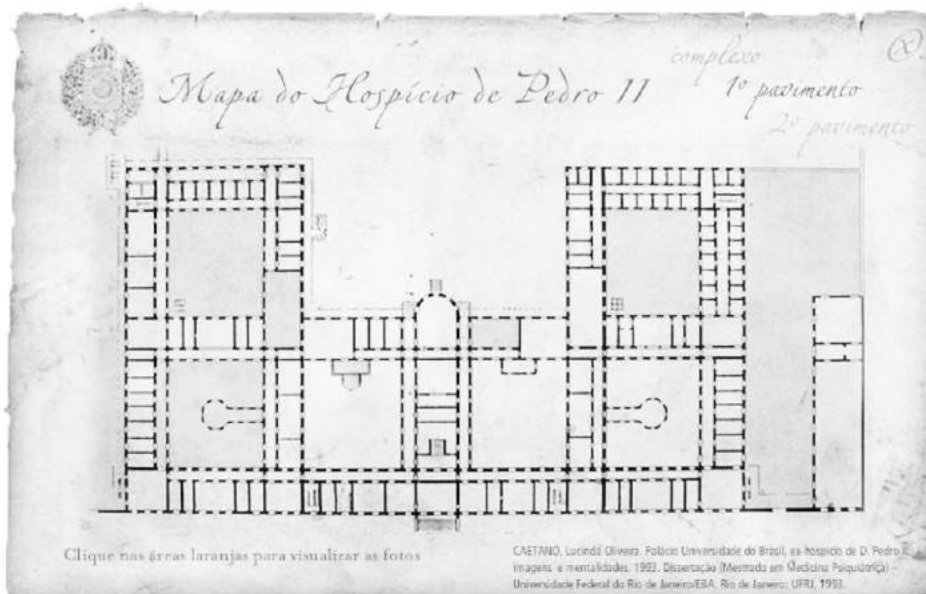


Figura 9. Planta do 1º pavimento do Hospício Pedro II.
 Fonte: ARQUIVO CCMS Fonte original: CAETANO, 1993.



Figura 10. Ala feminina (leste), pátio interno 1. Fonte: IPHAN.
 Figura 11. Ala feminina (leste), pátio interno 1. Fonte: IPHAN.

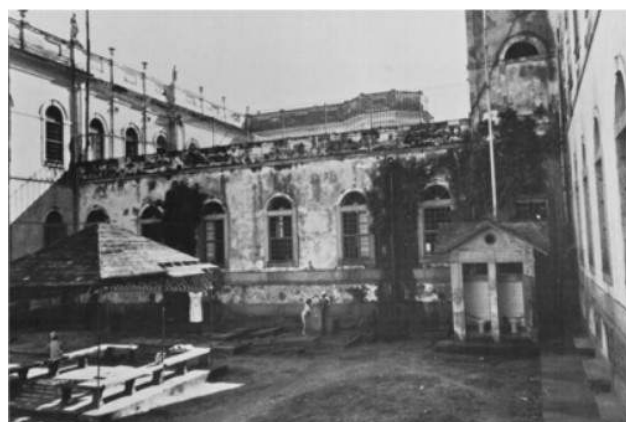


Figura 12. Ala feminina (leste), pátio interno 1.
 Fonte: IPHAN.



Figura 13. Ala feminina (leste), pátio interno 2. Fonte: IPHAN.
 Figura 14. Ala feminina (leste), pátio interno 2. Fonte: IPHAN.



Figura 15. Torre de observação, pátio interno 2. Fonte: IPHAN.
 Figura 16. Ala feminina (leste), pátio interno 2. Fonte: IPHAN.

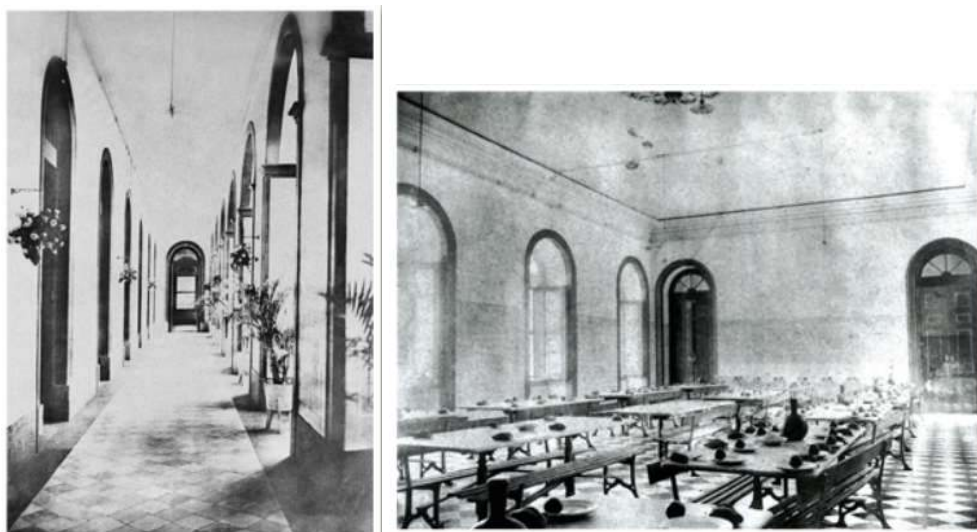


Figura 17. Corredor da ala feminina (leste). Fonte: IPHAN.
 Figura 18: Refeitório. Fonte: IPHAN.

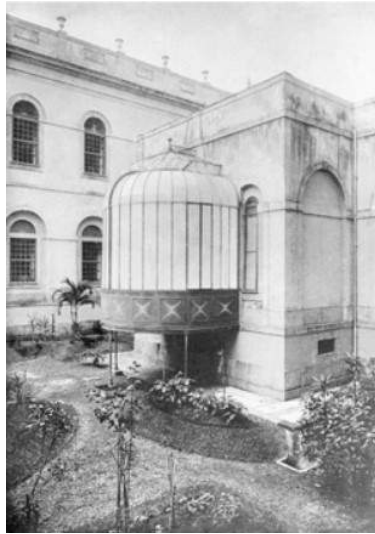


Figura 19. Pátio interno 3. Fonte: IPHAN.
Figura 20. Sala de cirurgia. Fonte: IPHAN.

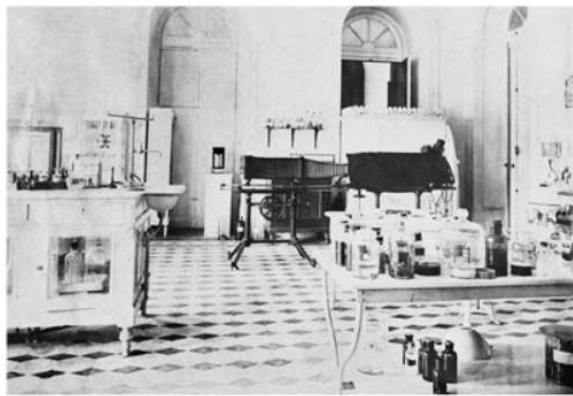


Figura 21. Laboratório ao lado direito da Capela. Fonte: IPHAN



Figura 22. Ala masculina, patio 6. Fonte: IPHAN
Figura 23. Ala masculina, patio 6. Fonte: IPHAN



Figura 24. Ala masculina, patio 6. Fonte: IPHAN



Figura 25. Fachada leste (ala feminina), patio 6. Fonte: IPHAN
 Figura 26: Fachada oeste (ala masculina), patio 6. Fonte: IPHAN

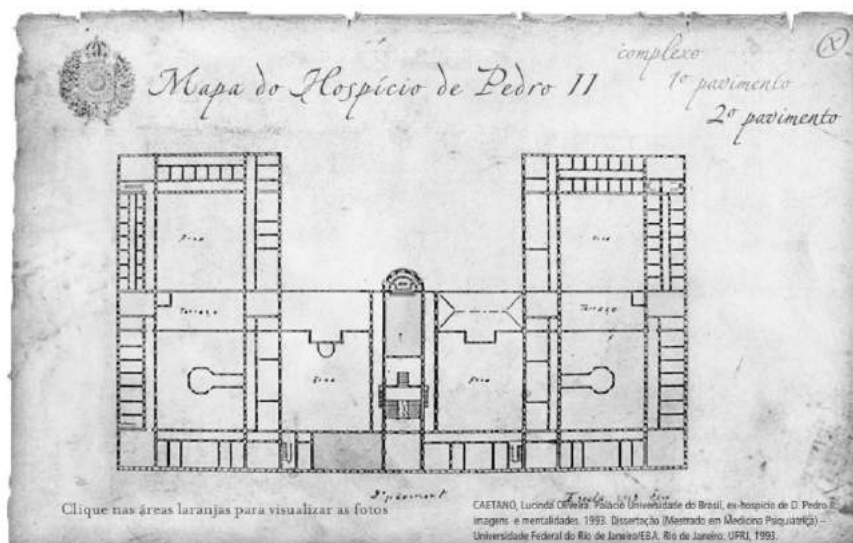


Figura 27: Planta do 2º Pavimento. Fonte: ARQUIVO CCMS
 Fonte original: CAETANO, 1993.



Figura 28: Capela. Fonte: IPHAN

Figura 29: Sala da administração e ao fundo estátua do Imperador D. Pedro II. Fonte: IPHAN

O antigo hospício D. Pedro II mesmo após reformas de readequação, não atenderia às exigências do Plano de psiquiatria, e sua arquitetura não favoreceu os novos propósitos médicos, recebendo o palácio muitas críticas, assim como as ações médicas ali realizadas. Com dificuldades financeiras e superlotação, o hospício encerrou as atividades em 1943, e os doentes foram levados para as colônias agrícolas de Jacarepaguá, como a Colônia Juliano Moreira.

1.2. O Palácio Universitário da UFRJ

Após a desativação do Hospital e antes de tornar-se Universidade do Brasil, em janeiro de 1944, foram autorizadas as obras de restauração em caráter de urgência pelo Presidente da República para receber o Colégio Pedro II. Era desejo do então Ministro da Educação Gustavo Capanema que as obras fossem concluídas e o Colégio fosse inaugurado até 1945. O estudo para remodelação ficou à cargo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, por determinação do Ministério da Educação, que designou o arquiteto Renato Soeiro para executar o projeto de adaptação e remodelação do edifício que deveria seguir o programa apresentado pelo Ministério da Educação. Na especificação para adaptação ao novo uso, destaca-se a utilização de materiais como cimento Portland para todas as argamassas de emboço e reboco externo, inclusive para alvenarias de pedras e tijolos, com exceção para reboco interno, que deveria ser feito à base de cal, além de ferro para concreto, e telhas resistentes tipo canal. As obras para transformação de uso para o Externato do Colégio Pedro II chegaram a ser

iniciadas, porém mais tarde estas seriam interrompidas, acredita-se que juntamente com a saída de Gustavo Capanema em 1945 do Ministério da Educação.

A ocupação da Praia Vermelha e do prédio onde funcionava o antigo hospício tinha um caráter inicial provisório (OLIVEIRA, 2010). Foi uma alternativa encontrada pelo novo ministro da Educação, em 1946, Ernesto de Souza Campos, para abrigar a Universidade e suas unidades nos prédios e terreno do antigo hospício até a conclusão das obras na Cidade Universitária que se encontrava paralisada. Em 1946, Rodrigo Mello Franco de Andrade envia carta ao Ministro, que havia determinado continuidade das obras, solicitando definições de quais instalações do antigo projeto não deveriam ser executadas para a instalação da Universidade, e questionando o compromisso do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN em realizar os serviços de adaptação uma vez que o edifício não era tombado pelo Decreto lei 25, de 30 de novembro de 1937, e estes não eram serviços especiais compatíveis com as atribuições do Órgão.

Em 1948, o prédio abandonado, foi doado à Universidade do Brasil, que passou por uma grande reforma de adaptação para atender às necessidades do novo uso. O Reitor Pedro Calmon solicita ao SPHAN modificações internas e nas Fachadas, e encaminha projetos para aprovação em atendimento ao novo programa. O primeiro registro de alterações data de outubro de 1948, quando é feito o comunicado de posse e autorizada a instalação em letras de bronze da escrita “Universidade do Brasil” no frontão da fachada principal do edifício. Em 1949, o antigo Hospício D. Pedro II transforma-se em reitoria e faculdade da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram solicitadas e autorizadas em fevereiro de 1949 para abertura de duas portas laterais na fachada principal, desde que estas seguissem modelo da porta em madeira já existente nesta fachada, e a construção de escadas de acesso conforme proposta de projeto apresentado. Na Sala do Conselho deveria ser executado o forro em estuque liso emoldurado simples, por orientação do arquiteto Lúcio Costa. Também foram aprovados projetos para a Sala do gabinete do Reitor, e hall de entrada com elevador para acesso a esta sala. Em abril desse mesmo ano, o órgão também deu parecer favorável à Pedro Calmon para demolição de dois paredões laterais em alvenaria construídos no alinhamento da fachada principal, que justificou como acréscimos posteriores à época da edificação. Em 5 de julho de 1949, o então Reitor da Universidade do Brasil enviou um uma Carta ao Diretor do SPHAN solicitando autorização para que fosse realizada a pintura da fachada na cor rosa “clara” do edifício do antigo hospício.



Figura 30. Fachada do Palácio pintada na cor rosa, 1970. Imagem: Foto de Augusto Carlos da Silva Telles. Fonte: Instituto Moreira Salles.

Pedro Calmon, desde que assumiu o cargo de reitor da Universidade, agiu em favor da preservação do Palácio Universitário, solicitando ações por parte do SPHAN para sua preservação e da paisagem ao redor da edificação. Em 26 de janeiro de 1953, Rodrigo Mello Franco Andrade envia Carta à Afonso Eduardo Reidy, Diretor do Departamento de Urbanismo, com cópia do Ofício enviado por Pedro Calmon acerca do tombamento da edificação e da importância de se preservar a paisagem do entorno, em virtude das edificações ali existentes estarem em harmonia com o Palácio, como também de se estudar os critérios para novas ocupações. Em 30 de março de 1953, Pedro Calmon solicita ao SPHAN a inscrição do Antigo Hospital dos Alienados no livro do Tombo do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Sob o olhar de Pedro Calmon “o referido prédio é uma das melhores obras de arquitetura da cidade, senão o seu mais belo edifício cuja história constitui um capítulo da evolução da arte no país” (IPHAN, 1953). Pedro Calmon ressaltou neste documento, a importância de preservação da arquitetura e da paisagem do entorno, mas reconheceu que seu interior já não conservava características originais em função da transformação do uso para Universidade:

É importante proteger a fachada, as linhas gerais e o ambiente à volta do edifício, cujas divisões internas evidentemente não guardam o primitivo traçado, pelo destino diferente que se lhes deu. Aquela fachada foi conservada na sua autenticidade pelas obras substanciais de recuperação, feita por esta Reitoria, em perfeita consonância com o S.P.H.A.N. (IPHAN, 1953)

No processo do tombamento do Hospital Nacional de Alienados, o arquiteto Edgard Jacintho Rebello e Carlos Drummond de Andrade, então chefe da seção de artes, também

emitem parecer favorável ao tombamento. Jacintho reconhece intervenções em desacordo com sua preservação, mas afirma que o edifício conserva características originais, e que o DEPHAN poderá considerar uma possível utilização futura do edifício, em virtude da transferência das unidades acadêmicas para a Cidade Universitária, e ressalta: “além de seu valor artístico-histórico, ainda se aduz como razão para o tombamento, sua localização privilegiada, numa área de terreno apreciável [...]” (IPHAN,1953).

Carlos Drummond de Andrade, ressalta o valor histórico como justificativa para o tombamento, e diz tratar-se de uma imponente construção do período do Império, porém sugere que o tombamento seja condicionado à recuperação da fachada, descaracterizada pelas alterações realizadas no monumento.

Apesar destes pareceres favoráveis ao tombamento, o processo foi arquivado. Em 1962, Lúcio Costa propõe uma revisão nos processos de tombamento visando “preservar os remanescentes mais valiosos da arquitetura civil do século XIX ameaçados de destruição e desvirtuamento” (COSTA, 1962 apud PORTO, 1968, p.01)

A Faculdade de Economia e administração (FEA) passou a ocupar a ala esquerda do Palácio em 1962. A Faculdade de Educação, que fazia parte da antiga Faculdade Nacional de Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (C.F.C.H.), foi transferida em dezembro de 1969 para a ala direita do edifício, e em 1978, a Escola de Comunicação (BORDE, Andréa de L.P.; BELLINHA, Paulo, 2015).

Em meados de 1970, iniciou-se o processo de transferência dessas Unidades para o Fundão, fazendo ressurgir a questão do uso do edifício. A UFRJ cogitou a venda de alguns edifícios para arrecadar recursos financeiros para a conclusão da Cidade Universitária. Com aprovação do CONSUNI, os edifícios seriam vendidos após transferência da respectiva unidade para o fundão. Com exceção do prédio da escola de Química, nenhum dos imóveis da Praia Vermelha seriam vendidos, pois existia um interesse de uso cultural do conjunto, defendido, sobretudo, pelos professores que se manifestaram contra à alienação da edificação. O Tombamento do Palácio pelo IPHAN já era esperado (O Globo, 1972, p.12).

Em onze de julho de 1972 foi publicado em Diário oficial a inscrição do edifício no Livro do Tombo sob o nº 438, folha 72, processo nº 503/T. Diversas intervenções irregulares foram notificadas pelo IPHAN, e o tombamento não impediu que o edifício continuasse a sofrer descaracterizações ao longo dos anos seguintes. Em 1972, o Órgão notificou o Fórum de Ciência e Cultura pela construção de lajes de concreto sobre várias salas à esquerda de quem entra no edifício, fechamento em alvenaria de arcos de fachadas, escada em concreto, substituição de pisos de madeira por peças mais estreitas. Em 15 de abril de 1973, a Faculdade

de Educação solicita abertura de quatro vãos para a instalação de aparelhos de ar condicionado, sendo dois deles já executados, abaixo das janelas na fachada oeste, frente à Av. Venceslau Brás. Renato Soeiro autorizou em caráter provisório e sob a condição de recomposição da fachada e pintura, após a retirada dos aparelhos. Em 1974, a Capela apresentava sinais de degradação, e é elaborado pela Universidade uma listagem com os serviços a serem executados para restauração e manutenção de forros de gesso e pinturas.

Em janeiro de 1976, o professor Muniz Aragão consultou o Órgão de Proteção sobre produtos recomendados para desinfestação contra os ataques de insetos xilófagos em madeiras, em virtude de uma vistoria realizada ter indicado a necessidade de imunização do Palácio Universitário.

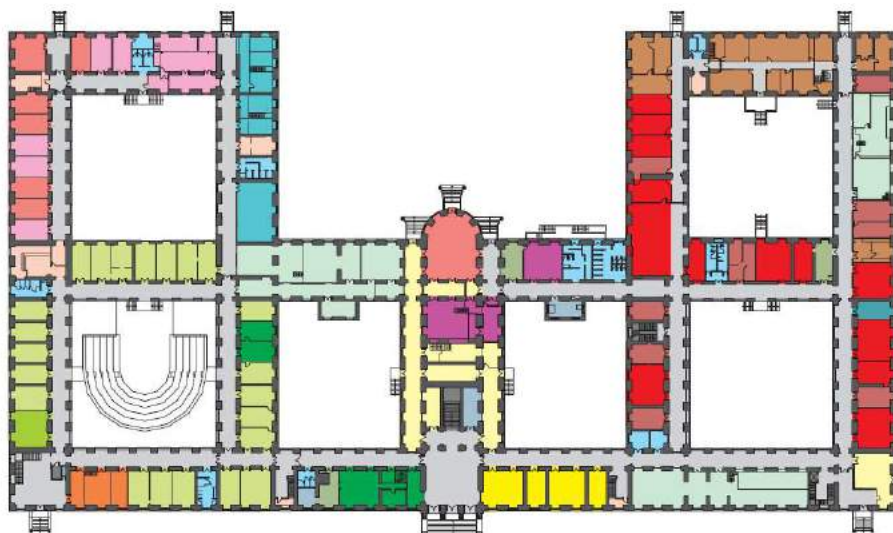
Na década de 80, o Palácio já sofria com os sinais de degradação, e má conservação, e em setembro de 1988, foi solicitada uma vistoria no setor da Faculdade de Educação em virtude de fortes infiltrações, quando foram constatadas telhas quebradas, entupimento de calhas e condutores com folhagens, calhas subdimensionadas, fiações expostas sobre o forro, alertando para os riscos de incêndio. A Divisão Regional alertou sobre a necessidade de obras emergenciais de recuperação do telhado e revisão das instalações elétricas e de combate ao incêndio, e também, uma obra geral de conservação diante o avançado estado de deterioração de argamassas.

Em 1990, iniciaram-se obras de restauração do edifício, que buscaram respeitar os acréscimos sofridos pelo edifício, mas ao mesmo tempo realizaria prospecções que revelariam elementos originais à época do hospício, a serem recuperados em projetos futuros de restauração.

Em 2004, foi criada dentro da UFRJ, a Divisão de Preservação de Imóveis Tombados – DIPRIT, no Escritório Técnico da Universidade – ETU, que em um primeiro momento, realizaria os levantamentos completos dos edifícios históricos da Universidade, mapeamento dos danos, levantamento de dados históricos, como também projetos para o uso. Mais tarde, porém, a divisão optou por limitar sua atuação na preservação dos edifícios com arquitetos que orientavam a elaboração de projetos de restauro bem como acompanhavam e fiscalizavam a execução da obra por empresas especializadas contratadas. A criação deste departamento foi bastante positiva pois convergiu esforços de pessoas e grupos que agiam em prol da preservação em um único setor e serviu de ponte entre os órgãos de tutela e a Universidade. Segundo Maria Ângela Dias, que assumiu a diretoria do ETU/UFRJ em 2002, as ações de restauro e adaptação do patrimônio arquitetônico da UFRJ “foi sempre uma decisão isolada

de pessoas, ou de grupos de pessoas abnegadas (arquitetos, professores, administradores) que sensibilizadas pela beleza e importância histórica das edificações se dispunham a trabalhar por sua preservação” (DIAS, 2008).

Um levantamento de uso e ocupação do Palácio foi realizado pelo ETU em 2005, visando sua utilização como base para elaboração de planos e projetos de intervenção:



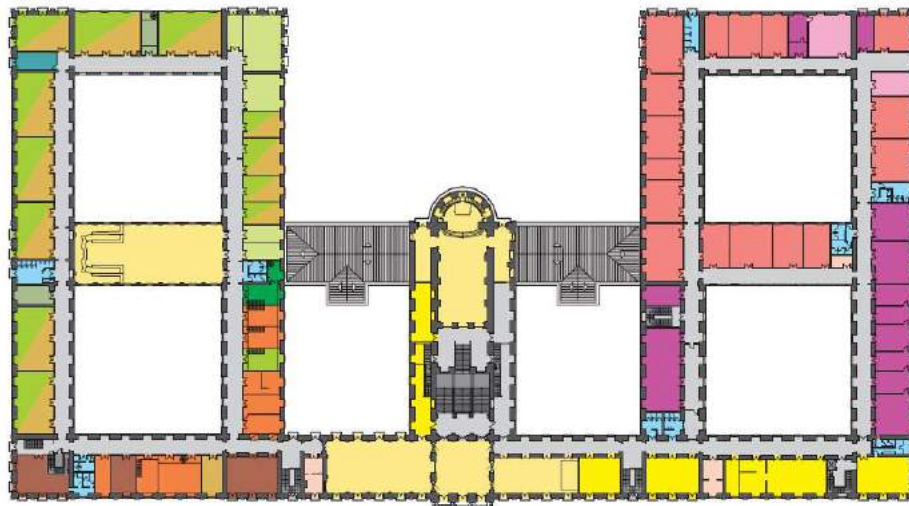
Quadro de áreas

UNIDADE	COR	AMBIENTE	SALAS	ÁREA
ECO	[Cinza]	Administrativo	16	330,95 m ²
		Salas de Aula	13	603,44 m ²
		Salas de Professores	9	212,25 m ²
FACC	[Laranja]	Administrativo	2	94,36 m ²
IE	[Verde]	Administrativo	5	227,37 m ²
		Salas de Aula	1	41,13 m ²
		Salas de Professores	22	537,28 m ²
FCC	[Amarelo]	Administrativo	4	133,44 m ²
		Editora / Livraria	6	299,82 m ²
		Vestiários	2	72,20 m ²
FE	[Rosa]	Administrativo	3	138,94 m ²
		Salas de Aula	7	281,44 m ²
		Salas de Professores	8	207,78 m ²
		Administrativo	7	237,48 m ²
CCJE	[Azul]	Administrativo	7	237,48 m ²

COR	AMBIENTE	SALAS	ÁREA
[Verde]	Bibliotecas	3	808,49 m ²
[Cinza]	Centros Acadêmicos	1	21,02 m ²
[Azul]	Sanitários	8	148,14 m ²
[Laranja]	Copas / Cantinas	6	113,20 m ²
[Verde]	Serviços - Xerox	3	65,68 m ²
[Azul]	Subestação	3	48,57 m ²
[Cinza]	Circulação Horizontal	-	1.791,04 m ²
[Cinza]	Circulação Vertical	-	48,01 m ²

Figura 31. Planta de Uso e Ocupação do 1º Pavimento do Palácio universitário /UFRJ.

Fonte: Escritório Técnico da Universidade/ETU – Jan/2005



Quadro de áreas

UNIDADE	COR	AMBIENTE	SALAS	ÁREA	COR	AMBIENTE	SALAS	ÁREA
FACC	[Cinza]	Administrativo	8	94,36 m ²	[Azul]	Centros Acadêmicos	1	68,23 m ²
		Salas de Aula	1	25,07 m ²		Sanitários	12	160,82 m ²
		Salas de Professores	3	104,94 m ²		Copas	3	50,73 m ²
IE	[Verde]	Administrativo	2	33,71 m ²	[Verde]	Serviços - Xerox	2	42,80 m ²
		Salas de Aula	1	62,10 m ²		Circulação Horizontal	-	1.523,96 m ²
IE / FACC	[Amarelo]	Salas do Professores	5	182,51 m ²	[Cinza]	Circulação Vertical	-	80,73 m ²
		Sl. de Aulas Compartilhadas	12	752,41 m ²				
FCC	[Amarelo]	Salão e Capela	5	888,95 m ²				
		Administrativo	9	449,17 m ²				
FE	[Rosa]	Administrativo	12	413,74 m ²				
		Salas de Aula	16	775,10 m ²				
		Salas de Professores	2	116,26 m ²				

Figura 32. Planta de Uso e Ocupação do 2º Pavimento do Palácio universitário /UFRJ.
Fonte: Escritório Técnico da Universidade/ETU – Jan/2005

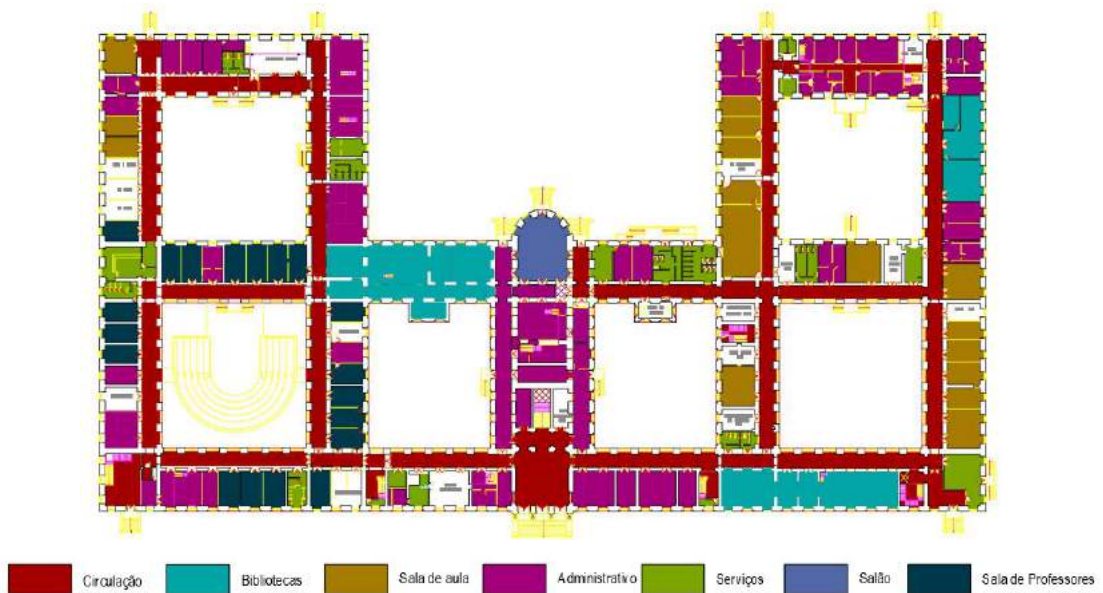


Figura 33. Planta de Uso do 1º Pavimento do Palácio universitário /UFRJ
Imagem: Escritório Técnico da Universidade/ETU – Jan/2005

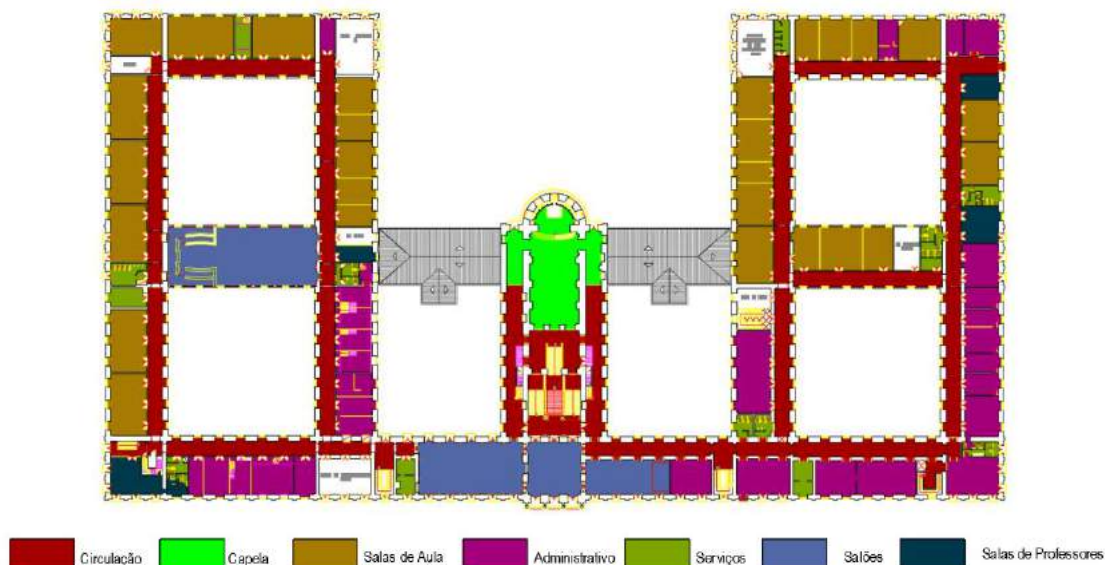


Figura 34. Planta de Uso do 2º pavimento do Palácio universitário /UFRJ – Urca, RJ.
 Imagem: Escritório Técnico da Universidade/ETU – Jan/2005.

Para cada edificação histórica, a DIPRIT tem como objetivo a elaboração de um Plano de diretrizes norteadoras de intervenções de restauro e uso do bem tombado. Além disso, paralelamente à construção de um banco de dados, objetiva-se a construção da memória do patrimônio arquitetônico histórico da Universidade (DIAS, 2008).

Segundo Maria Ângela, as ações de preservação, restauro e adaptações ou transformações para novos usos, devido à complexidade dos projetos e obras de intervenções, tem exigido cada vez mais equipes multidisciplinares e sido prejudicadas pela carência de recursos e participação nas decisões da UFRJ.

A prática da transformação tem sido reconhecida como uma forma de se renovar a edificação e de satisfazer às novas necessidades funcionais. Porém, compatibilizar essas necessidades de intervenção com os cuidados que um imóvel histórico requer é sempre um grande desafio que envolve profissionais de várias áreas e custos elevados (DIAS, 2008. Pág.81-82).

Estas dificuldades têm atrasado a elaboração dos Planos e resultado em ações de intervenção sem critérios por parte dos usuários, causando danos muitas vezes irreversíveis nas edificações tombadas, o que levou a uma ação do Ministério Público contra a UFRJ (DIAS, 2008).

Em 2008, através de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, expedido pelo Ministério Público Federal, e sob fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a UFRJ comprometeu-se em realizar um conjunto de ações em um determinado cronograma proposto pelo Escritório Técnico da Universidade - ETU, com prazo

limite do primeiro semestre de 2014, visando a restauração, conservação, proteção e salvaguarda do Palácio Universitário. Este conjunto de ações englobavam projetos e obras de restauração de telhados e fachadas do Palácio e Capela, elaboração de projetos de restauração complementares de instalações elétricas, hidro sanitárias, recuperação estrutural, incêndio, segurança, telefonia, lógica, climatização, iluminação, acessibilidade, remanejamento do estacionamento do entorno, e ainda um Plano Diretor para o Campus da Praia Vermelha e um Plano Diretor para o Palácio Universitário, estes últimos com prazos para o primeiro e segundo semestre de 2011.

1.3. O Plano diretor da UFRJ - PDUFRJ/2020

Em 1º de setembro de 2008, o Conselho Universitário – CONSUNI, aprovou as diretrizes gerais que serviriam de base para a elaboração do novo Plano Diretor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dois meses depois, o “Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – Proposta preliminar para discussão” elaborado pelo Comitê Técnico do Plano Diretor, seria levado para debate com aprovação deste Conselho. (UFRJ, 2011)

O antigo Plano Diretor datava ainda de 1972 e era resultante da reforma universitária ocorrida no fim dos anos 70, portanto a atualização de conceitos e diretrizes que atendessem ao novo projeto institucional de reestruturação e expansão da Universidade era urgente. O Plano visava proporcionar um crescimento ordenado e sustentável dos cursos e incentivar a democratização do acesso à Universidade. Seu objetivo principal era “superar a histórica fragmentação da universidade” (Livro UFRJ 90 anos). Esta fragmentação tão discutida nos Planos da UFRJ está presente não só na sua história de criação, que resultou da união de diferentes faculdades e escolas, mas como na organização da estrutura acadêmica (gráfico 1) que acabava por refletir na ocupação e uso dos espaços físicos-territoriais da Universidade.

As diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020 foram elaboradas a partir de três eixos norteadores: integração interna da Universidade e com a Cidade, administração integrada do espaço e edificações da UFRJ, e planejamento a longo prazo. (Resolução CONSUNI 10/2008), que nasceram de propostas de planos anteriores como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2005) e o Programa de Reestruturação e Expansão – PRE (2007).

O PDI, apresentado pelo Professor Aluísio Teixeira, Reitor da Universidade, já apontava a fragmentação como um dos principais obstáculos da Universidade, e a integração como ideia principal para estruturar a Universidade e promover a articulação pedagógica dos campos do

saber. O PRE apresentava propostas mais claras quanto ao projeto de reestruturação institucional como a expansão da oferta de vagas, novos tipos de acesso à Universidade, reestruturação da administração acadêmica e reorganização espacial das unidades, e atualização do Plano Diretor de Ocupação da Ilha da Cidade Universitária (Resolução CONSUNI 09/2007).

Para isto, o PRE definiu prioridades para os recursos alocados, como: a conclusão do campus da Ilha da Cidade Universitária; a expansão das atividades acadêmicas de graduação, com uso compartilhado das instalações pelas unidades; e ações de reordenamento espacial das

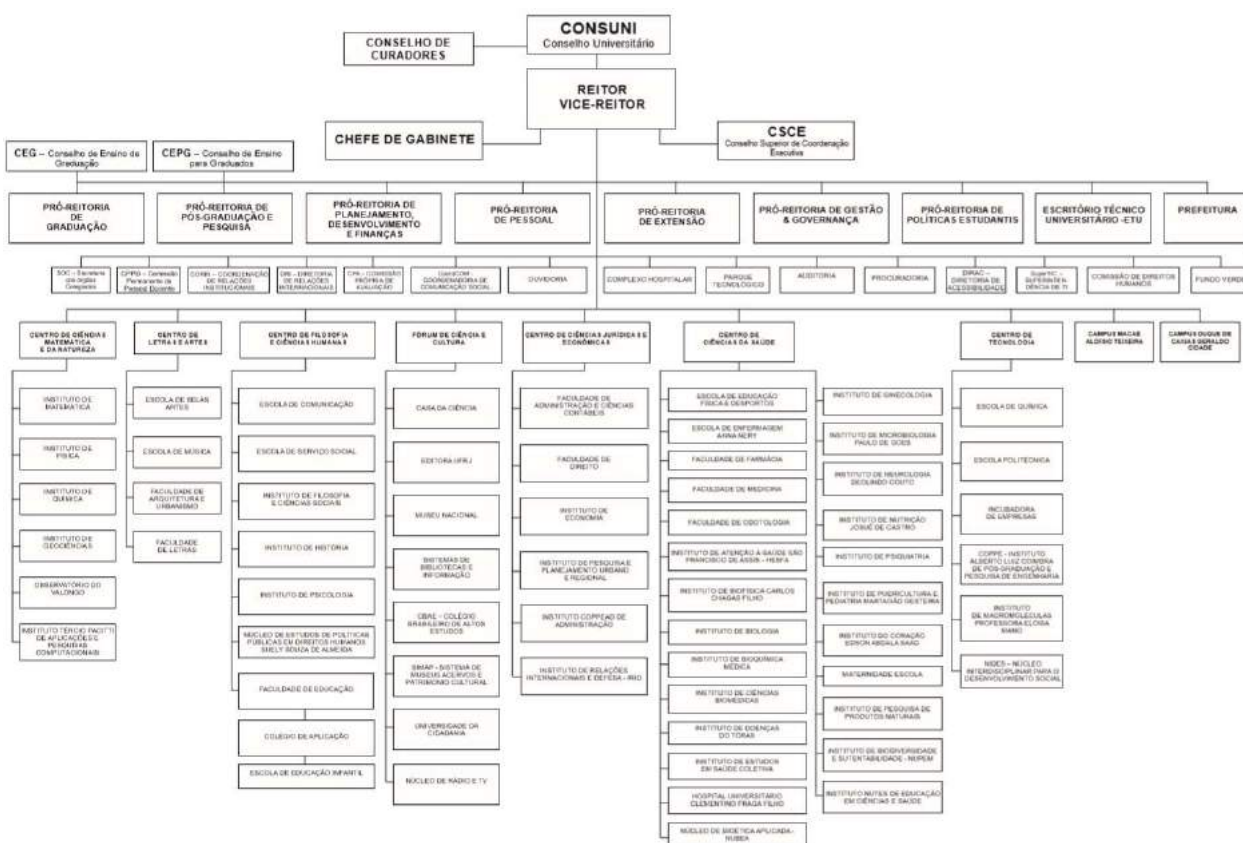


Gráfico 1: Estrutura Organizacional - UFRJ
Fonte: www.ufrj.br

unidades e órgãos da UFRJ: como a elaboração de uma política geral de preservação, uso e gestão do patrimônio edificado da Universidade, preservando a sua integridade e inalienabilidade, além de autorizar a revisão do Plano Diretor de ocupação do campus da Cidade Universitária e determinar a realização de estudos e propostas para definir usos e vocações dos espaços da UFRJ (Resolução CONSUNI 09/2007).

Em 5 de novembro de 2009, o Plano Diretor da Universidade Federal do Rio de Janeiro PDUFRJ/2020 foi aprovado. Desenvolvido a partir de recursos disponibilizados os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Plano Diretor UFRJ/2020 é constituído de três vetores articulados entre si: o Plano de Desenvolvimento da Cidade

Universitária (PDCIDUNI 2020), o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV 2020) e o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI 2020). O Plano determina que “Todas as deliberações referentes à ocupação e ao uso de terrenos e edificações, investimentos em novas construções e a eventuais concessões ou permissões de uso deverão compatibilizar-se com o PD UFRJ-2020” (UFRJ, 2011, pág.25).

O Plano Diretor UFRJ/2020 reconhece a importância da preservação do patrimônio cultural da universidade, sua responsabilidade na preservação e conservação e também destinação das edificações de interesse cultural: “Como proprietária deste importante acervo edificado, a UFRJ tem a responsabilidade na preservação, conservação e uso compatível das edificações e espaços que constituem parte do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade e da nação” (UFRJ, 2011, p.23). Repensar e planejar novos usos é uma das diretrizes gerais do Plano: “Deve, igualmente, projetar no espaço e no tempo os usos que serão dados aos imóveis que, progressivamente, terão suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parte ou no todo, transferidas para a nova Cidade Universitária” (UFRJ, 2011, p.23).

1.3.1. Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha - POUPV2020

O Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV2020) integra o Plano Diretor da UFRJ e apresenta diretrizes de ocupação e uso para o Campus da Praia Vermelha e o Palácio Universitário. Seus objetivos estão pautados na definição de um uso compatível com suas características como forma de preservação da edificação: “preservação do Palácio Universitário enquanto patrimônio cultural de altíssimo valor e significado, sob guarda e responsabilidade da UFRJ” e “destinação do Palácio Universitário e de seu entorno às atividades-fim da UFRJ compatíveis com suas características particulares e restrições decorrentes” (UFRJ, 2011, Pag.75).

O Plano Diretor da UFRJ conclui que o planejamento de novos usos é essencial para conservação deste Patrimônio Cultural, e traça os objetivos a serem alcançados pela nova destinação:

Planejar os usos do Palácio Universitário e seu entorno imediato de modo a incluir, além das atividades de extensão e de divulgação artística, científica e cultural que hoje já são desenvolvidas na área, outras destinações que contribuam para o desenvolvimento científico e cultural da Cidade e do Estado (UFRJ, 2011, Pag.75).

Com estas breves justificativas, o Plano, em seguida, reconhece o uso acadêmico como

não apropriado para o edifício, definindo o novo uso do Palácio Universitário: “atividades universitárias de difusão cultural, artística e científica” (UFRJ, 2011. Pag.75).

Já está mais que comprovado que o uso continuado e estressante do Palácio Universitário para atividades didáticas regulares e outros usos indiferentes, ou em clara agressão, à sua história e importância como Patrimônio Arquitetônico, acaba por descaracterizar ambientes. Rever, rejeitar e redefinir os usos atuais é, pois, passo essencial, e inadiável, para que possamos recuperar a integridade e a dignidade de um dos melhores exemplos de expressão da arquitetura neoclássica brasileira (UFRJ, 2011. Pag.75).

Em atendimento à estas determinações, as unidades que hoje ocupam o Palácio deverão ser transferidas para o Campus do Fundão, e aos poucos a edificação será esvaziada. O Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha também define diretrizes para o entorno do bem tombado, para garantir sua vista livre de barreiras visuais, como respeitar o limite de 50 metros de afastamento.

1.3.2. A proposta para a Praia Vermelha

A proposta apresentada para o Campus da Praia Vermelha pelo Plano Diretor UFRJ 2020 é de um complexo formado pelo Palácio Universitário que será transformado em um Centro Cultural e um Centro de Convenções, dirigido pelo Fórum de Ciência e Cultura (FCC). O Fórum permanecerá com ocupação física no Palácio por desempenhar um papel importante de articulação da Universidade com a sociedade e outras Instituições.

O programa para o Centro Cultural contempla um teatro modulável, a reabilitação do anfiteatro existente no edifício, a conclusão da adequação da Capela São Pedro de Alcântara à realização de apresentação de músicas eruditas em caráter permanente, dentre outras atividades. O objetivo do Centro de Convenções é suprir a carência deste tipo de espaço na zona sul da cidade e também na Universidade, garantindo normas de acessibilidade não encontradas em outros auditórios de Instituições vizinhas. Propõe-se, ainda, o estudo de viabilidade de utilização do Centro Cultural por outras universidades públicas do Rio de Janeiro.

Sobre o complexo esportivo existente, pretende-se a reabilitação do espaço com novas instalações poliesportivas, como a construção de nova piscina no lugar da piscina atual localizada próxima ao Palácio Universitário e equipamentos para uso da comunidade.

Para o entorno propõe-se estudar a demolição de edificações consideradas espúrias para construção do Centro de Convenções e de um Hotel Escola para receber estudantes, professores

e congressistas, com estacionamento subterrâneo.

Propõe-se por fim, a criação de um Polo de Saúde composto pelo Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC e Instituto de Psiquiatria – IPUB, hospitais universitários, que deverão permanecer no campus da Praia Vermelha, devido à importância e representatividade destes Hospitais no SUS. O Plano ressalta a proximidade do Pinel, formando um “polo de referência para a saúde mental no Rio de Janeiro” (UFRJ, 2011. Pag.78).

2. DIAGNÓSTICO

2.1. Características arquitetônicas do Palácio Universitário

O projeto do Hospício Pedro II foi idealizado pelo engenheiro militar português José Domingos Monteiro, e posteriormente recebeu grandes contribuições de outros dois arquitetos engenheiros da Academia Imperial de Belas Artes, alunos de Grandjean de Montigny, arquiteto francês membro da Missão Artística Francesa: José Maria Jacinto Rebelo, que conferiu o estilo Neoclássico e monumentalidade ao edifício, com destaque ao volume elevado conferido à Capela e Joaquim Cândido Guilhobel, responsável pelo desenho do pórtico de entrada. Este domínio da técnica de desenho era fruto dos aprendizados da Academia. Grandjean de Montigny foi professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), denominada Academia Imperial de Belas Artes, em 1826. Os projetistas participaram de grandes obras na capital do Império, como por exemplo, do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia. (SOBRAL, 2009)

Segundo Rocha-Peixoto (2004), a inspiração para esquema geométrico da planta do Hospício de Pedro II pode ter origem no manual de Durand: “[...] o projeto se resolve primordialmente em planta baixa, sendo as fachadas meras consequências da distribuição em planta, conforme recomendação do mestre” (HOIRISH; SALGADO; RIBEIRO, 2009, p. 72 e 73 apud ROCHA-PEIXOTO, 2004).

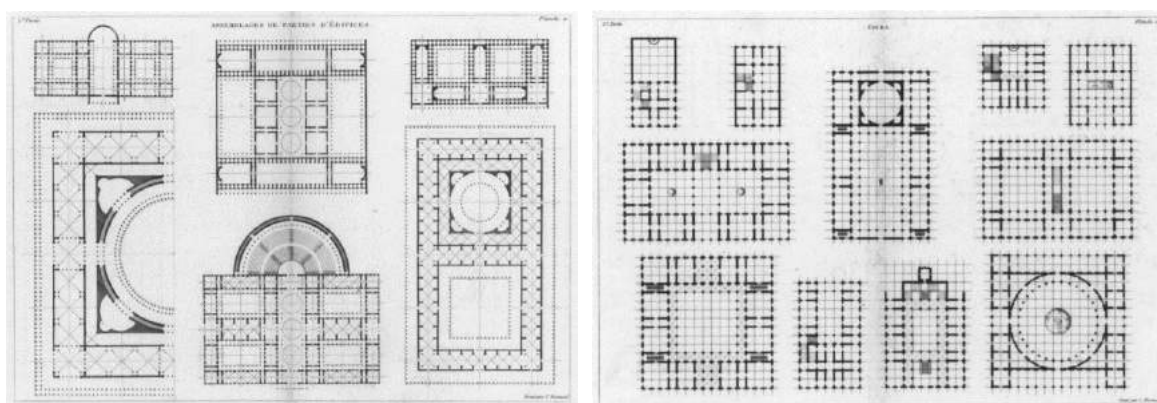


Figura 35. Detalhe da montagem das partes do edifício - prancha 21 e detalhe da circulação prancha 16. Fonte: Précis des leçons d'architecture (DURAND, 1821)

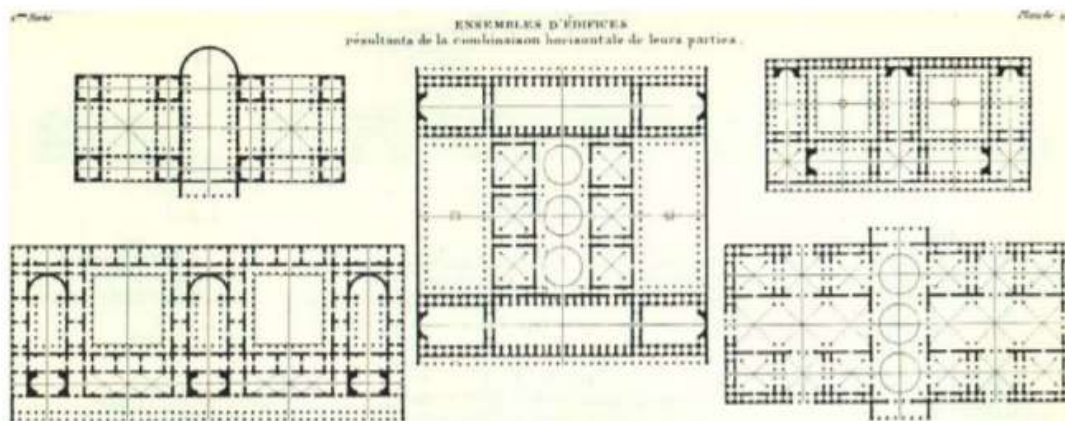


Figura 36. Conjunto de edifícios resultantes da combinação horizontal de partidos.
Précis des leçons d'architecture (DURAND, 1819)

Porém, a arte de se projetar edificações no Brasil no século XIX não se limitava somente a questões de arquitetura e estética. Buscava-se referências na Europa para a arquitetura do edifício, mas também modelos de programas que atendessem às necessidades de sua função. No caso do Hospício Pedro II, o médico Antônio José Pereira das Neves foi designado por José Clemente Pereira para viajar à Europa para estudar modelos de instituições de assistência que servissem de inspiração para o novo Hospital da Santa Casa.

Um possível exemplo para o Hospício Pedro II foi o Hôtel-Dieu, de Paris. “Sua configuração obedeceu a um programa comum aos estabelecimentos hospitalares de Paris, confirmando o Hôtel-Dieu como grande modelo a servir de inspiração em todo o mundo; seu programa constituía-se de enfermarias, farmácia, salões e uma Capela” (COSTA, 2008, p.123).

Durand em sua obra *Recueil et parallèle des édifices* (1800), sobre História da arquitetura, faz uma comparação de monumentos do mundo todo antigos e modernos e cita alguns hospitais psiquiátricos como referência mundial, como o *Ospedale Maggiore de Milano*, em Milão e o *Stonehouse* em Plymouth, na Inglaterra. O *Ospedale Maggiore de Milano* é um dos exemplares de hospitais de assistência mais significativos do Renascimento, e possivelmente umas das inspirações para os engenheiros e médicos da Corte.

O início de sua construção data de 1456, porém após bombardeio durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), foi reconstruído e em 1958 transformou-se em *Università degli Studi di Milano*. Foi idealizado pelo arquiteto Antonio Averlino, conhecido por Filarete, que se utilizou do traçado do hospital de *San Matteo* baseado em quatro pátios inseridos em uma geometria em torno de uma ala cruciforme, para o esquema do Hospital Maggiore, duplicando sua planta e adicionando ao centro um grande pátio com uma Igreja, orientados por um eixo axial marcando entrada principal, conferindo à obra sensação de grandeza e monumentalidade. Com

este desenho, Filarete criou duas unidades hospitalares autônomas e interligadas, separadas pelo pátio central, onde separavam-se os homens das mulheres e crianças (PEVSNER, 2009; TAVARES, 2014 apud DIAS, 2016).

As construções renascentistas são mais complexas utilizando duas formas básicas: o elemento cruciforme e o pátio interno ou claustro rodeado por galerias e corredores. [...] os claustros eram utilizados como espaços organizadores de outros elementos funcionais (MIQUELIN, 1992, p.40)

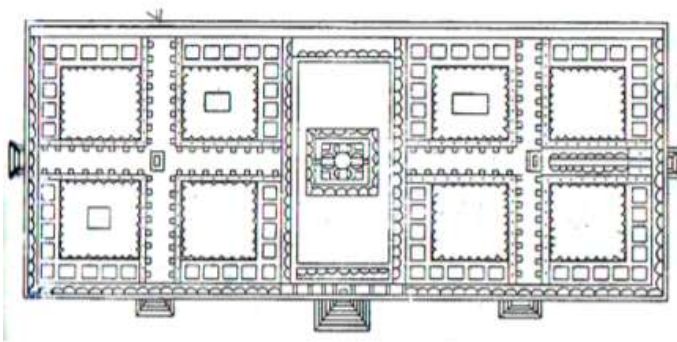


Figura 37. Planta do Ospedale Maggiore – Milão - Filarete, 1456. Fonte: Pevsner, 1976, p.143.

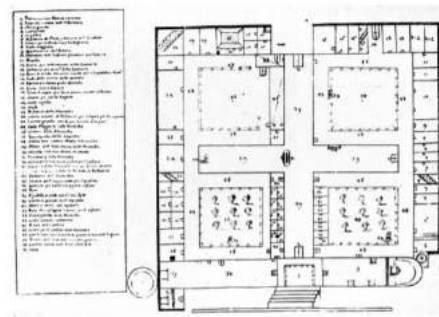


Figura 38. Planta do Hospital de San Matteo, de data incerta. Fonte: Dias, 2016.

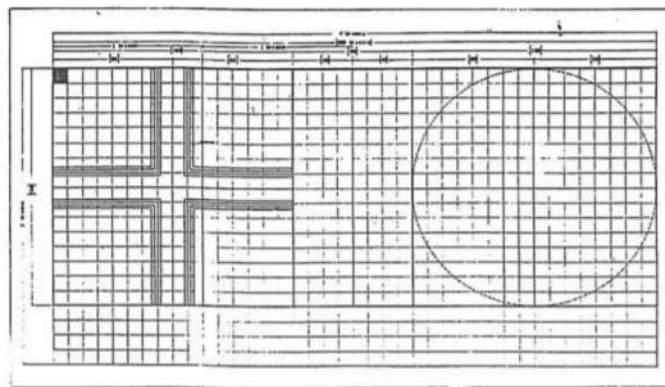


Figura 39. A interpretação de Liliana Grassi sobre o processo projetual de Filarete. Fonte: Dias, 2016.

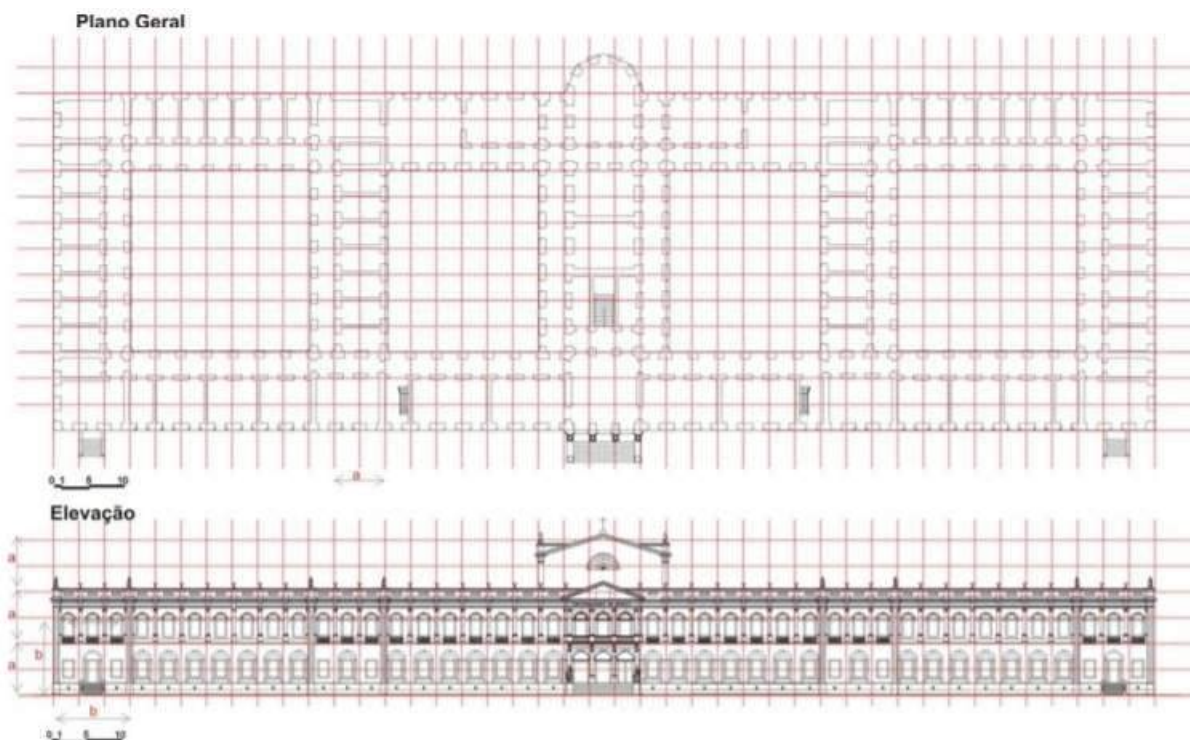


Figura 40. Traçado dos eixos estruturais do Hospício PII, segundo uma malha quadrada, e sua correspondência com a elevação. Fonte: SOBRAL, 2009

O hospital Maggiore dividia-se em três grandes alas, onde a ala das mulheres era em formato de “T”, e um braço da cruz foi destinada às crianças. As fachadas dos pátios e fachadas externas são marcadas por pórticos em arco. Nota-se a preocupação com aspectos relacionados à salubridade com a construção elevada para melhor circulação de ar e redução da umidade vinda do solo, e saneamento, com água limpa distribuída por todo hospital e sistema de esgotamento por fossa (PEVSNER, 2009; TAVARES, 2014 apud DIAS, 2016).

Segundo Lauro Miquelin (1992), o conceito formal da planta do Hospital Maggiore pode variar, quanto ao plano quadrado e especialmente quanto ao plano cruciforme, que pode surgir em forma de “T”, “L” ou “U”.

O Hospício de Pedro II seria construído com características semelhantes com eixos simétricos orientados pela planta em cruz. Sua planta original tem forma quadrangular rebatida em torno de um eixo simétrico foi projetada seguindo modelo pavilhonar, com enfermarias separadas por alas, ligadas pelos extensos corredores que formam os pátios internos, abertos por meio de pórticos em arco, garantindo a ventilação e iluminação natural em seus ambientes, atendendo aos preceitos higienistas da época, e também a visibilidade dos internos.

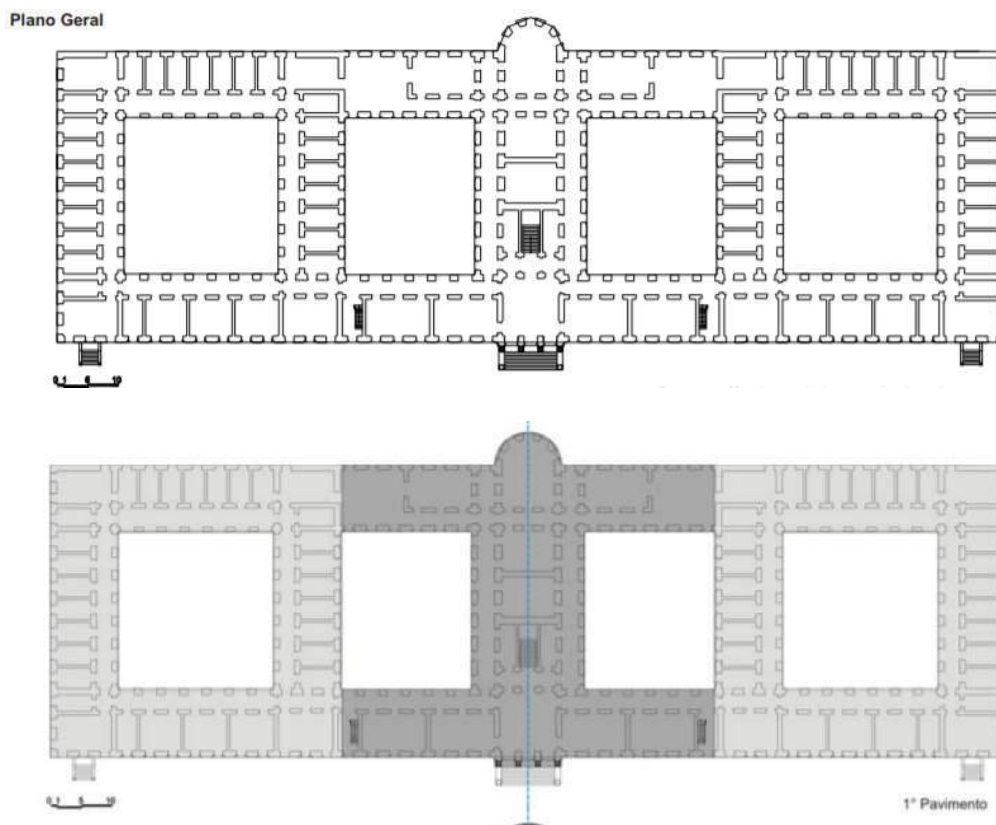


Figura 41 e 42. Planta do 1º pavimento do Hospício Pedro II, segundo sua concepção original.

Fonte: Escritório Técnico da UFRJ – ETU

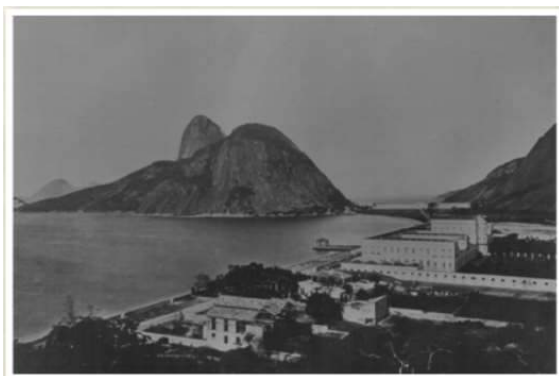


Figura 43. Vista aérea da Urca.
Fonte: CCMS. Fonte original: IPHAN

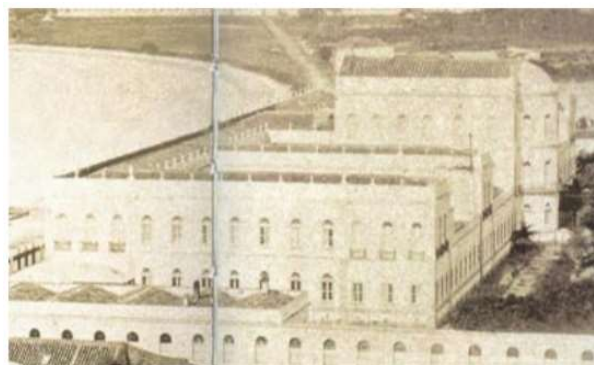


Figura 44. Hospício de Pedro II. Foto de Leuzinger, 1865. (ERMAKOFF, 2006). Fonte: Hoirish, Marisa; Salgado, Mônica; Ribeiro, Rosina, 2009. Disponível em: <file:///D:/FOTOS%20UFRJ/39-678-1-PB.pdf>

A segunda etapa de construção do Hospital que conferiu ao edifício a planta no formato em “U” se deu em virtude das necessidades de ampliação para adequar as crescentes demandas de pacientes e melhorias no tratamento. Foram acrescentadas entre 1890 e 1893, seis alas ao desenho original na parte posterior da edificação, criando-se mais dois pátios internos.

(SOBRAL, 2009)

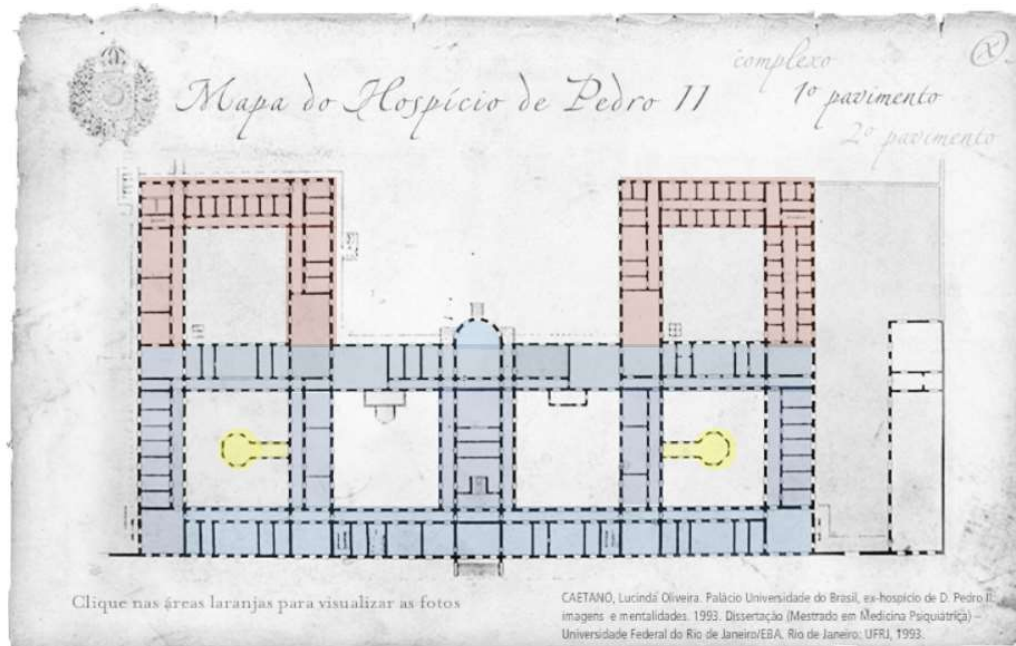


Figura 45. Planta do 1º pavimento indicando a construção original em azul, os acréscimos de 1890 em rosa e os torreões de vigilância em amarelo (1880). Fonte: Desenho da autora sobre Planta de Caetano (1993).

O edifício tem como principal característica a horizontalidade e ritmo de seus elementos. Possui na fachada voltada à baía uma entrada principal ao centro, que dá acesso ao vestíbulo e à Capela, e duas entradas laterais independentes que davam acesso às alas feminina e masculina na época do hospital. Foi concebido em um plano elevado ao solo, criando-se no pavimento térreo porões com aberturas em forma de óculo em cantaria para melhor ventilação do edifício. Destaca-se na fachada o Pórtico em cantaria com frontão triangular e colunas de ordens gregas desenhado por Guilhobel, marcando o eixo de simetria, como também a Capela elevada e duas estátuas que representam a ciência e a caridade, esculpidas pelo alemão Ferdinand Pettrich.

O conjunto arquitetônico é marcado por uma volumetria geometrizada e simétrica, evidenciando, nas linhas horizontais, a opção pela escala de monumentalidade e as feições palacianas. O corpo central destaca-se como um eixo principal, pela distinção do pórtico e pela volumetria da capela, contendo um pavimento a mais em relação ao restante do edifício (Sobral, 2009, p.180)



Figura 46. Vista aérea do Palácio Universitário da Praia Vermelha/UFRJ
Arquivo: Gabriela D'Araujo – Acervo SGCOMS/UFRJ

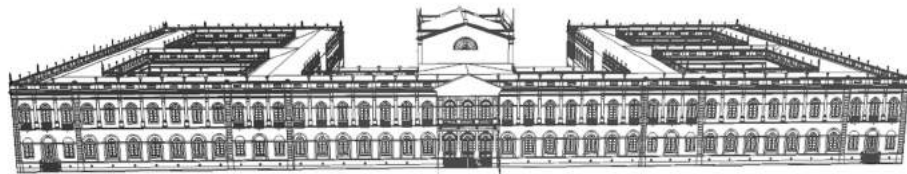
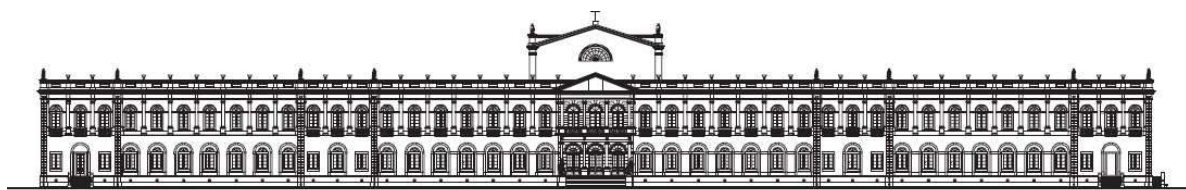
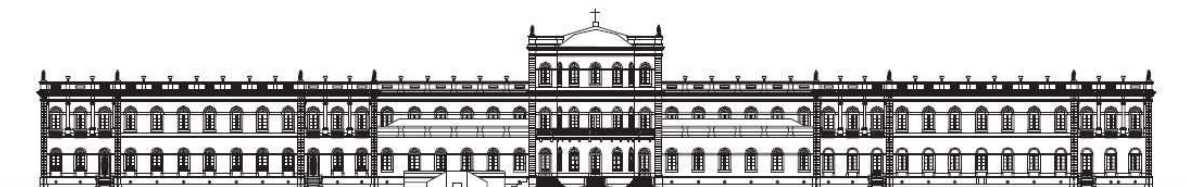


Figura 47. Fachada do Palácio originalmente projetada pelo arquiteto José Domingos Monteiro
Fonte: Arquivo Retrô – jul/2014

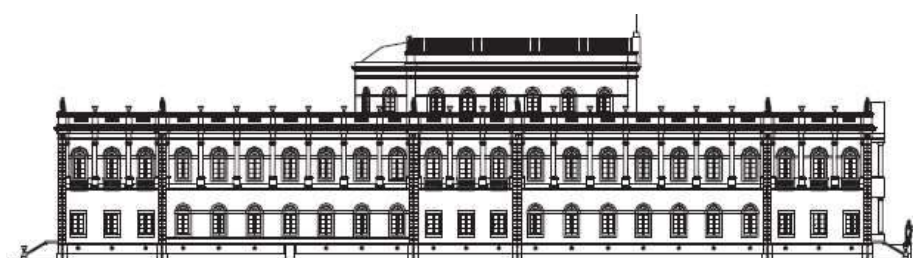
As quatro fachadas externas apresentam as mesmas características com linhas horizontais bem marcadas e destacadas do Plano. Na vertical o destaque com a quebra do ritmo se faz pelo pórtico principal, a volumetria da Capela, e pelos cunhais em cantaria que marcam as divisões das alas, coroados pelas estátuas, mais elevadas que os *cachebots*. É possível observar uma diferença de quantidade de elementos utilizados na composição do pavimento superior, com relação ao primeiro pavimento, conferindo a este pavimento desenho menos rebuscado. Isto também ocorre quando comparamos as fachadas externas com as fachadas dos pátios internos e a fachada principal com a fachada posterior.



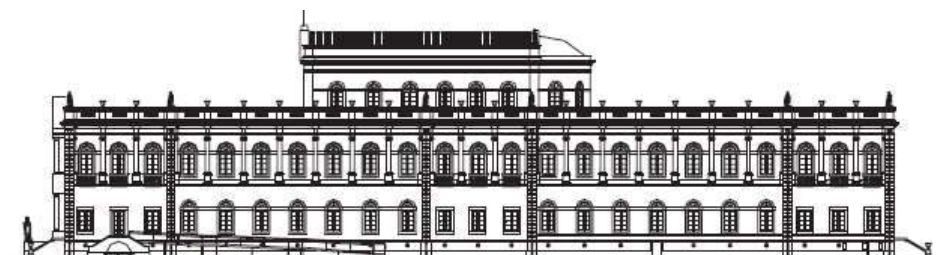
FACHADA PRINCIPAL - AVENIDA PASTEUR



FACHADA POSTERIOR - CAMPUS



FACHADA LATERAL - RUA DR. XAVIER SIGAUD



FACHADA LATERAL - AVENIDA VENCESLAU BRAS

Figura 48. Fachadas principais do Palácio Universitário da Praia Vermelha/UFRJ – Urca, RJ.
Arquivo: ETU/UFRJ



Figura 49. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 50. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 51. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 52. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 53. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 54. Fachada Norte do Palácio Universitário.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 55. Cobertura em telhas francesas.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 56. Cache-pots em mármore Carrara.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 57. Teatro de Arena
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 58. Capela São Pedro de Alcântara
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 59. Platibandas
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 60. Fachada do Pátio interno
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 61. Pátio interno ala oeste
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 62. Pátio interno ala oeste
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 63. Guarda-corpo da Capela
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 64. Guarda-corpo de sacadas
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 65. Tubulações de águas pluviais e
portões dos porões em ferro fundido. Fonte:
Arquivo pessoal



Figura 66. Tubulações de águas pluviais e
portões dos porões em ferro fundido. Fonte:
Arquivo pessoal



Figura 67. Arcos dos pórticos nos pátios
internos. Fonte: Arquivo pessoal



Figura 68. Tubulações de águas pluviais e
portões dos porões em ferro fundido.



Figura 69. Poste Histórico
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 70. Poste Histórico
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 71. Cristo, remanescente do
Incêndio da Capela
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 72. Poste Histórico
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 73. Poste Histórico
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 74. Cristo, remanescente do
Incêndio da Capela
Fonte: Arquivo pessoal

As características arquitetônicas do antigo Hospício também são muito semelhantes ao Hospital da Santa Casa Misericórdia no Rio de Janeiro, de 1852, cujo frontão foi desenhado por José Maria Jacinto Rebelo.



Figura 75. Hospital da Santa Casa Misericórdia
Imagem: Leonardo Feitosa

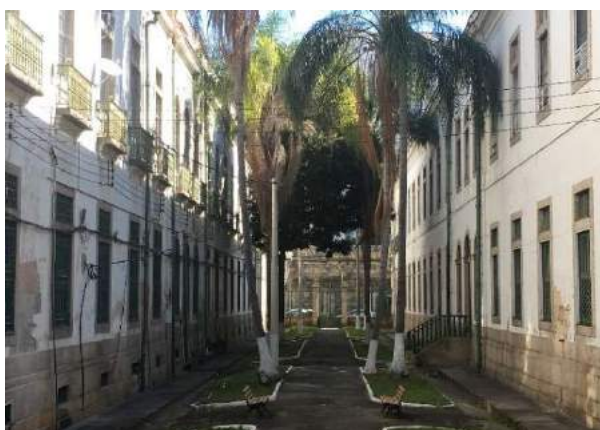


Figura 76. Fachadas voltadas para o interior do edifício.
Imagem: Arquivo pessoal



Figura 77. Fachada externa
Imagem: Arquivo pessoal



Figura 78. Fachadas voltadas para o interior do edifício.
Imagem: Arquivo pessoal



Figura 79. Fachadas voltadas para o interior do edifício.
Imagem: Arquivo pessoal

O Palácio apresenta uma grande variedade de pisos no primeiro pavimento, onde pisos originais de valor histórico, estético e funcional se misturam à materiais contemporâneos e de baixa qualidade de intervenções mais recentes. As tipologias de pisos encontradas no primeiro pavimento foram o ladrilho hidráulico, madeira, mármore, gnaisse, ardósia, carpete, cerâmica, cimentado, material sintético e piso vinílico. Já no segundo pavimento, encontramos uma homogeneidade de pisos, onde predominam os tabuados em madeira, e mármore nas sacadas. Os pisos mais antigos e originais, os quais são dotados de valor estético e histórico, e que se deseja preservar, são os pisos de madeira, mármore, ladrilho hidráulico e gnaisse.

É importante observar que a primeira fase da edificação que data de 1852, no primeiro pavimento, nos ambientes voltados para as fachadas externas, predominam os pisos em madeira. Já os corredores voltados para as fachadas internas dos pátios, predominam os pisos cerâmicos. Estas fachadas possuem pórticos em arco que fazem a conexão com o ambiente externo, sendo, portanto, este piso mais adequado. Quando comparamos por ala, na ala leste nesta primeira fase, nas fachadas externas, encontramos pisos em mármore, ladrilho hidráulico e gnaisse (granito), ao passo que na ala oeste, destacam-se os pisos em madeira. Na segunda fase, na virada do século, percebemos uma continuidade nesta diferença entre as Alas leste e Oeste. A Ala central, o primeiro pavimento é composto basicamente de pisos de mármore, gnaisse e ladrilho hidráulico. No segundo pavimento, é predominante o uso da madeira de diferentes larguras, sendo os pisos dos salões nobres os mais rebuscados.

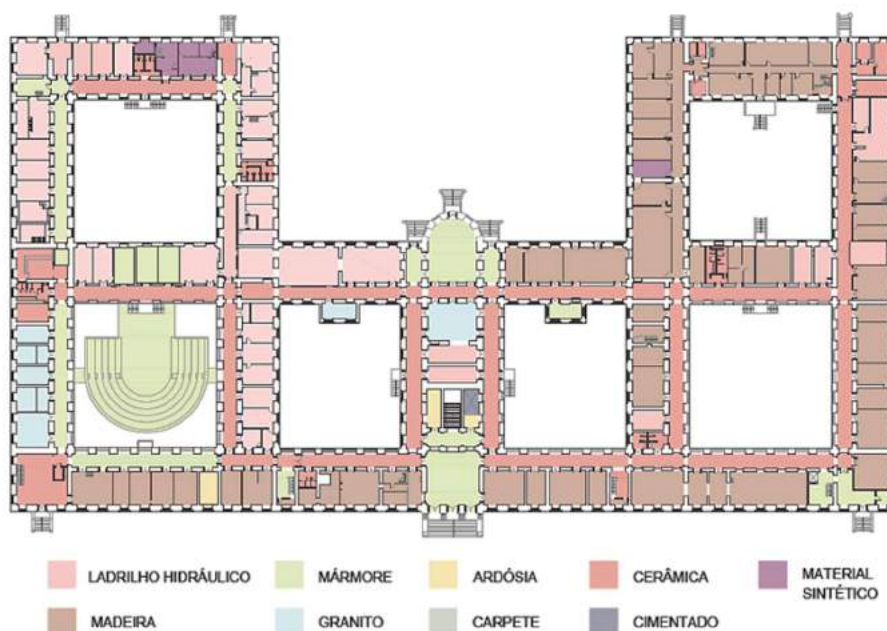


Figura 80. Planta esquemática de tipos de pisos do primeiro pavimento do Palácio Universitário.
 Fonte: arquivo Retrô, agosto/2013

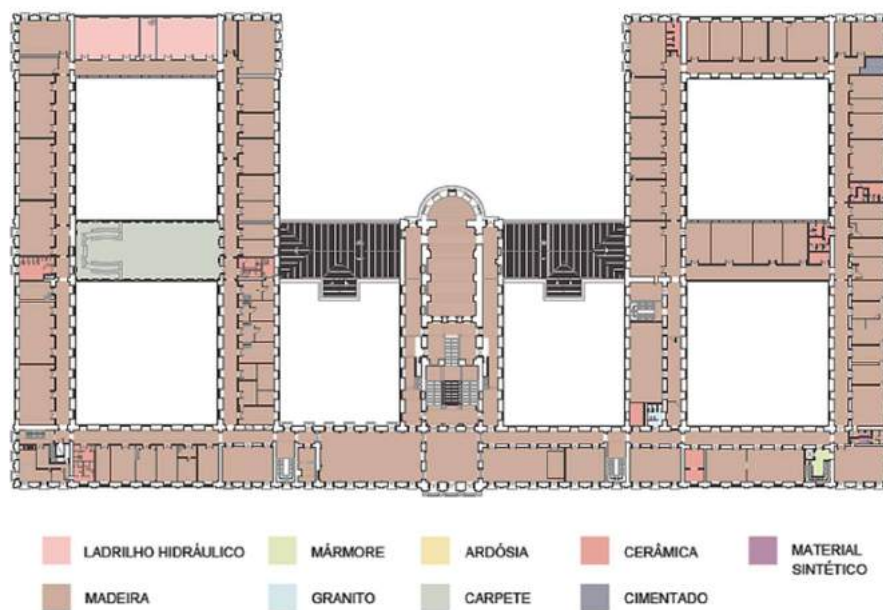


Figura 81. Planta esquemática de tipos de pisos do segundo pavimento do Palácio Universitário.
 Fonte: arquivo Retrô, agosto/2013

Há uma grande variedade de madeiras utilizadas nos pisos, de diferentes larguras. Costuma-se em atribuir valor histórico às régua feitas com madeiras nobres, de maior largura e espessura, de fácil identificação, assim como os pisos rebuscados e com tabeiras. Porém, a literatura indica que no século XIX esta característica foi perdendo força, talvez pela vontade estética de se obter uma uniformidade visual das peças. Segundo Marisa Hoirish, os pisos tabuados em madeira utilizados no século XVIII eram mais largos, e com tamanhos variados, conforme o diâmetro das árvores, tendo em média 0,40m de largura. (HOIRISH, apud VASCONCELLOS, 1961, p. 60; BARRETO, 1947, p. 117; ALMEIDA, 1945, p. 358).

Já no século XIX, esta largura foi reduzida, paralelamente à uma tentativa de padronização, chegando a medir 0,15m, com 0,045m de espessura. Preocupava-se neste período, com a disposição das tábuas, e bom acabamento, sendo comum a utilização de tabeiras em tons mais escuros, criando-se uma espécie de moldura. O sistema construtivo utilizado nos pisos de madeira do antigo hospício era o conhecido “macho e fêmea” (HOIRISH, apud GALVÃO, 1961, p. 189).



Figura 82. Pisos de madeira dos Salões Nobres. Fonte: Hoirish, 2012.

Os pisos de ladrilho hidráulico estão mais concentrados na Ala Leste, no primeiro pavimento, e também aparecem com diferentes desenhos e tonalidades, formas, relevos e composições, alguns com tons mais sóbrios e cores primárias, outros mais coloridos. Como para fabricação do ladrilho hidráulico é utilizado o cimento, este tipo de piso possivelmente está associado ao período que ocorreu a expansão da edificação, ou de intervenções posteriores. (HOIRISH, 2012 apud FARIA 2005)



Figura 74. Ladrilhos hidráulicos, Hospício de Pedro II. Fonte: Fotos de Marisa Hoirisch, 2012.



Figura 75. Ladrilhos hidráulicos, Hospício de Pedro II. Fonte: Fotos de Marisa Hoirisch, 2012.

O mármore utilizado nos pisos e esculturas do Hospício é o mármore de Carrara originários da região da Toscana, na Itália. Os pisos em pedra do Hospício Pedro II foram utilizados principalmente nos corredores e nos pisos das sacadas do segundo pavimento, formando uma composição com as cores preto e branco, no átrio e Capela, com desenhos geométricos. Um levantamento realizado em 2013, para o diagnóstico do estado de conservação dos pisos, apontou que uma grande área está em condições regulares e alguns ambientes em péssimas condições de conservação.



Figura 83. módulo de piso desenhado por Durand sob Piso de mármore do átrio do Hospício Pedro II
Fonte: Arquivo Retrô (2006) e Précis des leçons d'architecture (DURAND, 1819)

Figura 84. Piso de mármore da Capela.
Fonte: Arquivo Retrô.

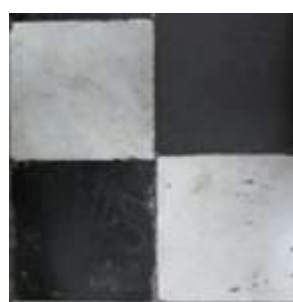
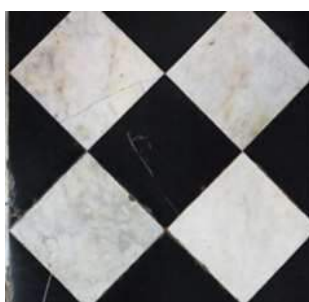


Figura 85. Pisos em mármore da Capela. Fonte: Hoirish, 2012.

Os azulejos foram introduzidos no Brasil no século XIX, e no Hospício foram utilizados nas paredes dos corredores, formando painéis nas paredes em meia altura, como também em painéis decorativos de escadas externas e do chafariz. Funcionava como elemento decorativo ao mesmo tempo que contribuía para ação higienista dos ambientes. Segundo Marisa Hoirish (2005), estes azulejos são de origem francesa e portuguesa. Foram encontradas

sete tipologias, que variam entre formas geométricas e orgânicas, com cores predominantemente azul e branca.



Figura 86 – Modelos de azulejos Fonte: Hoirish, 2005



Figura 87. Fonte com azulejos. Fonte: Arquivo pessoal.

Os forros de madeira são predominantes no edifício em ambos os pavimentos. Assim como os pisos, as régua dos forros também possuem uma variedade de larguras, tipos de madeira, molduras e encaixe. Forros de estuque compõem vestíbulo, o forro da claraboia e o salão dourado. Os forros de gesso são encontrados em salões com forros menos decorados como salão vermelho, auditório Pedro Calmon, Gabinete e Muniz Aragão. Os forros do segundo pavimento foram recentemente restaurados, e os forros da Capela foram consumidos no incêndio em 2011. Abaixo é possível ver a distribuição dos forros por tipologia nos pavimentos:

FORROS - PRIMEIRO PAVIMENTO

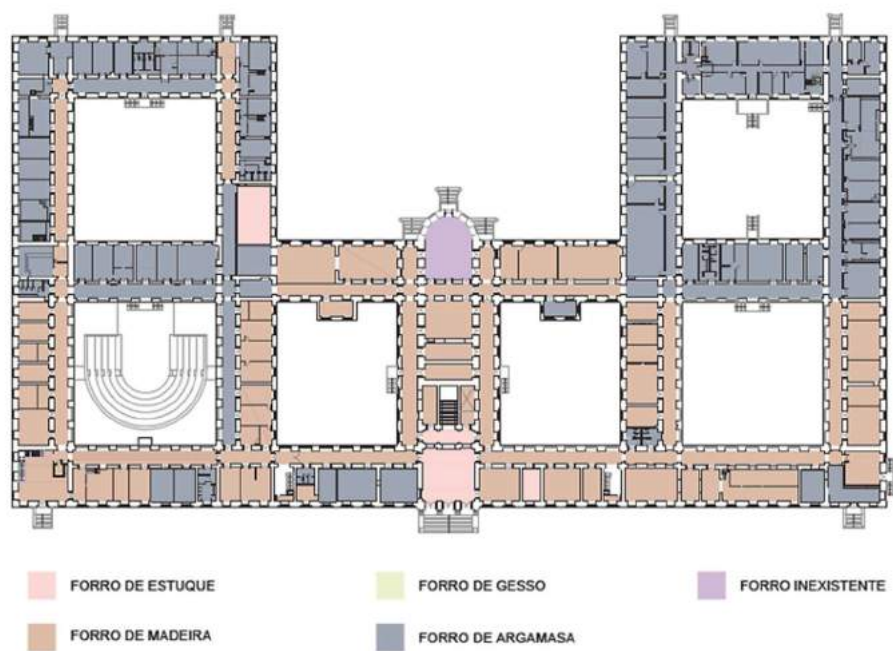


Figura 88. Levantamento de forros. Fonte: ETU/ UFRJ.

FORROS - SEGUNDO PAVIMENTO

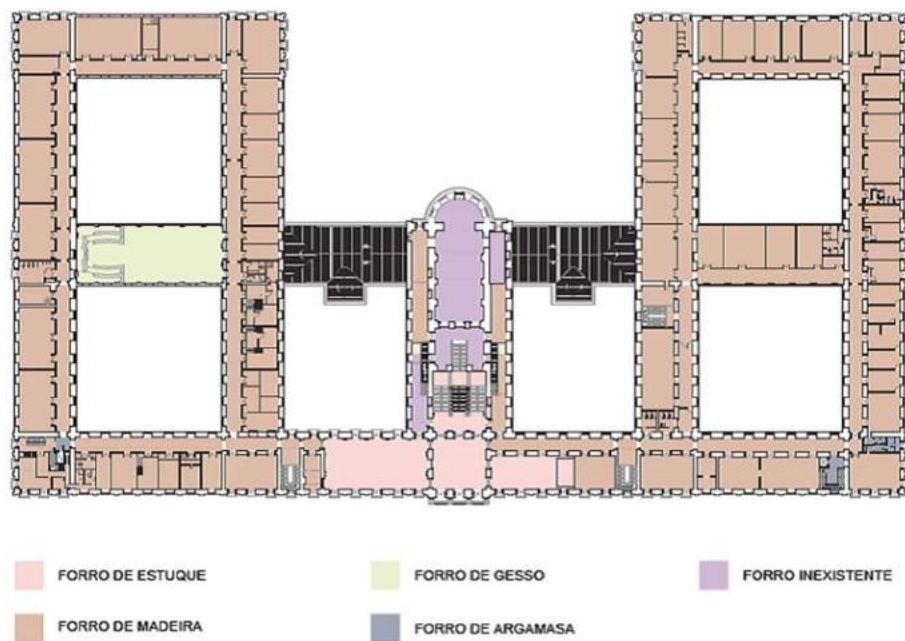


Figura 89. Levantamento de forros. Fonte: ETU/ UFRJ.



Figura 90 e 91. Forros em madeira, corredores e salas do 2º pavimento. Fonte: ETU/ UFRJ.



Figura 92 e 93. Forros em gesso, Hall e Salão Vermelho. Fonte: ETU/ UFRJ.



Figura 94. Salão Pedro Calmon. Fonte: ETU/ UFRJ.



Figura 95. Forros em gesso, Salão Dourado e Sala do gabinete. Fonte: ETU/ UFRJ.

O forro artístico em estuque fasquiado frente ao átrio da Claraboia, possui duas colunas estruturais com capitéis de ordem Jônica, com pinturas parietais que imitam materiais nobres como o mármore: nas bases, em tons mais escuros como cinza e o preto, e, nas colunas, tons mais rosados e claros. O forro é emoldurado com frisos e florões em alto relevo, formando três grandes painéis em tons pastéis de uma paleta de cores suaves como azul, rosa e amarelo, remetendo cores celestiais. É possível perceber, também, a utilização de técnicas ilusionistas, uma das principais características desta pintura, que proporcionam ao expectador impressão de profundidade em paredes e tetos. Em geral, as pinturas originais encontravam-se cobertas por diversas camadas de repinturas resultantes de intervenções diversas ao longo da história do edifício.



Figura 96. Pinturas artísticas, Capela. Fonte: Arquivo pessoal.

O forro abobadado da claraboia revela uma pintura artística composta por delicadas rocalhas, que se repetem e emolduram os quatro painéis curvos, cuja geometria e técnica de perspectiva remete à um outro ambiente, muitas vezes, imaginário. Para a restauração artística do forro da clarabóia, foi necessária a remoção cuidadosa das camadas de repintura que cobriam o estrato original. Após a etapa de remoção das repinturas, foram identificados apenas vestígios da pintura original, pois as intervenções anteriores, as infiltrações de águas pluviais e as altas temperaturas geradas durante o incêndio causaram a destruição de quase todo o original. Foram coletados fragmentos dos desenhos originais que serviriam como moldes para sua reprodução. Os desenhos foram estudados a fundo, assim como as superfícies do forro, para uma leitura completa da pintura artística. Para uma boa leitura da obra os restauradores fizeram um trabalho extremamente cuidadoso para a reprodução das cores e suas tonalidades a fim de respeitar o original e entregar ao expectador um resultado agradável, sem se perder as características dos forros.



Figura 97. Pinturas artísticas do forro da Clarabóia, Capela. Fonte: Arquivo pessoal.

2.2. O entorno do Palácio Universitário e o campus da Praia Vermelha



Figura 98. Campus Universitário da Praia Vermelha/UFRJ – Urca, RJ.

Fonte: ETU



Figura 99. Vista aérea do Campus Universitário da Praia Vermelha/UFRJ – Urca, RJ.

Imagem: Google Earth – abr/2019

O Palácio Universitário está localizado no Campus da Praia Vermelha, no bairro da Urca – Rio de Janeiro/RJ. A Urca foi o local escolhido para a instalação de diversas Instituições durante o Império, que buscavam grandes terrenos arborizados, afastados e isolados da cidade. Estas eram ligadas ao ensino e a área da saúde, como o Batalhão de Engenheiros, a Escola Militar e de Aplicação, e também o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant. Atualmente imóveis com este tipo de uso ainda são predominantes no entorno do Palácio, como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, e o Hospital Rocha Maia, o Instituto de Psicologia/ UFRJ, Escola de serviço Social/UFRJ, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ, Instituto de Neurologia Deolindo Couto/UFRJ, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Instituto Philippe Pinel, e o Instituto de Psiquiatria/UFRJ – IPUB.

A ocupação do terreno do campus da Praia Vermelha por diversas instituições ligadas à área da psiquiatria é herança do Antigo Hospício D. Pedro II. Com os avanços da medicina, hoje estas Instituições prestam serviços amplos, não só de assistência como também de ensino e pesquisa.

Além do Palácio Universitário, a UFRJ possui também na sua lista de patrimônio tombado, o edifício da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e a Casa da Ciência localizados no Campus da Praia Vermelha. Segundo a arquiteta Regina de Souza do Iphan-RJ, atualmente há um processo de ratificação do tombamento em virtude de um pedido de tombamento federal para a área do entorno do Instituto de Psiquiatria e edificações remanescentes do antigo Hospício Pedro II, como o conjunto conhecido como Pavilhão de Observação, atualmente ocupado pelo Instituto de Psiquiatria. Este estudo foi elaborado pelo Iphan/RJ, submetido ao Departamento de patrimônio Material/ DEPAM em Brasília para análise para posterior encaminhamento ao Conselho Consultivo do IPHAN. Estas edificações embora descaracterizadas internamente, possuem fachadas e volumetria preservadas.

QUADRO DE OCUPAÇÃO		
1	Palácio Universitário	7.738,25 m ²
2	Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB)	584,25 m ²
3	Diretório Central de Estudantes Mário Prata	155,35 m ²
4	Anexo da Escola de Serviço Social	344,40 m ²
5	Instituto de Psicologia	748,80 m ²
6	Escola de Serviço Social	693,00 m ²
7	Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)	622,75 m ²
8	Biblioteca CFCH e Progr. Avanç. de Cultura Contemp.	586,50 m ²
9	Revista Ciência Hoje (SBPC)	91,20 m ²
10	Pavilhão Mário d'Almeida (CBPC)	560,90 m ²
11	Subestação	220,60 m ²
12	Casa de Força (desativada em julho de 2004)	98,20 m ²
13	Oficina CBPF	516,25 m ²
14	Subprefeitura da Praia Vermelha e SINTUFRJ	344,75 m ²
15	Anexo da Biblioteca do CFCH	484,70 m ²
16	Ambulatório de Psiquiatria	830,70 m ²
17	Residência Médica do IPUB	310,15 m ²
18	Centro de Atenção e Reab. da Infância e da Mocidade	326,15 m ²
19	Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil	232,55 m ²
20	Teatro Quorpo Santo	165,50 m ²
21	Biblioteca do IPUB	321,25 m ²
22	Centro de Atendimento Diário (CAD)	381,20 m ²
23	Casa da Terceira Idade (CDA)	375,00 m ²
24	Enfermaria / Gabinete do Diretor / Secretaria Acadêmica	1.439,35 m ²
25	Prédio Wilian Asmar	251,20 m ²
26	Prédio da Eco	240,15 m ²
27	Central de Produção Multimídia (CPM-ECO)	375,00 m ²
28	Laboratório do IPUB	235,20 m ²
29	Pavilhão Austregésilo	275,00 m ²
30	Capela do Instituto de Neurologia	18,00 m ²
31	Subestação do Instituto de Neurologia	28,10 m ²
32	Escola de Educação Física e Desportos (EEFD)	972,70 m ²

33	Istituto de Neurologia Deolino Couto	1.787,85 m ²
34	Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (CAURJ)	138,60 m ²
35	Ambulatório da Neurologia	173,20 m ²
36	Restaurante / Xerox	200,00 m ²
37	Vestiários	364,35 m ²
38	Praça de esportes santos (não edificada)	20.086,50 m ²
Area total edificada		23.321,10 m ²
Area total não edificada		77.588,96 m ²
Area total do terreno		100.910,00 m ²

Tabela 1. Quadro de Ocupação do Campus Universitário da Praia Vermelha/UFRJ – Urca, RJ.
Fonte: ETU-UFRJ

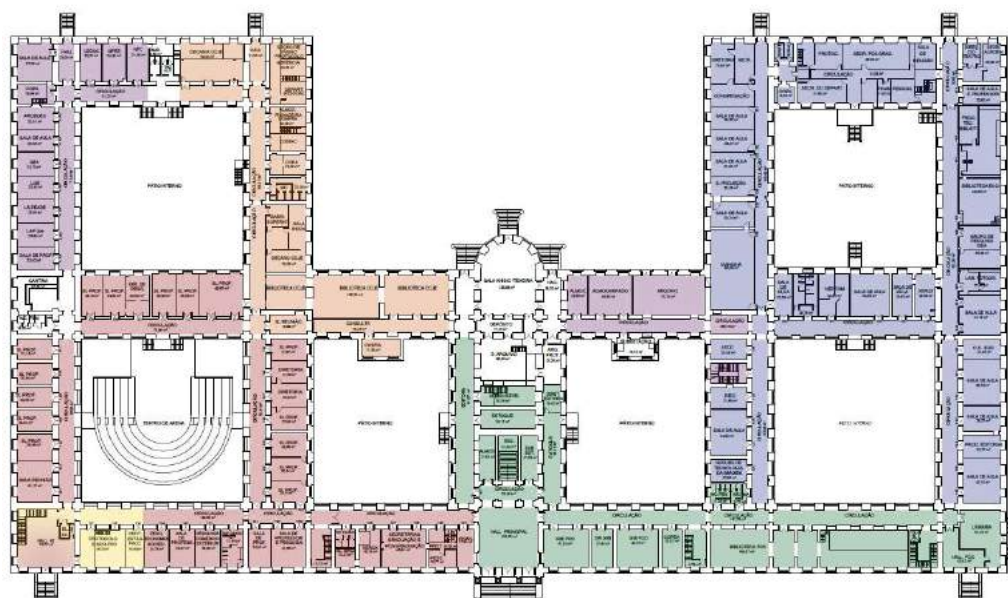
A configuração do Campus da Praia Vermelha atualmente é resultante da ausência de políticas de gestão e planejamento, que favoreceu a ocupação desordenada do espaço por edificações de baixo valor arquitetônico, que contrastam com os bens tombados e edificações históricas ali presentes. Os estacionamentos não são bem definidos, e funcionam até mesmo no entorno do Palácio Universitário. Não há um planejamento de fluxos de veículos e pedestres, como também planejamento de usos e ocupações.

2.3. Uso e Ocupação atual do Palácio Universitário

O edifício do Palácio Universitário atualmente está dividido em três grandes Alas que são ocupadas pelas atividades acadêmicas de unidades específicas da UFRJ, são elas: o Instituto de Economia (IE), a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), ocupando a Ala Leste do edifício; pela Escola de Comunicação (ECO), Faculdade de Educação (FE), e o Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ (FCC), a Ala Oeste. Na Ala Central estão localizados os salões nobres do Palácio, como o salão Vermelho, Salão Dourado, e Muniz Aragão, e também a Capela de São Pedro de Alcântara, esta permanece sem uso após o incêndio ocorrido em 2011. Apesar da divisão de áreas ser bem definida quando pensamos em Alas, a ocupação do edifício se dá de forma orgânica pelas unidades. O prédio tem funcionamento diurno e noturno e seus espaços são destinados aos mais variados usos da Universidade, abrigando salas de aula, bibliotecas, livraria, auditórios, teatro, gabinetes de diretores, sala de professores, salas de informática, gráfica, salas de reuniões, almoxarifados, banheiro, copa, e alguns usos peculiares como um restaurante no primeiro pavimento.

O edifício atualmente é um grande loteamento de espaços. Muitas salas são trancadas com chave pelos seus usuários. A fragmentação tão apontada nos diagnósticos dos Planos elaborados para a Universidade pode ser vivenciada na Praia Vermelha e dentro do Palácio

Universitário. O que existe hoje são unidades isoladas em três alas distintas de uma mesma edificação, separadas pelos corredores e pavimentos. A única área que tem salas compartilhadas entre as unidades é a Ala Leste, que é ocupada pelo Instituto de Economia e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.



LEGENDA	
■	DECANIA CCJE
■	ECO
■	FACC
■	FACC E IE
■	FE
■	FÓRUM

Figura 100: Planta de Uso e Ocupação do 1º pavimento do Palácio universitário /UFRJ
 Fonte: ETU - Fev/2019

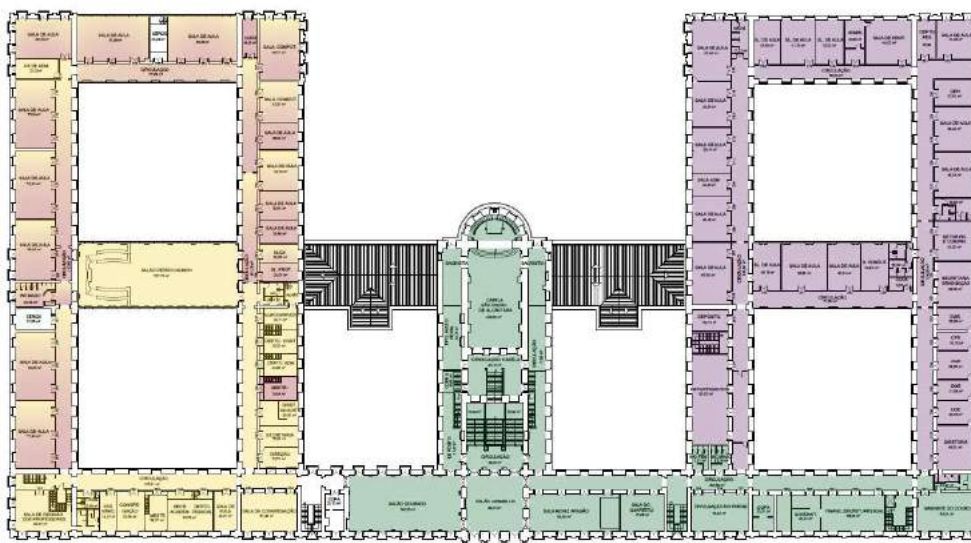




Figura 101. Planta de Uso e Ocupação do 2º pavimento do Palácio universitário /UFRJ
Fonte: ETU - Fev/2019

A crescente demanda por espaços em virtude da expansão acadêmica tem refletido em constantes adaptações nos ambientes e instalações do Palácio. Estas intervenções não só descaracterizam esteticamente a arquitetura de um edifício neoclássico como também características funcionais, projetados de forma a garantir a manutenção natural de insolação, temperatura e umidade dos ambientes: salões amplos e bem ventilados, pé direito alto, extensos corredores, grandes vãos de janelas e portas, etc, ambientes arejados como descrito por Lima Barreto:

O Hospício é bem construído e, pelo tempo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. As salas são claras, os quartos amplos, de acordo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível <beleza>, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, (...) (BARRETO, 1993, p.27).

Em contrapartida a essas transformações do espaço para adaptação do uso, está a busca incessante por recursos artificiais que substituam essas funções que são na verdade inerentes à edificação e precisam ser recuperadas, como por exemplo a instalação de aparelhos de ar condicionado e ventiladores nos ambientes, que cada vez mais confinados, carecem da ventilação natural e da ventilação cruzada proporcionada em edificações neoclássicas.

O Instituto de Economia e Faculdade de Administração e Ciências Contábeis optaram por compartilhar entre si boa parte de suas salas de aula no 2º pavimento da Ala Leste. É também nesta ala onde podemos observar a maior concentração de salas com mezaninos, no segundo pavimento. Estas salas em geral funcionam atividades administrativas e de apoio. Toda a edificação possui divisórias de alvenaria e placas de *drywall*, estas são encontradas tanto no primeiro quanto no segundo pavimento. Estas divisórias permaneceram mesmo depois das obras de restauração em atendimento às solicitações das decanias, pois sua remoção inviabilizaria grande parte das salas de aula.

Abaixo um levantamento do primeiro e segundo pavimento das intervenções internas

para elaboração do Projeto de Restauração:



Figura 102. Mapa de intervenções para adequação dos espaços - primeiro pavimento.
Fonte: Arquivo Retrô Setembro/2013

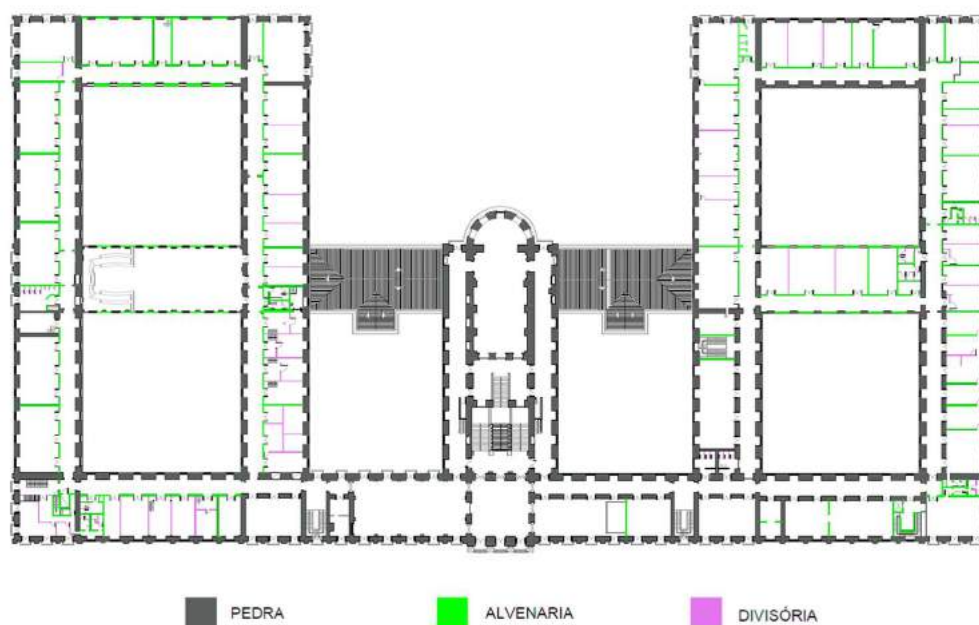


Figura 103. Mapa de intervenções para adequação dos espaços - segundo pavimento.
Fonte: Arquivo Retrô Setembro/2013



Figura 104. Ambientes de um pavimento com acréscimo de um segundo pavimento com construção de mezanino em estrutura metálica. Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 105. Vista da janela com visão obstruída pelo piso do mezanino e com suporte para ar condicionado. Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 106. Intervenções para instalação de ar condicionado em janelas. Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 107. Intervenções para instalação de ar condicionado em janelas. Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 108. Intervenções para passagem de mangueira de ar condicionado em fachadas. Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 109. Intervenções em vãos de janelas para instalação de aparelhos de ar condicionado. Fonte: Arquivo Pessoal

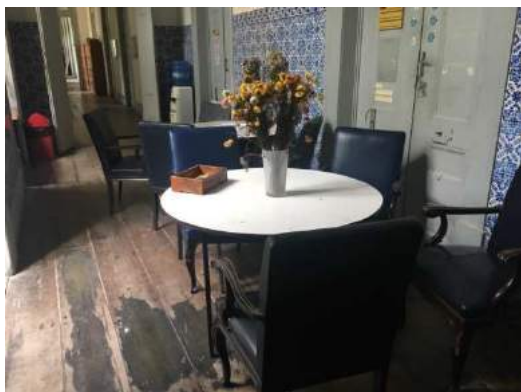


Figura 110. Apropriação e obstrução dos corredores com mobiliários. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 111. Utilização inadequada de cache-pot para cinzeiro. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 112. Limitação dos acessos através do de chaves e cadeado em posse do usuário. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 113. Limitação dos acessos através do de chaves e cadeado em posse do usuário. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 114. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 115. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 116. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 117. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 118. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 119. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 120. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 121. Exemplo de mau uso da edificação.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 122. Estacionamento no entorno do bem tombado
Fonte: Arquivo pessoal.

2.4. Análise crítica do Plano Diretor UFRJ/2020

O Palácio Universitário constitui atualmente um patrimônio cultural da Universidade federal do Rio de Janeiro, a quem cabe sua gestão. O Plano Diretor UFRJ/2020 é no momento o principal instrumento de gestão dos Campus da Universidade, e seu patrimônio universitário.

A implementação de um Plano Diretor de longo prazo é um processo que precisa ser monitorado, avaliado e revisado periodicamente. O Plano Diretor da UFRJ aprovado em 2009, com prazo de vigência até 2020, teve dois momentos intermediários para reavaliações do Conselho Universitário da UFRJ: 2012 e 2016. Porém as reuniões do Conselho Universitário para tratar das questões relacionadas ao Plano Diretor UFRJ/2020 estão paralisadas desde a última reunião que data de fevereiro de 2016, a qual indicava a necessidade de alterações no Plano, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesta reunião, o documento foi considerado incompleto, com propostas inexecutáveis e com muitas indefinições com relação aos demais campus da Universidade. Cabe enfatizar que o PDUFRJ 2020 teve como foco principal a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão e que o Campus da Praia Vermelha, assim como as Unidades isoladas, ficou em segundo plano. Apesar da proposta de administração integrada dos espaços e edificações, o Plano Diretor UFRJ/2020 já se apresenta de forma fragmentada, sendo o plano resultante da junção de três documentos distintos: o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – PDCIDUNI 2020, o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUPV 2020 e o Plano de Ocupação e Uso das

Unidades Isoladas – POUUI 2020. O Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha é um documento muito resumido diante à complexidade de suas proposições, como a preservação e conservação do Palácio Universitário. Faltam, portanto, em linhas gerais, na construção do POUPV 2020, a apresentação de estudos e justificativas para a proposta de novo uso para o Palácio Universitário.

O Plano Diretor UFRJ/2020 também enfrenta um movimento de resistência por parte dos usuários das unidades que ocupam hoje o edifício tombado, com relação à transferência de suas atividades para a Cidade Universitária. Apesar de constar no documento que não haverá transferências em caráter compulsório das unidades acadêmicas para a Cidade Universitária, a falta de reuniões do Conselho Universitário dificulta o diálogo para desocupação do edifício.

A mudança de gestão a cada quatro anos com eleição de um novo Reitor também é um obstáculo para a implantação e funcionamento do Plano Diretor. O Projeto do Centro Cultural foi idealizado pela gestão do Reitor Carlos Levi (2011–2015), sucessor de Aloísio Teixeira (2003–2011), e antecessor de Roberto Leher (2015–2019). Em outubro de 2015, o reitor Roberto Leher informou à comunidade universitária que o projeto não seria levado adiante, mas a primeira etapa de obras de restauração de telhados e fachadas foram iniciadas neste mesmo ano, em julho de 2015. Os professores da Escola de Comunicação questionavam sobretudo a falta de diálogo e reivindicavam mudanças no projeto, além de afirmarem que não deixariam

as salas para que a reforma ocorresse pois poderiam não retornar às suas instalações, como divulgado, inclusive, pela imprensa:

Quando chegamos em 1970 aquilo estava completamente abandonado, quem deu vida àquele prédio fomos nós. A obra no telhado é necessária, mas as pessoas não querem sair porque não confiam. Somos contra esse plano diretor. Atividade nobre é pesquisar e ensinar — protestou o professor emérito da ECO Muniz Sodré (O Globo, outubro de 2015).

Segundo Paulo Belinha e Andréa Borde, com o Plano Diretor UFRJ/2020, a universidade institui o planejamento a longo prazo como nova política institucional, com diretrizes de expansão, reestruturação e integração, rompendo com as velhas práticas e o Plano Geral de Ocupação de 1949. Os imóveis tombados são apenas listados no Plano, e a transferência das unidades para a Cidade Universitária é uma das recomendações gerais, destinando aos imóveis do campus da Praia vermelha novos usos. Ainda segundo estes, o motivo apresentado no Plano Diretor para esta transferência seria o custo elevado em se manter estas edificações, devido ao grande investimento na conservação deste patrimônio. De

fato, a manutenção tem impacto no orçamento da universidade, mas que é uma conclusão que precisa ser analisada em detalhes e se possível com um olhar imparcial (Borde, Andréa; Belinha, Paulo, p.58 e 59, 2015).

“É preciso avançar nesta discussão, pois é inegável que a sustentabilidade patrimonial passa pela manutenção das edificações existentes consideradas portadoras de conteúdos inestimáveis a serem transmitidos às futuras gerações. O que parece claro é que se, por um lado, o *antigo* e o *novo* são dois universos distintos à elaboração de um Plano de Conservação Integrada do Patrimônio Arquitetônico da UFRJ (...), por outro, esta é uma demanda urgente para que se possa analisar, se possível imparcialmente, as potencialidades e custos envolvidos na conservação das edificações notáveis da Universidade” (Borde, Andréa; Belinha, Paulo, p.59, 2015)

Apesar da ponderação de uma análise urgente, para que se possam definir novas destinações, o universo de 2020 posto como ano limite de implantação das ações, está cada vez mais próximo. A Universidade avança com as ações de restauração do Palácio Universitário, o qual teve sua primeira etapa concluída apenas em 2019, com a restauração de coberturas e fechadas, que sofriam até meados de 2015 com o agravamento de infiltrações e avanço do estado de deterioração. Uma segunda etapa de restauração completa está prevista, e inclui a restauração da Capela São Pedro de Alcântara, mas ainda dividida por ala, sendo a ala central a próxima a ser contemplada. As dimensões do edifício somado aos custos elevados das obras de restauração, e as dificuldades financeiras da Universidade tem dificultado na prática os ideais do Plano Diretor. Com essas dificuldades, mesmo com um planejamento à longo prazo, é difícil pôr fim à cultura das ações corretivas e emergenciais para se fazer valer das ações preventivas, de manutenção, conservação e gestão de que carece o Palácio Universitário.

Objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, expedido pelo Ministério Público Federal, os Planos Diretores do Campus da Praia Vermelha e do Palácio Universitário não foram sequer iniciados. A Universidade ainda se utiliza do Plano Diretor UFRJ/2020 como documento oficial para guiar as ações de intervenção no seu patrimônio tombado, mesmo este documento apresentando propostas que divergem dos interesses da comunidade: “os planos elaborados para a universidade despertam, historicamente, adesões diferenciadas da comunidade acadêmica, não seria diferente com este” (Bordes, Andréa; Belinha, Paulo, p.59, 2015).

As intervenções e ações propostas pelas diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020, mais especificamente do Plano de Uso e Ocupação da Praia Vermelha tem ocorrido meio a um sentimento de indefinição e insegurança em torno do novo uso do Palácio Universitário.

2.4.1 O surgimento de uma nova proposta para o Campus: o VIVAUFJR

Com o fim do prazo de vigência do Plano Diretor, a UFRJ lança em 2019, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, um novo projeto para o Campus da Praia Vermelha: o “VIVAUFJR”. O objetivo do projeto, que teve uma primeira etapa apresentada ao CONSUNI em 2018, é a obtenção de recursos privados em caráter complementar, para investimento na Universidade. A proposta do VIVAUFJR é ceder à iniciativa privada por um período de até 50 anos, parte do Campus da Praia Vermelha, utilizando-se de contrapartidas para melhorias da Universidade.

No local poderão ser construídos, caso o projeto de lei da prefeitura, que foi elaborado em conjunto com a comissão do VIVAUFJR, seja aprovado na Câmara dos Vereadores, edifícios de 20 à 60 metros, novos logradouros públicos, e um equipamento cultural de grande porte equivalente ao antigo Canecão. A nova proposta de reuso do Campus da Praia Vermelha tem gerado polêmica dentro e fora da Universidade, entre especialistas, moradores da região e a comunidade acadêmica. Ainda em fase de apresentação pública, o processo de implementação do projeto continua e está longe de ser concluído.

Na imagem abaixo, a área em amarelo, representa os ativos imobiliários da Universidade, apresentada pelo BNDES nos documentos licitatórios, e poderá sofrer alterações em função de condicionantes construtivos e restrições a serem definidas pela Universidade.



Figura 123: Área do Terreno da Praia Vermelha destinada ao projeto VIVAUFJR.
Fonte: <https://viva.ufrj.br/documentos/>

A proposta divulgada pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, apresenta um detalhamento maior dos estudos do projeto VIVAUFJR, com a simulação dos novos prédios,

abertura de vias de circulação para tais empreendimentos, assim como um novo centro de convenções. Destaca-se a permanência de imóveis históricos como o Palácio Universitário, a Fundação José Bonifácio, e remanescentes do antigo Pavilhão de Observação, ao contrário de edificações históricas como a Casa da Ciência e o Pavilhão Rodrigues Caldas, atual enfermaria do Instituto de Psiquiatria – IPUB, que não constam na simulação do projeto (Figuras 124 e 125).

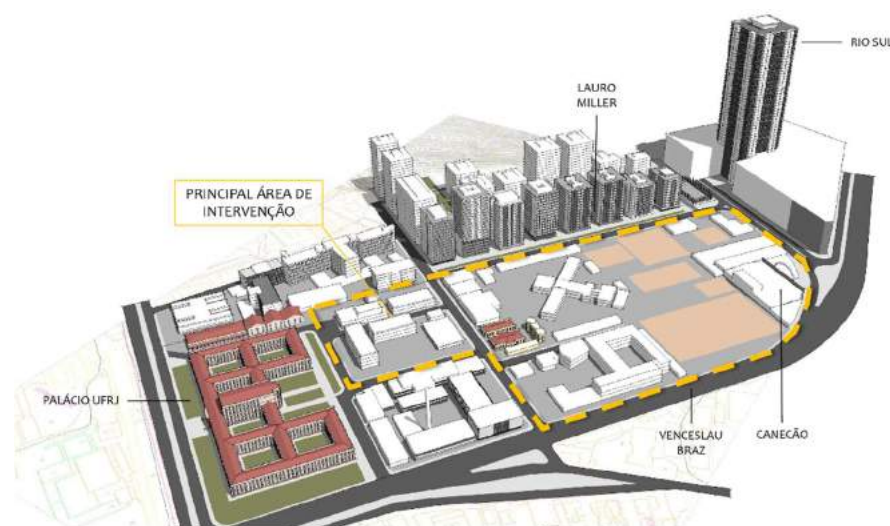


Figura 124: Situação atual do campus da Praia Vermelha.
Fonte: AEIF – UFRJ – Apresentação COMPUR.



Figura 125: Proposta VIVA UFRJ. Fonte: <http://www.adufrj.org.br/>
Fonte primária: Secretaria Municipal de Urbanismo.

2.4.2 A proposta de reuso do Plano Diretor UFRJ/2020 para o Palácio Universitário

O projeto executivo de restauração do Palácio Universitário, com mudança do uso acadêmico para um Centro Cultural, foi contratado em 2013 e aprovado em 2015 pelo IPHAN. O projeto foi elaborado por uma empresa especializada que se utilizou do Plano Diretor da UFRJ/2020. Esta proposta de novo uso consta no Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha, um dos vetores do Plano Diretor UFRJ/2020.

A proposta de restauração e revisão do uso visa o restabelecimento da integridade física e espacial do edifício, seja pelas inúmeras intervenções sem critérios, desgastes pela ação do tempo sob seus sistemas e materiais construtivos, como também ausência de uma conservação preventiva. O projeto também apresenta proposta de restauração da Capela São Pedro de Alcântara, atingida por um incêndio durante obras no telhado, em 2011:

A proposta de recomposição da Capela – destruída no incêndio de 2011 – teve consultoria do arquiteto Cyro Correa Lyra, que priorizou a reconstituição do espaço religioso com a preocupação de recuperar sua expressividade: Uma Capela para cerimônias ocasionais e de caráter solene, tendo como referência a última ambientação do seu interior. Desta forma, a execução dos projetos considerou sempre a totalidade do monumento, respeitando o bem cultural do ponto de vista formal e evitando conflitos entre o antigo e o novo (BORDE, Andréa de L.P.; BELLINHA, Paulo, 2015, p.119).

Para atender esta nova função, o edifício sofrerá adequações, com a garantia que os valores históricos e artísticos do monumento serão respeitados. Os objetivos da proposta de restauração foram elaborados com base em pesquisa histórica e diagnóstico do Palácio, e visam restituir os valores históricos e estéticos motivadores do tombamento a nível nacional, adaptar o edifício aos novos usos orientados pelo Fórum de Ciência e Cultura – FCC/UFRJ, segundo o Plano Diretor, compatíveis com estes valores, e, adequar o edifício às normas de acessibilidade.

A proposta de setorização para atender o novo uso do Palácio Universitário foi desenvolvida a partir do anteprojeto de arquitetura e restauro elaborado pela DIPRIT/UFRJ e então apresentada ao IPHAN. A partir do anteprojeto e levantamentos, a equipe de arquitetos responsáveis pelo projeto de restauração elaborou a nova proposta de uso e ocupação.

O Projeto Executivo de Restauração do Palácio Universitário da UFRJ foi dividido em duas etapas. A primeira correspondeu ao cadastro, diagnóstico do estado de conservação e, através da análise destes elementos, foi elaborada uma nova proposta de uso e restauração para o edifício. A segunda etapa referiu-se ao desenvolvimento executivo do projeto de arquitetura e compatibilização de projetos complementares.

Os ambientes devem ser transformados em cinemas, salas de exposições, teatro, restaurantes, copas, áreas comerciais e áreas de apoio técnico e administrativo. Para transformações dos ambientes para as novas funções, serão introduzidos novos materiais para revestimento em paredes, forros e pisos, mobiliários específicos para salas de cinema e teatro, sistema de iluminação especial, e instalações audiovisuais compatíveis com os novos usos.

Não foram considerados neste projeto estudos que considerem outros valores culturais para o edifício, além dos valores estético e histórico, nem foram consideradas as características e vocação do sítio o qual o Palácio Universitário está inserido.

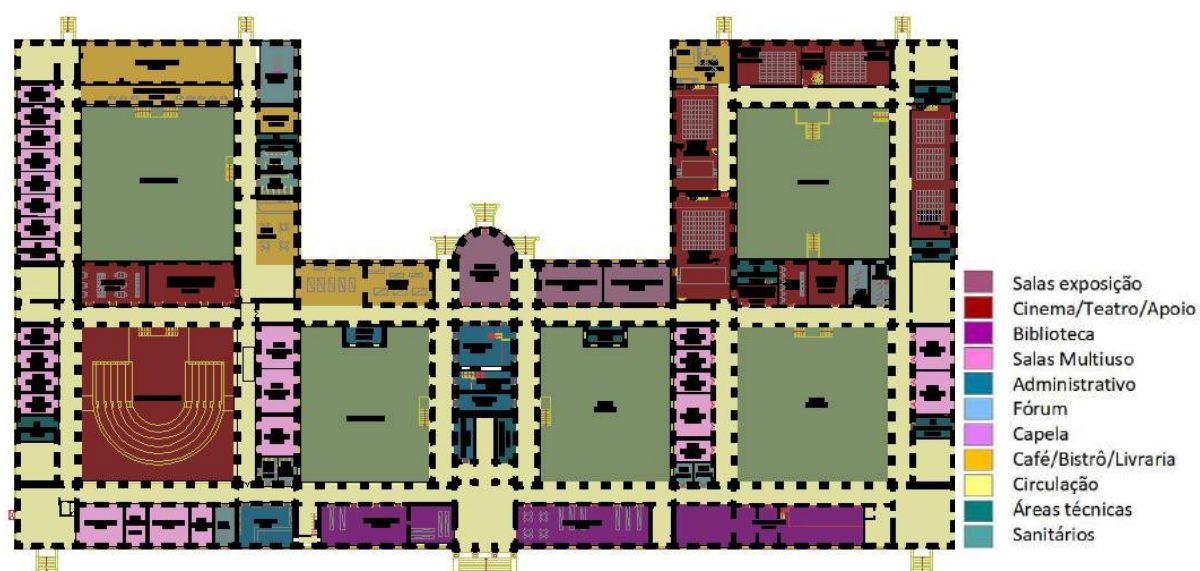


Figura 126. Anteprojeto de arquitetura e restauração – DIPRIT/ UFRJ.
 Fonte: Arquivo Retrô – jun/2013

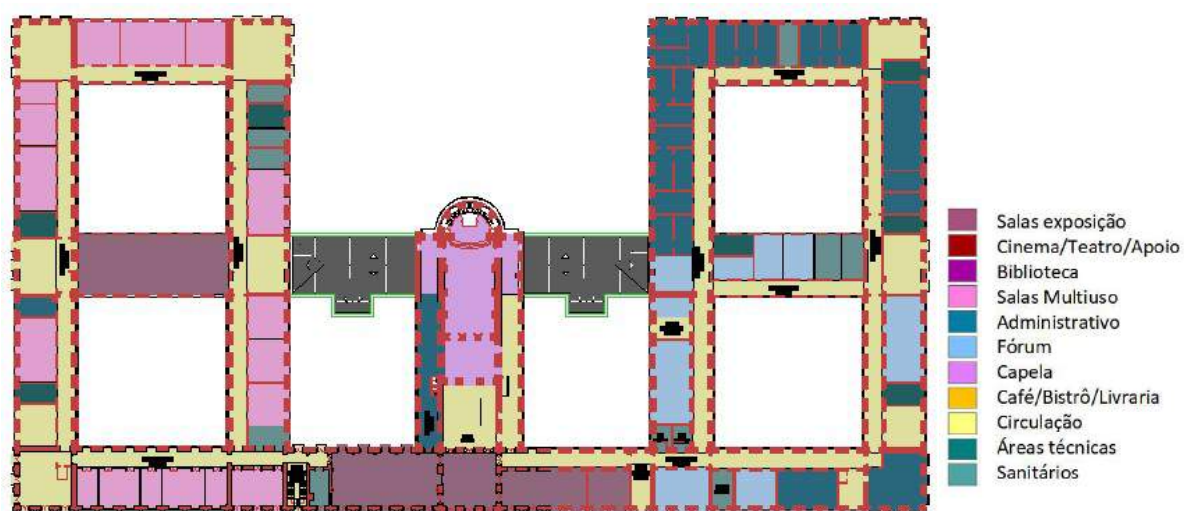
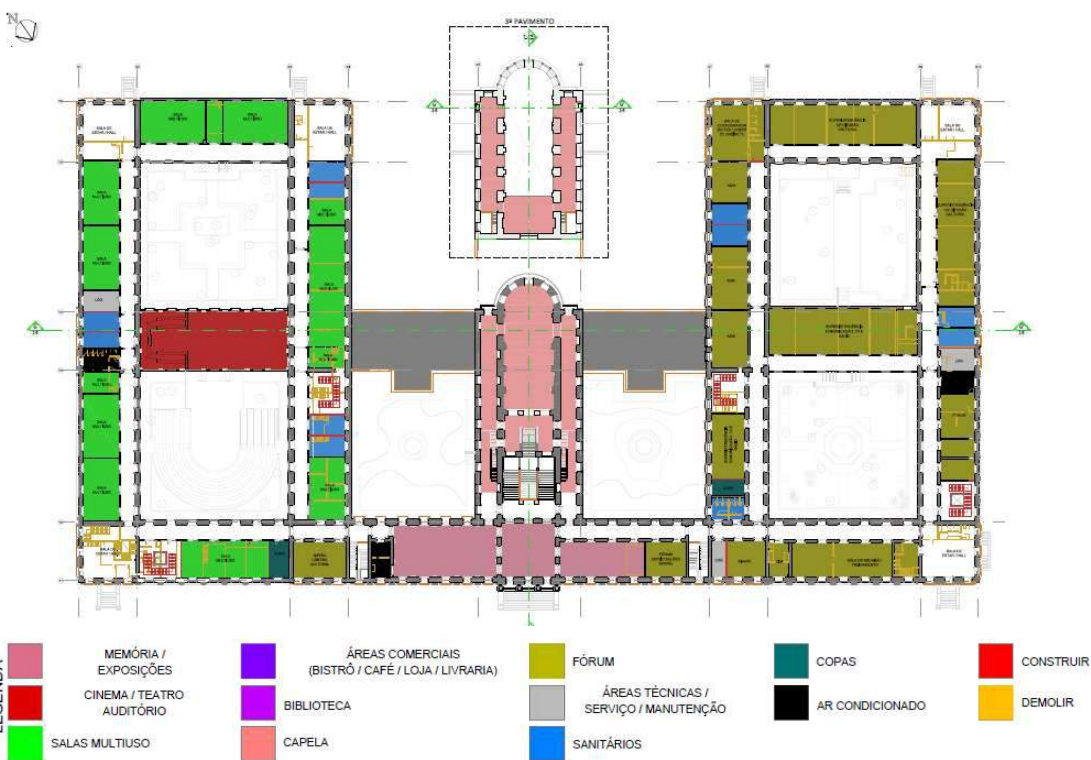
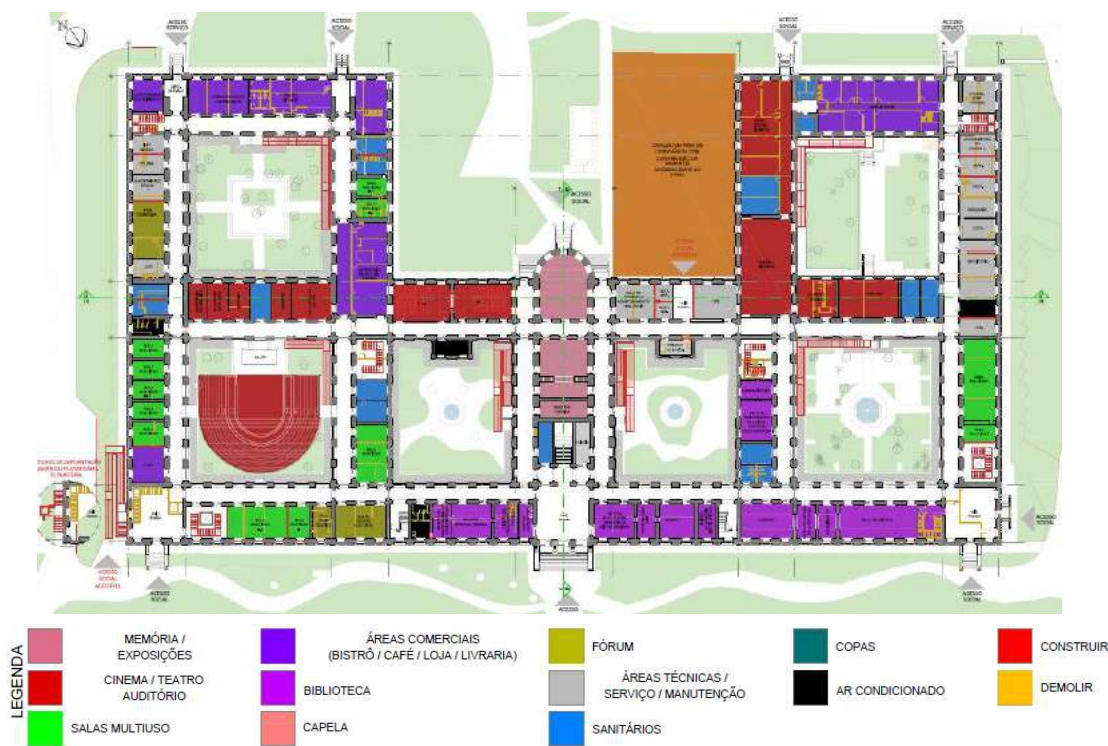


Figura 127. Anteprojeto de arquitetura e restauração – DIPRIT/ UFRJ.
 Fonte: Retrô – jun/2013



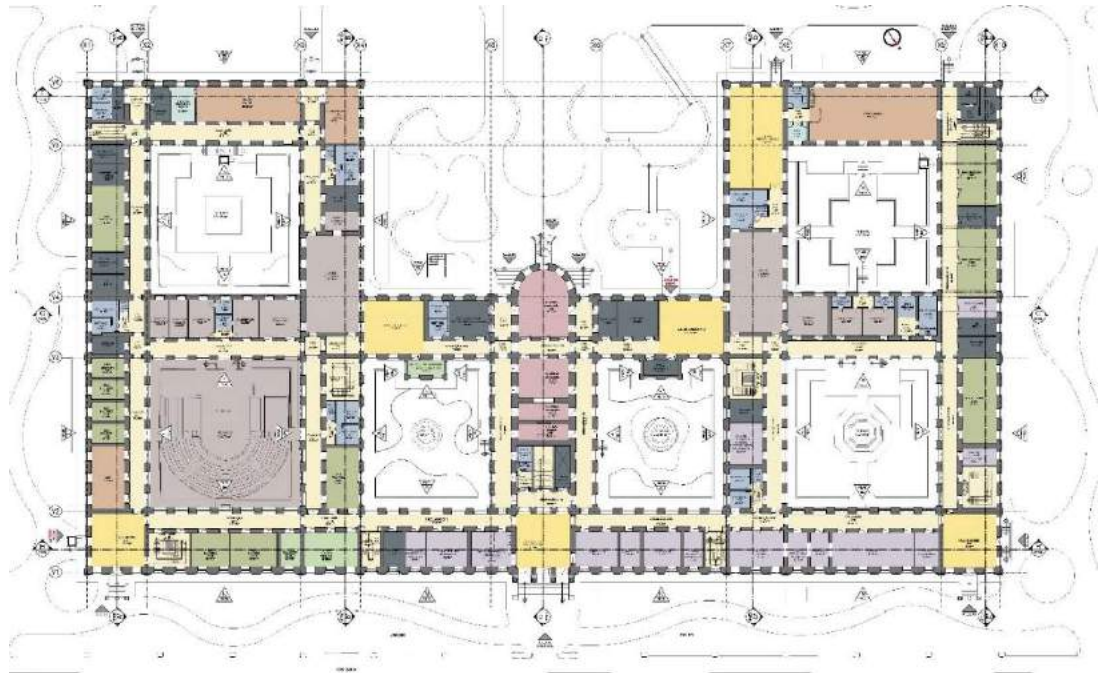


Figura 130: Proposta de uso e ocupação elaborada pela Retrô e apresentada ao Iphan – 1º pavimento.
 Fonte: Retrô – jul/2014.

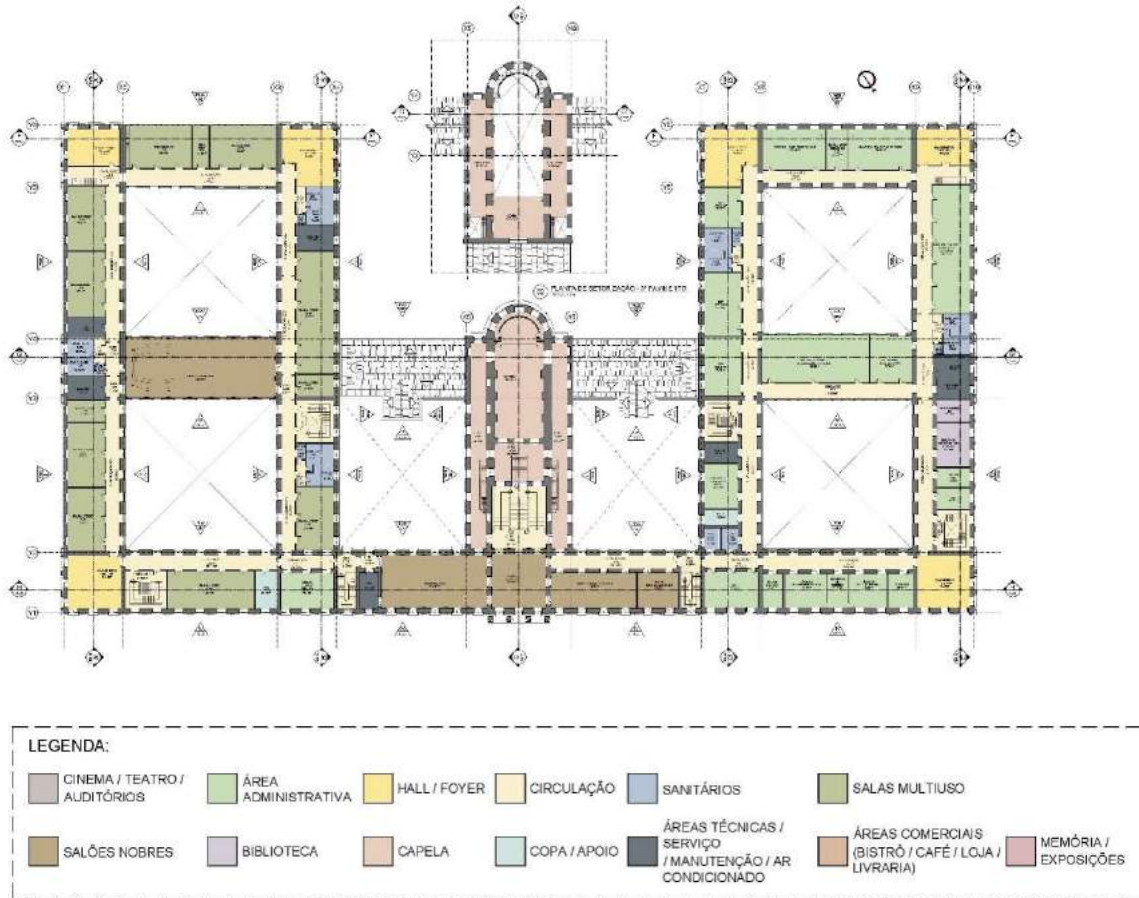


Figura 131: Proposta de uso e ocupação elaborada pela Retrô e apresentada ao Iphan – 2º pavimento.
 Fonte: Retrô – jul/2014.

As obras de Restauração das Fachadas e Cobertura do Palácio Universitário e da Capela, segundo o Projeto de Restauração aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi iniciada em julho de 2015 e finalizada em 31 de agosto de 2018. As intervenções de restauro foram orientadas e supervisionadas pela Comissão de Fiscalização do Departamento de Preservação de Imóveis Tombados do Escritório Técnico da UFRJ – DIPRIT/ETU e pelo IPHAN. A obra teve como objetivo restaurar elementos arquitetônicos originais do edifício. Os telhados se encontravam em péssimas condições de conservação, o que incluiu elementos artísticos, forros (2º pavimento) e fachadas, bem como a eliminação de elementos espúrios e intervenções inadequadas. Foram necessárias intervenções nos telhados para restabelecimento de algumas funções estruturais do madeiramento e adequações das dimensões de calhas para atender às mudanças climáticas e aumento do índice pluviométrico. Na Capela, em virtude do incêndio que acometeu todo o madeiramento estrutural, foi executado o telhado e rotunda em estrutura metálica, com forração em cobre e desenho conforme o original. Também foram contratados por meio de aditivo a restauração dos forros artísticos da Capela, dos chafarizes dos pátios, e restauração de um exemplar de poste histórico localizado na Fachada Norte. De intervenções para adequações do novo uso podemos citar a instalação de caixas d'água no 2º pavimento da Capela, e instalação de luminárias nos acessos de escada. Além disso, foram removidas unidades externas de ar condicionado, apoiadas diretamente sobre os barrotes do forro em madeira, além de problemas decorrentes da umidade e instalações precárias que atentavam contra a segurança dos usuários e do edifício.



Figura 132. Fachada principal do Palácio Universitário, antes e depois da restauração.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 133. Fachada Sul e Fachada da piscina, antes e depois da restauração.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 134 e 135. Platibanda, antes e depois da restauração
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 136. Capela, depois e antes da restauração
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 137. Capela, antes e depois da restauração.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 138. Fachada sul, antes e depois da restauração.
Fonte: Arquivo pessoal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

3.4 A importância do uso na preservação do patrimônio cultural

O *uso* é uma das mais importantes ferramentas na preservação de edificações históricas de valor cultural, e a utilização dos edifícios históricos é um dos principais motivos da sua sobrevivência no tempo. Durante muito tempo, as intervenções em edificações históricas de valor cultural eram realizadas com a finalidade de adaptação a um determinado uso, sendo este visto como um objetivo único, desvinculado de quaisquer outros propósitos e pensamentos. Segundo Beatriz Kühl, “as intervenções feitas em edifícios já existentes foram, ao longo do tempo, voltadas, em geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas e de uso” (KUHL, 2006, p.18).

Para Nivaldo Andrade Jr. (2013), a questão do uso no patrimônio edificado é de extrema importância uma vez que este contribui diretamente para a preservação, e deve ser um fator de grande relevância na análise dos projetos submetidos aos órgãos de proteção. Por muito tempo, no Brasil, as políticas públicas resistiram à necessidade de se enfrentar questões mais complexas relacionadas ao uso de edificações de interesse cultural, o que levou à um processo de musealização do patrimônio, que encontrou na restauração um meio fácil de intervir nos monumentos:

O equivocado desprezo à necessidade de atribuir um uso ao patrimônio edificado pode ser comprovado pelas desastrosas políticas públicas, levadas a cabo no Brasil e em outros países, que se baseiam, muitas vezes, na restauração de bens culturais sem que lhes sejam atribuídos novos ou resgatados antigos usos. Frequentemente, se limitam a propor a criação de “museus-de-si-mesmos” nestas edificações (ibid., 2013, p.63).

As ações de restauração resumiam-se na elaboração de um diagnóstico e solução de problemas de aspectos físicos do bem, e a destinação do monumento era algo a ser resolvido posteriormente: “A questão do uso era, quase sempre, encarada como uma adaptação infelizmente necessária e, por isso, equacionada a posteriori” (LYRA, 2018, p.119).

De fato, era de conhecimento essa relevância, porém a grande maioria das ações de intervenções em monumentos com finalidade de restauração não contemplavam estudos sobre sua reutilização, permanecendo estes vazios e abandonados, fadados à um novo processo de degradação. A grande maioria dos edifícios tombados ao entrar em processo de restauração já se encontravam precários, carecendo de ações imediatas (ibid.,2018). A perda da função e utilidade de uma edificação, pode levar a um estado de degradação, abandono, e até mesmo à

um estágio de ruína, muitos destes casos em virtude da perda da função original da edificação (KÜHL, 2006). Em geral, usos originais deixam de existir por se tornarem obsoletos e seus programas não atenderem às transformações da sociedade e suas necessidades. Esta evolução resultou na modernização das soluções arquitetônicas, com a introdução de novos programas, materiais, e técnicas construtivas.

Françoise Choay (2001) ressalta a complexidade das intervenções em monumentos: Segundo a autora, a reutilização é uma das mais difíceis formas de valorização do patrimônio, e esta ação de atribuir ao edifício uma nova função não deve ser fundamentada apenas pela semelhança com o uso original. Choay reconhece a dificuldade de destinação aos antigos edifícios religiosos, palácios e hospitais, sobretudo por exigirem qualidade técnica para adaptação de sua infraestrutura, e serem onerosas.

A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica, mais difícil de apreender no caso dos edifícios históricos que se tornaram órfãos da destinação prática que lhes deu origem (ibid., 2001, p. 230-231).

Nos hospitais, as ações de intervenção tinham como objetivo a melhoria nas condições terapêuticas oferecidas aos pacientes, e encontravam na arquitetura obstáculos a serem vencidos: “na saúde, os maiores desafios se impuseram na tentativa de aliar os preceitos da medicina com os materiais construtivos utilizados à época, a geografia, o clima e a expressão plástica” (COSTA, 2008, p.132).

Em tempos mais recentes, outros fatores somam-se à destinação de uma edificação de interesse cultural, como questões políticas, sociais, econômicas e burocráticas, que distanciam as ações de preservação dos bens culturais das razões originais que as motivaram. Surgem neste contexto, a utilização de novos termos para intervir no patrimônio cultural arquitetônico, mesmo tratando-se de edificações de grande expressão artística, como: recuperação, revitalização, renovação, requalificação, reciclagem, *retrofit* e reforma, “refletindo posturas conceituais inadequadas” que se afastam da restauração. (KÜHL, 2008, p.207).

Estes novos modos de intervir promovem grandes transformações nos monumentos, e alguns edifícios são modificados de tal forma que não os resta nada do original, sendo estes completamente renovados e seus valores perdidos (CARBONARA, 2012).

Se a não utilização pode levar à degradação do monumento histórico, o mau uso ou escolhas sem critérios de uma nova função pode também comprometer a integridade do bem

tombado, e em alguns casos resultar em danos irreversíveis ao patrimônio. O uso deve ser tratado sempre de forma respeitosa e consciente, dada a sua importância para a preservação.

Para Cyro Lyra (2018), o mau uso das edificações de valor cultural é a maior causa de seu arruinamento, tendo muitas vezes como principais responsáveis seus próprios usuários. Já Beatriz Kühl (2007) ressalta, sobre a escolha do uso, que o monumento deve orientar sua destinação por meio da leitura criteriosa de suas características, e não o contrário:

Deveriam, pois, ser analisadas as características da obra a serem respeitadas e conservadas, para, depois, definir funções e programas compatíveis com elas, e não o contrário, adaptar um dado edifício a um novo uso preestabelecido ou submetê-lo a transformações massificadas, na maioria das vezes em desacordo com suas particularidades, cuja implementação será feita em prejuízo do próprio monumento histórico (ibid., 2007, p.204).

A escolha do uso também é um ato de preservação, por isso não deve ser tratada como simples objetivo de uma intervenção, por isso deve ficar claro a diferença do uso como um meio de preservação e como única finalidade de uma ação. Para a preservação cultural, ou seja, para que a ação de preservação seja um ato de cultura, é preciso a escolha de um uso compatível. Preservar por meio de um uso compatível é “respeitar suas várias estratificações, seus aspectos documentais, materiais e de conformação de um bem, a proporcionar uma constante manutenção, desenvolvendo o programa e o projeto com essas finalidades” (KÜHL, 2007, p.204).

Cyro Lyra (2006) aponta que uma das primeiras avaliações e reflexões a ser realizada para escolha do uso de uma edificação de interesse cultural, em que este difere do original, é se a nova função que se pretende dar à edificação é compatível com as vocações daquela tipologia arquitetônica, e do monumento. No caso dos Palácios e Igrejas, esses pertencem às famílias de carga simbólica expressiva e de “explícita intenção plástica”, ou seja, “já nasceram monumentos”, o que dificulta sua reutilização. Os bens integrados também dificultam a mudança de função dos espaços, sobretudo das adaptações para atender necessidades como conforto e instalações prediais. Portanto, o uso garante a conservação do edifício, e a readaptação é importante na sua preservação quando atenta à vocação do monumento.

A obra arquitetônica por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A Readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da

tipologia arquitetônica a que pertence o monumento (ibid., 2006, p.53).

Essa análise da vocação não é prática comum em projetos de transformação de uso de edificações tombadas. O histórico das políticas públicas nacionais de conservação do patrimônio cultural arquitetônico é de apoiar ações de programas que não consideraram valores e vocações do bem e do conjunto ao qual este está inserido, acarretando na perda de valores culturais significativos, como da autenticidade e integridade de monumentos e conjuntos históricos (TINOCO, 2013, p.5).

Além da vocação, ao promover a readaptação de um edifício de valor cultural é preciso entender a família arquitetônica à qual este pertence, ou seja, o seu *caráter*. Esse caráter é definido, sobretudo, pela função original que marca a edificação. Essa observação é importante para a garantia da integridade física do patrimônio (LYRA, 2016):

Cada uso tem nele elementos do programa que, à luz de um velho conceito do século XIX, com justa certeza, pode implicar na definição de caráter da edificação. Entenda-se por caráter não aquela simples escolha de um estilo gótico para uma igreja renascentista para tribunais. Não, o caráter que falamos são os parâmetros estéticos e as funções que se integram ao edifício existente e que nele o distinguem de outro. É necessário, assim nos parece, que, ao termos presente o edifício, que irá mudar de uso, confrontemos o uso antigo e o novo desejado para que aquelas duas características possam se integrar respectivamente (ibid, 2016, p.124).

Para Beatriz Kühl (2006), o papel do monumento não é nítido para a sociedade e isso fica evidente em nossas ações, falta de critérios e embasamentos teóricos nas intervenções. Isso implica também na dificuldade de se entender a vocação de uma edificação. Para entender a vocação de uma edificação, é preciso reconhecer a obra de arte, e o inteiro processo que a produziu, respeitá-la em seus diversos momentos. Uma proposta de intervenção com novo uso deve estar baseada em conhecimento sólido da edificação, no sentido de que:

A preservação deve ser consequência de esforços multidisciplinares que envolvem acurada pesquisa histórico-documental, iconográfica e bibliográfica, sensíveis estudos antropológicos e sociológicos, pormenorizado levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico do(s) edifício(s) [...], exame de suas técnicas construtivas e dos materiais, de sua estrutura, de suas patologias, e análise tipológica e formal. Fatores esses que levam ao entendimento das várias fases por que passou a obra no decorrer do tempo e de sua configuração e problemas atuais” (ibid., 2006, p.32).

Os estudos de viabilidade de um novo uso, no entanto, devem ultrapassar questões relacionadas aos aspectos físicos da arquitetura do edifício, sua vocação e caráter enquanto

monumento. Devem ser analisados outros aspectos, como características do entorno e do sítio em que este foi construído. Isto tem a ver com a função original do edifício, mas também com a vocação do lugar o qual o bem está inserido.

A reflexão e os estudos acerca do uso e reutilização do patrimônio cultural são fundamentais para o enfrentamento das complexidades atuais relacionadas à intervenção em bens culturais, pois qualquer intervenção, seja para manter o uso original ou promover sua transformação, têm reflexos na edificação, por mais criteriosa que seja. É importante além do conhecimento teórico, o estudo aprofundado sobre o objeto e uma visão crítica para que seja possível o desenvolvimento de uma metodologia de intervenção que possa ser adaptada na prática conforme a finalidade e os objetivos de cada ação, e seja possível assim, encontrar no uso o caminho para a preservação.

3.2. Teoria Contemporânea da Restauração e a valoração dos bens culturais

No início do século XX, o valor de uso e a função que o objeto representa para o indivíduo passam a assumir um papel fundamental na restauração, sendo um mesmo objeto capaz de desempenhar diferentes funções para pessoas ou grupos distintos, função esta, que passa a ser tão legítima quanto à preservação dos valores culturais. É neste período que o austríaco Alois Riegl (1858-1905) traz uma nova discussão acerca dos monumentos históricos até então pautadas em questões histórico-artísticas, incorporadas por Cesari Brandi (1906-1988), “passando a considerar também as formas de recepção, de percepção e de fruição dos monumentos, através dos "valores" por ele explicitados no Culto” (KUHL, 2006, p.20).

Aos monumentos históricos, Riegl elabora uma análise que distingue os valores em duas categorias: os ligados à memória e ao passado, os ditos valores de rememoração, e outros ligados ao presente, os chamados valores de contemporaneidade (CHOAY, 2001).

O valor de rememoração abrange os seguintes valores: valores históricos, de antiguidade, e rememoração intencional, e os valores de contemporaneidade, o valor de uso e valor de arte. O valor histórico está ligado ao passado, remetente às características originais quando da construção do monumento e sua integridade. O valor de antiguidade está relacionado à passagem e marcas do tempo. Distingue-se do valor histórico por não ser explícito, e carecer de uma reflexão, ao passo que o primeiro é pautado em documentos e fundamentos científicos (RIEGL, 2006).

Ao analisar os valores atribuídos aos monumentos modernos nas intervenções de restauração, Alois Riegl reconhece que a coexistência, de valores possam ser conflitantes, sendo necessária uma comparação para que o valor mais importante seja preservado. Os valores de antiguidade, na essência de sua teoria e prática, levam os monumentos ao desgaste natural, ao passo que os valores de contemporaneidade, podem até admitir certos sintomas de degradação, mas cuja tolerância é limitada, chegando ao momento que para continuar existindo será necessário se impor. Riegl então faz uma distinção entre as obras utilizáveis e obras que não são mais, monumentos mais ou menos antigos, para validar a necessidade de se atribuir além do valor de antiguidade, o valor de uso ou valor histórico, não sendo necessário, porém considerar estes dois últimos valores separadamente. Somente as obras inutilizáveis, como as ruínas, podem ser apreciadas apenas com o valor de antiguidade, à todas outras obras modernas, deve-se considerar o valor de uso: “para as obras mais recentes, em contrapartida, o culto de antiguidade concederá, sem prejuízo para a conservação, as medidas, desejáveis de seu ponto de vista, que deveriam permitir a estes monumentos, acolher os homens e servir suas necessidades” (RIEGL, 2006, p. 92-97).

Toda conservação de monumentos deverá, atualmente, portanto, contar com o valor de antiguidade, sem que esse dispense o exame da validade simultânea dos outros valores, valor de rememoração e valor de contemporaneidade. Essa validade estabelece que será necessário comparar esses valores com o valor de antiguidade, e preservar os primeiros se o valor de antiguidade se apresentar menos importante (ibid., 2006, p.76).

Segundo Nilvaldo Andrade Jr. (2015), Alois Riegl no início do século XX reconhece o valor de uso nos monumentos que deixaram de ter uso original:

É evidente que não há necessidade de demonstrar que inúmeros monumentos profanos e religiosos ainda hoje estão em pleno uso. Se esses monumentos, de alguma forma, perdessem essa determinação de uso, na maioria dos casos seria preciso encontrar um substituto para a mesma utilização. [...] o valor utilitário da maioria dos monumentos deve ser mantido (ANDRADE JR., 2015, p.85 apud RIEGL, 2014, p. 66-67)

Sobre as intervenções de restauração em monumentos históricos considerando os valores a eles atribuídos, Ignasi de S. Rubió considera que: “a relação entre uma nova intervenção arquitetônica e a arquitetura já existente é um fenômeno que muda de acordo com os valores culturais atribuídos tanto ao significado da arquitetura histórica como às intenções da nova intervenção” (RUBIÓ, 2006, p.254). Neste mesmo sentido, segundo Leonardo Castriota, “os

valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado - bem como para determinar como conservar, que tipo de intervenção esses bens sofrerão para transmissão às gerações futuras” (CASTRIOTA, 2013, p.43)

Para Beatriz Kühl (2006), não só os valores estético e histórico, mas também os valores relacionados a memória e o valor simbólico, atribuídos aos monumentos históricos, os tornam dignos de preservação e tutela, pois são capazes de conferir a estes, um significado cultural. Françoise Choay defende que os valores estéticos e simbólicos devem sempre se relacionar com o uso: “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (CHOAY, 2001, p. 230).

As intervenções de restauração que envolvem a utilização do patrimônio cultural arquitetônico, em geral, ações para adaptação e transformação de uso, não devem objetivar apenas a atribuição de uma nova função, mas estejam inseridas em uma política de preservação que envolvam outras questões relacionadas ao bem tombado. Esta concepção mais ampla, é acompanhada por novos conceitos e orientações introduzidas por documentos reconhecidos mundialmente, capazes de oferecer parâmetros e referências para o planejamento das decisões de intervenção no patrimônio. Para o desenvolvimento das diretrizes de uso e ocupação, utilizaremos alguns destes documentos internacionais, que tratam da conservação e restauração de monumentos e sítios, da autenticidade e significância cultural.

A Carta de Veneza introduz o conceito de monumento histórico incluindo obras modestas dotadas de significação cultural, e amplia a conservação e restauração da obra de arte isolada para o sítio no qual está inserida. Define a conservação e restauração de monumentos e sítios como meios de preservação, destacando a importância da preservação dos bens culturais enquanto testemunho histórico para a humanidade, encontrando nos valores documentais e artísticos, a autenticidade histórica e estética a qual se deseja preservar.

Para se conservar é necessário manter, preservar a forma e função do monumento. Ao lhe destinar novos usos, deve-se atribuir uma função útil à sociedade, capaz de garantir a autenticidade do monumento, sendo esta uma das formas de contribuir para as ações de conservação:

Art.5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (ICOMOS, 1964, p.2).

Sobre o papel dos monumentos, Giovanni Carbonara (2012) analisa que, a reutilização quando cumpre uma função social, é um meio eficaz de se preservar um edifício histórico, porém não pode ser aplicada de forma isolada, pois não é capaz de resolver todos problemas da restauração. Para Flávio Carsalade, o bem cultural possui uma função social que nos localiza no tempo e no espaço, nos faz compartilhar história e memória, traz a sensação de pertencimento e desperta laços afetivos. Para que o bem exerça essa função social, “ele tem que ser acessível e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência” (CARSALADE, 2013, p.1)

Diante à complexidade das questões atuais que envolvem a preservação do patrimônio cultural, novos preceitos teóricos e metodológicos foram introduzidos como forma embasar e estabelecer critérios para a elaboração das diretrizes de intervenções nos monumentos históricos.

O conceito de Significação cultural, entendido também como valor cultural, é ampliado pela Carta de Burra, e passa a englobar não só os valores estéticos e históricos relacionados ao tombamento, mas também os valores científico, social e espiritual. A preservação da significação cultural das características de um bem, seria o principal objetivo da conservação, que “deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação (ICOMOS, 1999).

A Carta de Burra define que a significação cultural também deve ser preservada quando ocorrer uma mudança de uso: “o uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo”. Estas “destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível”. Encontrar um uso compatível é escolher uma destinação que respeite o significado cultural, refletindo nenhum impacto ou impacto mínimo ao monumento. (ibid., 1999).

Sobre a autenticidade dos monumentos históricos, deve-se transmitir para gerações futuras, obras monumentais autênticas: “Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na

plenitude de sua autenticidade” (ICOMOS, 1964). Segundo Beatriz Kühl, pode-se entender como autenticidade o “respeito pela configuração da obra e pela sua materialidade, como transformadas ao longo do tempo” (KÜHL, 2010, p. 306).

Como uma continuidade à Carta de Veneza, o documento de Nara faz uma reavaliação do conceito de patrimônio cultural, em atendimento aos interesses do mundo contemporâneo e diversidade de culturas. Nara introduz o valor de autenticidade como forma de avaliação e reconhecimento da legitimidade dos valores culturais atribuídos ao patrimônio o qual se deseja conservar. Segundo o documento, a principal contribuição da autenticidade é ativar a memória coletiva da humanidade na busca de uma identidade cultural. Destaca a importância da preservação e respeito à diversidade cultural e patrimonial enquanto riqueza espiritual e intelectual da humanidade, ressaltando um dos princípios da UNESCO: “o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos” (UNESCO, 1994).

O julgamento da autenticidade, considerando o patrimônio cultural em suas mais diversas manifestações é, portanto, resultante dos valores a ele atribuídos. Deve-se para isto, realizar um trabalho detalhado a respeito do bem cultural, questões de originalidade, transformações que este sofreu ao longo do tempo, sobretudo seu significado, envolvendo todos aspectos relacionados à sua autenticidade. Diante este universo de informações e fontes coletadas, o documento de Nara orienta estruturá-los nas seguintes categorias de atributos: forma e o desenho, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros fatores internos e externos. Esta matriz permitirá a elaboração e setorização das esferas artística, histórica, social e científica do objeto de análise do patrimônio cultural que contribuirá para a análise da significação cultural do edifício tombado.

A Matriz de Nara deve ser entendida como uma ferramenta que auxilia na identificação dos atributos do sítio e dos valores atribuídos a eles, que em muitos casos irão se sobrepor. É possível, por exemplo, que para um mesmo atributo os atores envolvidos no processo identifiquem valor artístico, valor histórico e valor social. A “posição” que esse atributo vai assumir na matriz não é tão relevante, desde que ele esteja identificado. Dependendo das especificidades do sítio e tipologias de valor adotadas para análise a Matriz de Nara pode ser adaptada. [...] (Coelho, 2008, p.226).

Para as ações de intervenções nos monumentos dotados de significados culturais a serem preservados, a Carta de Veneza (1964) orienta que esta deve sempre prescindir da restauração, que deve ter caráter excepcional e estar fundamentada em alguns princípios fundamentais, para que seja respeitada a originalidade e autenticidade dos monumentos, são

eles: a *distinguibilidade* das intervenções, com a finalidade de substituir partes faltantes, do que é original ao edifício, evitando-se assim as falsificações; a *reversibilidade* das integrações, que devem ser sempre reconhecíveis para que seja possível o restabelecimento da unidade em intervenções futuras; a *mínima intervenção* nas ações de restauração, onde acréscimos só são justificáveis quando respeitadas todas as partes do edifício e sua passagem pelo tempo; e a *compatibilidade* nas ações de consolidação do monumento, com uso materiais e técnicas modernas comprovadas cientificamente ou por experimentação. A Carta de Burra (1999) amplia a conservação do bem para o entorno e o sítio o qual este está inserido: “a conservação do bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, de escala, das cores, de textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo mínimo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida.

3.3. Metodologia aplicada na conservação para elaboração das diretrizes de uso e ocupação

Reconhecida a importância da preservação do patrimônio cultural, a responsabilidade de protegê-lo, e estabelecidos os princípios e critérios que deveriam orientar as ações de conservação e restauração em caráter internacional, preconizados na Carta de Atenas em 1931 e mais tarde na Carta de Veneza em 1964, era necessário estabelecer metodologias para as ações práticas em lugares de interesse cultural.

Sobre a prática de intervenções de conservação e restauração que buscam mudanças, a Carta de Burra¹ orienta: “faça o quanto for necessário para cuidar do local e torná-lo utilizável, mas mude o menos possível, para que seu significado cultural seja preservado” (ICOMOS, 2013). Nota-se neste documento, uma abrangência maior com relação às ações que antes eram voltadas aos aspectos físicos e materiais do bem, incluindo a área a qual o bem está inserido, espaços, objetos, elementos e ambiências.

Sobre os princípios de Conservação com objetivo de garantir a preservação do

¹ A Carta de Burra foi redigida pela primeira vez em 1979 na cidade australiana de Burra, que já sofreu revisões em 1981, e com mudanças mais substanciais em 1999. Versão esta que foi adotada pela Austrália ICOMOS em outubro de 2013. O processo de revisão incluiu notas de prática que estão disponíveis em: australia.icomos.org. Tendo em vista a Carta de Veneza (1964), e as resoluções da 5ª Assembleia Geral do ICOMOS, Moscou (1978), e suas posteriores revisões, a Carta de Burra fornece orientações para Conservação e Gestão de monumentos e lugares dotados de significância cultural a serem alvo de monitoramentos permanentes.

significado cultural, destaca-se a inclusão do tema da gestão da conservação de locais com interesse cultural. O processo definido na Carta, ou sequência de investigações, decisões e ações pode ser compreendido da seguinte forma:



Gráfico 2. Processo de Planejamento de gestão orientado pela Carta de Burra
Fonte: Carta de Burra (2013)

Com relação ao uso, a Carta de Burra orienta a preservação dos usos com importância cultural, e a destinação à usos compatíveis com o local: “Manter, modificar ou reintroduzir um uso significativo podem ser formas apropriadas e preferidas de conservação”. A política deve identificar um uso ou combinação de usos que mantenha o significado cultural do sítio. A preservação do significado cultural deve ser sempre o objetivo fim das políticas e ações de conservação, mesmo que este implique em mudanças de uso e adaptações, as quais são chamadas de “reutilização adaptativa”. O novo uso deve envolver intervenções e alterações mínimas no edifício e seu uso, respeitar acréscimos e significados e promover a continuidade de atividades e práticas que contribuam para o significado cultural. O uso deve ser orientado pelo significado cultural, e depende de interpretações apropriadas. Mudanças que reduzam o significado cultural devem ser reversíveis e temporárias, não reversíveis devem permitir futuras ações de conservação. Deve-se também reconhecer, respeitar e incentivar a coexistência de valores culturais, que em alguns casos são conflitantes e podem dificultar o desenvolvimento de políticas de gestão. Deve-se respeitar todas as contribuições de todos aspectos de importância cultural de um lugar.

O planejamento de ações de intervenções no patrimônio cultural arquitetônico no Brasil com implementação de Planos é recente quando comparado à sítios e conjuntos históricos, que se utilizam dos Planos Diretores de cidades. Segundo Jorge Tinoco, esta ferramenta se apresenta como “um novo modelo de gestão a ser adotado pelo poder público e pela iniciativa privada na conservação do patrimônio cultural construído” (TINOCO, 2014, p.94).

As políticas de preservação e conservação de edificações históricas antes se resumiam ao tombamento dos monumentos, porém nos últimos anos, termos e conceitos utilizados no

plano urbano foram incorporados ao patrimônio, como os Planos Diretores, e conceitos como sustentabilidade e Conservação Integrada. A utilização de Planos Diretores ou de Planos de Gestão da Conservação como instrumento de proteção do patrimônio cultural edificado tem sido cada vez mais solicitado pelos órgãos de tutela. (ZANCHETI, 2012). Porém não existe ainda, no país, um guia que oriente a elaboração destes documentos.

Em 2005, o programa Monumenta disponibilizou um Manual de elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, para apresentação de propostas de intervenção com definição de usos. As propostas devem ser compostas basicamente pelas seguintes etapas: identificação e conhecimento do bem, diagnóstico, estudo preliminar, projetos básico e executivo. Considera-se nestas etapas a fundamentação teórica, memoriais justificativos, proposta de intervenção com soluções para as questões levantadas em fase de diagnóstico e para o programa de uso e preservação de valores artísticos e históricos como garantia da integridade física da edificação. Para a proposta de reutilização, mudança de uso ou manutenção do uso existente, orientava-se a observação da vocação da edificação apenas para melhor adequação das novas necessidades.

Os primeiros modelos de Planos de Conservação para o patrimônio edificado brasileiro elaborados pelo CECI, remontam de experiências na Inglaterra, Escócia e País de Gales, mas foi na Austrália que se desenvolveu uma metodologia, posteriormente adotada no Brasil, a partir do Plano de Conservação para o edifício do *Opera House* de Sydney, elaborado por Jammes Kerr, fundamentada nas Cartas de Nara (1994) sobre autenticidade e Burra (1999) sobre conservação e significação cultural (TINOCO, 2013). Os objetivos dos planos visam a garantia da integridade física e preservação dos valores e significação cultural do patrimônio arquitetônico através do conhecimento destes valores como garantia da autenticidade e integridade física do bem, principalmente após intervenções.

O Plano de Gestão da Conservação para o patrimônio cultural arquitetônico pode ser entendido como “um instrumento de planejamento que estabelece uma política de administração para o uso adequado dos espaços e dos componentes construtivos, bem como da manutenção periódica do imóvel” (ibid., 2013, p.7). Segundo James Kerr, “o plano de conservação é um documento que define o que é significativo em um local e, conseqüentemente, quais políticas são apropriadas para permitir que essa importância seja mantida em seu uso futuro e desenvolvimento” (KERR, 2013, p.1, tradução nossa).

O termo plano de conservação tem sido utilizado de forma genérica como base para elaboração de variadas estruturas de planos, que se utilizam do seu escopo flexível para

desenvolver adaptações que atendam às necessidades e objetivos específicos de cada local. (ibid., 2013).

A estrutura metodológica elaborada por Kerr (gráfico 3), para elaboração de Planos de Conservação consiste em duas etapas: o conhecimento do lugar e a política de conservação e sua implementação. A primeira etapa abrange o levantamento documental e físico, a análise, avaliação e declaração de significância. A segunda etapa consiste em reunir informações para o desenvolvimento das políticas de conservação, o desenvolvimento da política de conservação e definição de estratégias e caminhos para sua implementação.

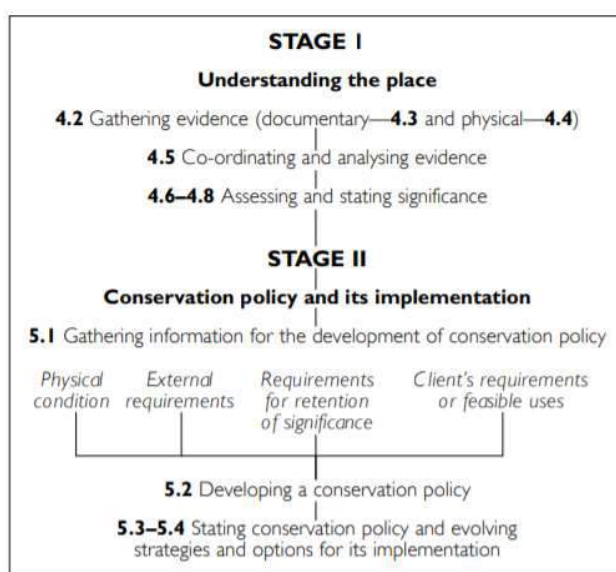


Gráfico 3. Etapas de um plano de conservação e conteúdo básico. Fonte: Kerr, 2013.

Os planos desenvolvidos pelo CECI no Brasil tiveram como base a metodologia elaborada por James Kerr, e foram divididos em quatro etapas: o conhecimento do lugar, avaliação de significância, estudos sobre impactos potenciais, e as propostas de política de conservação. Cada etapa é composta por pesquisas e documentos técnicos de acompanhamento das transformações físicas e de gestão da edificação (TINOCO, 2013):



Gráfico 4. Etapas de elaboração do Plano de conservação.
Imagem: British Columbia/ heritage Branch (2011). Fonte: Tinoco, 2013.

- a) *O conhecimento do lugar descreve principalmente a localização e a ambiência onde está inserida a edificação, assim como relaciona o regime jurídico da propriedade, os aspectos referentes aos atos e vínculos legais urbanísticos, à tutela de proteção às características arquitetônicas e artísticas;*
- b) *A avaliação da Declaração de Significância, documento que descreve por que um lugar é importante, identificando as vulnerabilidades e explicando sobre os valores e a significação cultural, bem como a importância para a sociedade e aos grupos dentro da comunidade a qual pertence¹⁴;*
- c) *Os estudos dos impactos potenciais e das mitigações envolvem: as verificações quanto aos ataques biofísicos e socioeconômicos com a identificação das características (negativas e positivas, físicos e ambientais), as extensões (pontuais, envolventes e gerais), a duração (curto, médio, longo prazos e permanentes), a intensidade (baixas, moderadas e altas), os efeitos cumulativos e os prognósticos, etc.;*
- d) *As propostas das políticas de conservação contemplam os estudos e as definições que estabelecem a harmonia¹⁵ entre uso e significância, apresentando um conjunto de medidas para o favorecimento das tomadas de decisões (visão, diretrizes, objetivos, definições de ocupações e novos usos, fluxogramas e hierarquias de espaços e volumes, cenários e potencialidades, sistemas e custos de implantação e gestão, monitoramento e controle). (TINOCO, 2010)*

Recentemente, um manual de referência para a Gestão do Patrimônio Mundial Cultural originalmente publicado pelo ICCROM como parte dos Manuais de Referência para o Patrimônio da Humanidade, foi publicado pelo IPHAN em 2016. O manual traz o tema da conservação e gestão do patrimônio e diferencia duas abordagens mais utilizadas nas últimas décadas: a abordagem “convencional” e a abordagem “baseada em valores”.

A abordagem “convencional”, adotada no início do movimento moderno tem como foco principal a conservação dos monumentos e sítios que deveriam ser preservados para as gerações futuras. Nesta abordagem, os especialistas em patrimônio identificavam e definiam o que deveria ser preservado, e promoviam intervenções para prolongar a vida do edifício. Em meados do século XX ficou conhecida através de documentos como a Carta de Veneza e o

trabalho de organizações como o ICOMOS:



Gráfico 5. Abordagem convencional de planejamento. Manual de referência para a Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. Fonte: Iphan, 2016.

Neste manual a abordagem com base em valores é colocada como a mais adequada para a conservação e a gestão dos bens do Patrimônio Mundial. É a mais utilizada mundialmente, adaptável à diferentes culturas e preparada para enfrentar questões complexas relacionadas à preservação do patrimônio atual. Nesta abordagem é estabelecido o significado cultural do bem, que se torna a base para elaboração de políticas e estratégias de conservação, como também da “Declaração de significância”.



Gráfico 6. Abordagem baseada em valores para o planejamento de Gestão do Patrimônio Mundial. Manual de referência para a Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. Fonte: Iphan, 2016.

Esta abordagem com base no significado cultural do patrimônio também foi objeto de pesquisa do *Getty Conservation Institute*, em Los Angeles. O Instituto Getty desenvolveu uma pesquisa sobre valoração do patrimônio cultural a fim de se elaborar uma metodologia para a avaliação de valores culturais, com ênfase na identificação, articulação e estabelecimento de

significado cultural. O primeiro artigo da pesquisa busca explorar a avaliação de valor no planejamento de conservação e gestão.

O autor destaca as dificuldades que envolvem a metodologia de avaliação dos valores patrimoniais: valores mutáveis conforme o tempo, grande diversidade em razão de sua natureza, contexto o qual estão inseridos, valores em conflito e diversidade de metodologia e ferramentas utilizadas na avaliação.

Todos os modelos para conservação baseada em valores incluem a etapa de estabelecer o significado do edifício (Gráfico 8). É comum a prática de se estabelecer um significado a partir de um número de critérios limitados e insuficientes, demonstrando um certo despreparo na área de conservação do patrimônio sobretudo na avaliação dos valores. Para o planejamento e a gestão, deve-se identificar, integrar e classificar todos os valores do patrimônio para que seja possível um resultado que represente os interesses diversos das partes envolvidas.

Figure 1 Planning process methodology.

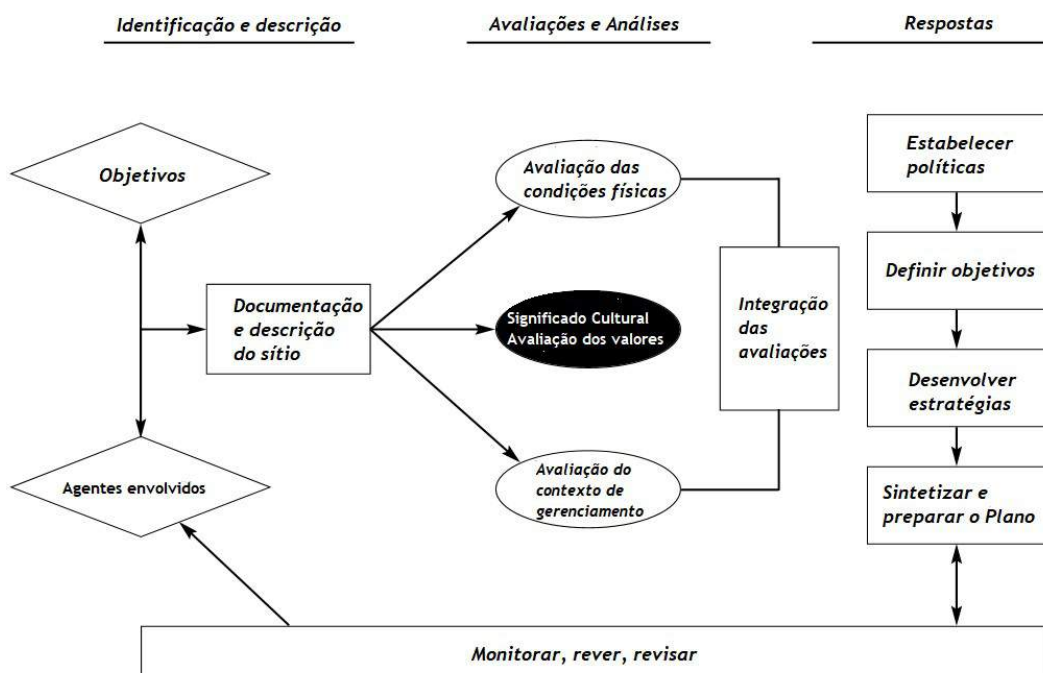


Gráfico 7. Metodologia do processo de planejamento, p.6. Fonte: Mason, 2002.

O artigo utiliza da visão sobre os “valores” para formulação de políticas e decisões de planejamento e gestão da conservação, metodologias e estratégias aplicáveis à avaliação de valor, ferramentas específicas para obter estes valores, e análise e integração de resultados para se obter respostas e orientar decisões. Portanto tem como objetivo “gerar orientações para

a seleção de metodologias (estratégias) e ferramentas (tarefas) apropriadas para avaliar valores patrimoniais como parte do planejamento de conservação integrada”. “Este documento defende um deliberado, sistemático e transparente processo de análise e avaliação de todos os valores de patrimônio” (MASON, 2002, p.5, tradução nossa).

Figure 2 The cultural significance/value assessment process. This three-part model of value assessment is a more detailed rendering of the “Cultural significance/value assessment” oval occupying the center of the planning process methodology (Figure 1). With the different parts of the value-assessment process identified, planners can apply a logical sequence of tasks to generate and collect knowledge about values and use this within the overall planning process.

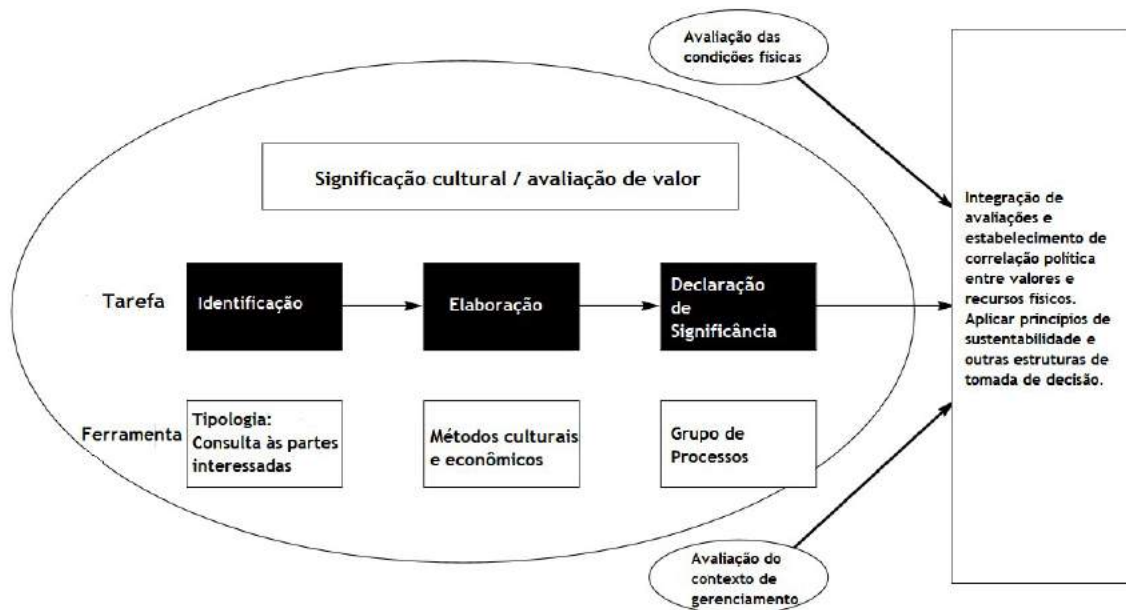


Gráfico 8. Significância cultural/ Processo de avaliação de valor, p.7. Fonte: Mason, 2002.

Diante da complexidade diante o universo de valores identificados, o Instituto Getty estabeleceu tipologias de valores patrimoniais provisórias para servir de uma espécie de guia comum para os agentes envolvidos, uma ferramenta de análise para aplicação em diferentes projetos possibilitando uma participação maior no processo de planejamento.

Dentre as tipologias de valores definidas pela Carta de Burra (1999) – valores estéticos, histórico, científico, social (espiritual, político, etc.), por Alois Riegl (1902) – valor de antiguidade, histórico, comemorativo, uso, novidade, etc), a tipologia sugerida pela English Heritage (1997) é, segundo Mason, a “mais abrangente e equilibrada”: valor cultural, educacional e acadêmico, econômico, recursos, recreativo e estético (MASON, 2002, p.10, tradução nossa). Mason afirma existir várias categorias de valor do patrimônio: econômico, histórico, espiritual, político, educacional, estético, artístico, que não são totalmente separáveis e podem se sobrepor: “Se alguém fosse mapear esses esquemas de valores, haveria

de ser uma grande superposição, mesmo entre diferentes quadros como Frey's (da economia) e Reigl's (história da arte)” (MASON, 2002, p.10, tradução nossa). Por este motivo, os valores foram reunidos em duas grandes categorias: valores econômicos e socioculturais, que serviram de base para a pesquisa. Estas abrangem a maior parte dos valores patrimoniais que devem orientar o planejamento e gestão da conservação:

Table 2 Provisional typology of heritage values.

<u>Valores Socioculturais</u>	<u>Valores econômicos</u>
Histórico	Valor de uso (comercial)
Cultural/Simbólico	Valor de não uso (não comercial)
Social	Existência
Espiritual/Religioso	Opção
Estético	Herança

Quadro 1. Tipologias provisórias de valores (MASON, 2002)

Valores socioculturais – são “valores anexados a um objeto, edifício ou lugar, porque possuem significado para pessoas ou grupos sociais devido à sua idade, beleza, arte ou associação com uma pessoa ou evento significativo ou (caso contrário) contribui para os processos de associação cultural” (ibid., 2002, p.11, tradução nossa).

Valores econômicos – “se sobrepõem muito aos valores socioculturais (histórico, social, estético etc.) descritos acima, e são os que mais se distinguem porque são medidos por análises econômicas. Os valores econômicos decorrentes da conservação do patrimônio são, muitas vezes, por definição, entendidos como um bem público - refletindo decisões coletivas, e não individuais, decisões de mercado - e, portanto, não são capturados por medidas de preço de mercado. Há uma distinção importante entre quais valores podem legitimamente ser representados em termos de preço (valores de capital fechado, que podem ser negociados em um mercado) e quais fatores moldam as decisões de alocação de recursos. A principal distinção que eles fazem está relacionada ao uso versus valores não uso, correspondendo aos tipos de valores econômicos medidos através de mercados e fora dos mercados” (ibid, 2002, p.12, tradução nossa).

3.3.1. Definições de valores aplicadas à conservação de bens culturais

a) Quadro resumo das principais tipologias de valores socioeconômicos e econômicos considerados pela pesquisa produzida pelo *Getty Conservation Institute*, e sua descrição:

Valor histórico	A capacidade de um bem para transmitir, incorporar ou estimular uma relação ou reação ao passado faz parte da natureza fundamental e significado de objetos patrimoniais históricos. O valor histórico pode acumular-se de várias maneiras: desde a idade do material do patrimônio, de sua associação com pessoas ou eventos, de sua raridade e / ou singularidade, de suas qualidades tecnológicas ou de seu potencial de arquivamento / documentário.
Valor educacional	O valor educacional do patrimônio reside no potencial de ganhar conhecimento sobre o passado no futuro através, por exemplo, de arqueologia ou de Interpretação criativa do artista do registro histórico incorporado no patrimônio. Valoração de valor artístico baseado em um objeto é único, sendo o melhor, sendo um bom exemplo de ser o trabalho de um particular, e assim por diante - é também um tipo de valor histórico
Valor artístico	Valor baseado no fato de um objeto ser único, ser o melhor, ser um bom exemplo de ser o trabalho de um indivíduo em particular etc. - também é um tipo de valor histórico.
Valor simbólico	o valor cultural / simbólico refere-se aos significados compartilhados associados ao patrimônio que, estritamente falando, não são históricos (relacionados aos aspectos cronológicos e aos significados de um site).
Valor social	os valores sociais do patrimônio possibilitam e facilitam conexões sociais, redes e outras relações em um sentido amplo, não necessariamente relacionado aos valores históricos centrais do patrimônio.
Valor religioso	Às vezes, locais de patrimônio são associados ou imbuídos de significado religioso ou outro significado sagrado. Esses valores espirituais podem emanar das crenças e ensinamentos da religião organizada, mas também podem abranger experiências seculares de admiração, admiração e assim por diante, que podem ser provocadas pela visita a locais históricos.
Valor estético	Em geral, estética refere-se às qualidades visuais do patrimônio. As muitas interpretações da beleza, do sublime, das ruínas e da qualidade das relações formais consideradas de maneira mais ampla estão entre os critérios mais importantes para rotular coisas e lugares como patrimônio. O desenho e a evolução de um edifício, objeto ou local podem ser outra fonte de valor estético.
Valor econômico	Os valores econômicos decorrentes da conservação do patrimônio são, muitas vezes, por definição, entendidos como um bem público - refletindo decisões coletivas, e não individuais, decisões de mercado - e, portanto, não são capturados por medidas de preço de mercado.
Valor de uso	Os valores de uso do patrimônio material referem-se aos bens e serviços que dele derivam, que são negociáveis e com preço acessível nos mercados existentes
Valor de herança	o valor da herança deriva do desejo de legar um patrimônio para as gerações futuras.

Tabela 2. Quadro resumo dos valores patrimoniais segundo o *Getty Conservation Institute* (tradução nossa)

b) Tipologias de valor elaborada pelo Programa de Conservação e Restauração de Acervos, para a preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da COC. Este programa é parte integrante da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC). (FIOCRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2017):

Valor científico / tecnológico	O componente do patrimônio contribui para a geração de novos conhecimentos, produtos ou políticas públicas através da pesquisa científica e tecnológica, seja como objeto de estudos, fonte de informação na área científica/tecnológica, material de referência.
Valor Histórico	O componente do patrimônio está diretamente associado e contribui para a compreensão e apreciação da memória e da história da saúde e das ciências, da Fiocruz e/ou do território que ela ocupa.
Valor educacional	O componente do patrimônio contribui para a educação “formal” e “não-formal” por meio de sua utilização em atividades de ensino, divulgação e popularização da ciência e da saúde, educação patrimonial.

Valor probatório	O componente do patrimônio atesta origem, trajetória, atividades e transações de quem o produziu/acumulou; ou possui valor de evidência para confirmar ou refutar a veracidade de fatos.
Raridade / singularidade	O componente do patrimônio contém itens únicos ou raros, itens de qualidade excepcionalmente elevada ou itens excepcionalmente bem estudados e documentados de um determinado espécime, equipamento, tipo ou estilo de obra, registro ou outro bem cultural material.
Procedência	O componente do patrimônio tem sua autoria, origem e história bem documentadas e reconhecidamente vinculadas à Fiocruz e suas áreas de atuação.
Valor social	O componente do patrimônio contribui para o estabelecimento de conexões sociais, redes e outras relações em um sentido amplo, incluindo a produção de informação e comunicação para a sociedade.
Valor artístico / estético	O componente do patrimônio possui elevada qualidade artística/de design; ou contém itens ou elementos representativos de movimentos artísticos e/ou elementos executados de forma primorosa/ habilidosa; ou possui qualidade estética e/ou sensorial no ato da fruição.
Valor simbólico	O componente do patrimônio contribui para a identidade e a imagem institucional da Fiocruz, interna e externamente.
Valor econômico	O componente do patrimônio possui valor econômico significativo.

Tabela 3. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Programa de Conservação e Restauração de Acervos (FIOCRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2017).

c) Tipologia de valor elaborada para a Tese “Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor” (COELHO, 2018):

Valor artístico	o bem / elemento é representativo em termos de desenho, concepção, execução, técnicas e criatividade; destaca-se em relação à produção de determinado período ou estilo.
Valor histórico	o bem / elemento está relacionado com determinado período ou processo do desenvolvimento humano; apresenta conexões com pessoas, grupos ou eventos importantes ocorridos no passado; contribui para o processo de interpretação do passado.
Valor social	o bem / elemento cumpre uma função (social, religiosa, simbólica, política) para um ou mais grupos de pessoas no presente; é importante para a identidade de uma comunidade.
Valor científico	o bem / elemento apresenta potencial como objeto de estudo ou pesquisa, podendo contribuir para a geração de novos conhecimentos.
Valor paisagístico	o bem / elemento é testemunho das relações estabelecidas entre o homem e o meio geográfico; contribui para a qualidade ambiental do conjunto.

Tabela 4. Tese Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor (COELHO, 2018).

Utilizando-se das categorias de atributos definidos na Carta de Nara, Van Balen elaborou um quadro relacionando os “aspectos”, lê-se atributos, com as “dimensões”, referentes às tipologias de valor, para a avaliação dos valores do patrimônio, em função da autenticidade (COELHO, 2018 *apud* BALEN 2008).

ASPECTOS	DIMENSÕES			
	Artístico	Histórico	Social	Científico
Forma e desenho				
Materiais e substância				
Uso e função;				
Tradições e técnicas;				
Localização e enquadramento;				
Espírito e sentimento				

Tabela 5. Matriz de análise de valor baseada no Documento de Nara.

Fonte: (BALEN, 2008, p.40 *apud* COELHO, 2018)

Estas ferramentas de análise dos valores culturais assinaladas, serão aplicadas ao edifício, objeto de estudo, como forma de orientar a proposta de reuso. Deve-se considerar que os resultados dependem de interpretação, e servem apenas como guia. Por este motivo, recomenda-se a aplicação de outras ferramentas que possam cruzar os dados analisados, e que considerem a participação social no processo da atribuição de valores para o bem cultural.

4 DIRETRIZES PARA O PLANO DIRETOR DO PALÁCIO UNIVERSITÁRIO

4.1. Uma nova proposta de uso para o Palácio Universitário

A escolha do uso e as respectivas diretrizes que irão guiar a utilização e a ocupação deste bem cultural, bem como as ações de restauração e adequação para nova função, constituem uma parte, talvez a mais importante, do Plano Diretor do Palácio Universitário, a ser elaborado pela UFRJ. Este, por sua vez, deve integrar sua política de preservação e gestão do patrimônio cultural tombado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para orientar as decisões quanto à definição de um uso para o Palácio Universitário e a formulação das diretrizes que irão orientar seu uso e ocupação que permitam a preservação de seu significado cultural, autenticidade e integridade, utilizaremos um processo metodológico elaborado por etapas, pautado nas orientações da Carta de Burra (2013), metodologia esta, adaptada para atender as questões específicas desta proposta de estudo:



Gráfico 9. Processo metodológico para elaboração de diretrizes de uso e ocupação com base na Carta de Burra (2013)

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira etapa referente ao “conhecimento do lugar”, foi desenvolvida no primeiro e segundo capítulos da presente dissertação, com o levantamento do histórico e diagnóstico de usos e ocupações, características arquitetônicas, com os aspectos relevantes capazes de contribuir para a compreensão das transformações pelas quais o edifício já passou, e suas conformações atuais. Esta etapa irá contribuir para a identificação das tipologias de valores a serem consideradas para a avaliação de seu significado cultural.

Para avaliação do significado cultural, utilizamos como ferramenta a metodologia de valoração dos bens culturais. As tipologias de valores foram identificadas a partir da análise dos dados levantados nesta pesquisa, sob o olhar de especialista na área de arquitetura e preservação do patrimônio cultural, portanto não representa a visão de todos os atores que

possuem interesse na preservação deste bem cultural. Compreende-se a valoração como uma ação contemporânea, no tempo e no espaço, variável entre indivíduos e grupos distintos, portanto mutável. Por este motivo, considera-se este um estudo inicial, que na prática deve incorporar a visão dos diferentes atores envolvidos, assim como os valores por eles atribuídos, e aplicação de outras ferramentas capazes de gerar informações que possam confrontar com os resultados obtidos.

A escolha do novo uso será orientada pela significação cultural através das análises e avaliação dos valores, como também da vocação do edifício e demais questões a serem consideradas para sua destinação. Por fim, serão elaboradas as diretrizes de uso e ocupação, com o objetivo principal de preservação deste patrimônio cultural.

A partir das tipologias de valor definidas pela Carta de Burra (1999), identificamos para o Palácio Universitário, valores que remetem ao passado da edificação, à memória, e às características originais relacionadas ao Hospício Pedro II, sobretudo os valores relacionados à sua integridade e autenticidade. Também identificamos valores contemporâneos à Universidade, relacionados ao uso atual.

4.1.1. A valoração e a Significância Cultural

A análise aqui proposta dos valores identificados tem como objetivo a definição do uso e elaboração de diretrizes de uso e ocupação que garantam a preservação da integridade e autenticidade do edifício, e seu significado cultural. A preservação destes valores deverá ser considerada nas ações de restauração e conservação no edifício. Aplicamos a metodologia de valoração para análise dos valores do Palácio Universitário conforme as tipologias de valor identificadas para este bem cultural, a seguir:

Atributo	Definição
Valor Histórico	O bem cultural é capaz de transmitir relação e reação ao passado, e pode contribuir para a compreensão e rememoração da história do período Imperial, por ser símbolo da celebração da maioria de Pedro II e progresso deste governo; das ciências e da saúde, pelas transformações e avanços médicos no tratamento e cura dos pacientes, em especial do campo da psiquiatria; da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e do local que ela ocupa, o Campus da Praia Vermelha e o bairro da Urca. Sua história também está relacionada a figuras ilustres como Lima Barreto.
Valor Artístico / Estético	O bem cultural é representativo em termos de desenho, concepção, execução, técnicas e criatividade. Destaca-se pela elevada qualidade artística e de desenho de uma

	imponente arquitetura de característica neoclássica, com volumetria e formas rigorosamente simétricas, carregando consigo elementos plásticos nas fachadas desenhados por discípulos de <i>Granjean de Montiny</i> , da missão artística francesa. Seu interior possui alguns salões nobres dotados de ornamentos e pinturas artísticas originais de sua construção.
Valor Educacional	O bem cultural contribui para a educação “formal” e “não-formal”, através das atividades de ensino desenvolvidas pelas Faculdades, Institutos, e Escolas da UFRJ ali instaladas, bem como atividades culturais e científicas diversas.
Valor Social	O bem cultural contribui para o estabelecimento de conexões sociais, redes e outras relações em um sentido amplo, cumprindo função social, religiosa, simbólica e também política. Cumpre função social, uma vez que desenvolve diversas atividades que envolvem a sociedade, e é local de convergência dos mais variados grupos sociais, sejam estes estudantes, docentes, visitantes, religiosos, especialistas, turistas, ou moradores da região.
Valor Científico/ Tecnológico	O bem cultural contribui para a geração de novos conhecimentos, produtos ou políticas públicas através da pesquisa científica e tecnológica, seja como objeto de estudos, fonte de informação na área científica/tecnológica, ou material de referência. O bem é objeto de estudo de áreas ligadas à ciência e a saúde, como também engenharia, arquitetura e artes.
Valor de Uso	O bem cultural possui um uso (educacional) que cumpre papel importante para o país, Instituição, e para a sociedade.
Raridade / Singularidade	O bem cultural contém elementos únicos ou raros, itens de qualidade excepcionalmente elevada como quadros e mobiliários da época do Império, estátuas em mármore Carrara do artista <i>Ferdinand Petritch</i> , azulejos artísticos portugueses e pinturas artísticas em paredes e tetos.
Valor Simbólico	O bem cultural contribui para a identidade e a imagem institucional da UFRJ, interna e externamente, simbolizando a grandeza e representatividade da Universidade Federal nos campos do saber e científico nacional e internacional.
Valor Paisagístico	O bem cultural é testemunho das relações estabelecidas entre o homem e o espaço geográfico; contribuindo para a qualidade ambiental do conjunto e do Sítio.
Valor cultural	O bem cultural contribui para a geração de novos conhecimentos, produtos ou políticas públicas por meio do incentivo à cultura, com promoção de palestras, simpósios, congressos, debates, exposições.
Valor de antiguidade	O bem cultural possui marcas (adições e remoções) e transformações na sua forma, planta, desenho, elementos, materiais e sistemas construtivos que são testemunhos da sua passagem no tempo, sua antiguidade.

Tabela 6. Análise das tipologias de valores culturais identificados para o Palácio Universitário
 Fonte: Elaborado pela autora.

Em virtude da grande variedade de informações que foram levantadas para conhecimento do Palácio Universitário, para delimitar as dimensões específicas do bem cultural, utilizamos como ferramenta a Matriz de análise de valor, baseada no Documento de Nara, cujos atributos estão diretamente relacionados à *autenticidade*. Procura-se através do cruzamento de aspectos relacionados ao bem com as dimensões as quais estão inseridas as tipologias de valor, estabelecer pontos que sirvam de parâmetro para elaboração das diretrizes e oriente o uso compatível com as características e vocação do edifício.

ASPECTOS	DIMENSÕES			
	Artístico	Histórico	Social	Científico
Forma e desenho	Possui volumetria, desenho e detalhes arquitetônicos do século XIX, relacionados ao movimento Neoclássico, como por exemplo, o frontão e colunas de estilo jônico na fachada principal em cantarias; e à missão artística francesa como cachepots e esculturas em mármore.	Sua concepção, forma, desenho e planta foram inspirados em modelos de Hospitais europeus como Hospital <i>Maggiore di Milano</i> , na Itália, que revelam uma planta hospitalar segundo pensamento renascentista e as características monumentais conferidas às obras do governo.	Ilustra o tipo de tratamento dispensado aos pacientes, pautados na reclusão e isolamento. O desenho facilitava a divisão por alas, e separação por sexo e também classe social, além do controle e vigilância dos internos.	O desenho e configuração originais permitem o estudo da tipologia arquitetônica do edifício e do modelo de hospital adotado no século XIX. A Arquitetura era pautada em propostas higienistas de aproveitamento da ventilação e iluminação natural.
Materiais e substância	Os materiais e elementos artísticos originais dos ambientes externos do edifício, foram recentemente restaurados e contribuem para a leitura arquitetônica e expressão plástica do edifício. Os que compõem ambientes internos, carecem de restauração.	As áreas originais do edifício são formadas por materiais e sistemas construtivos utilizados no século XIX, como pedra e cal, gnaisse, mármore Carrara, ladrilho hidráulico, azulejos artísticos, pinturas artísticas, ferro fundido, e vitrais.	Os materiais utilizados ilustram o trabalho manual, tradicional e artístico, característico do século XIX.	Os materiais e sistemas construtivos deste período é de grande interesse de pesquisa acadêmica e científica, nas áreas da saúde, arquitetura e engenharia, como também do patrimônio cultural.
Uso e função;	O edifício não continuou com o uso e função original, e atualmente tem nova destinação, entretanto sua monumentalidade e expressão plástica foram associados aos valores simbólicos do uso atual.	O uso e função original do edifício está relacionado historicamente à área das ciências e da saúde, e ao uso hospitalar. A configuração espacial e algumas características preservadas contribuem para a compreensão do uso original.	O uso atual está relacionado às atividades ligadas ao ensino da UFRJ, desempenhando importante função para a comunidade acadêmica, para a Universidade e para o país.	O uso e função atual está relacionado às atividades de pesquisa e a produção científica da Universidade.

Tradições e técnicas;	As tradições e técnicas construtivas utilizadas nos edifícios neoclássicos se destacam em termos de funcionalidade e qualidade (alvenarias em pedra e cal, cantaria, marcenaria, serralheria, fundições, estuque, vitrais, cerâmicas, azulejaria)	As técnicas utilizadas na construção do edifício representam as práticas construtivas tradicionais do século XIX.	As tradições e técnicas utilizadas ilustram o trabalho manual, tradicional e artístico, característico do século XIX	As tradições e técnicas utilizadas na edificação é de grande interesse de pesquisa científica, nas áreas da saúde, arquitetura, engenharia, como também do campo do patrimônio cultural.
Localização e enquadramento;	Está localizado em área nobre, em um bairro calmo e afastado da cidade, com proximidade à outros edifícios históricos. Sua localização favorece posição de destaque em relação à outras edificações pela sua imponência e monumentalidade.	Historicamente foi construído em área arborizada, isolada e afastada da cidade, à beira mar e próximo à montanha, características dos modelos de hospitais psiquiátricos pautados na reclusão e no isolamento.	A localização originalmente estava relacionada ao afastamento do meio urbano e social. Atualmente o edifício está localizado no Campus da UFRJ.	Sua localização diz respeito ao seu uso original e revela características deste modelo de construção e do programa hospitalar do século XIX. Atualmente o Palácio e o Campus da Praia Vermelha, constituem uma das Unidades Isoladas da Universidade.
Espírito e sentimento	As belezas arquitetônica e artística da edificação, despertam o interesse de diversos grupos sociais pela sua preservação.	Originalmente retrata a sociedade do século XIX. Atualmente a Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil, instaurou uma luta antimanicomial. A Universidade reconhece a importância histórica da edificação.	A comunidade acadêmica, e outros grupos correlacionados, reconhecem a importância do bem cultural para a Universidade, e para a sociedade.	X

Tabela 7. Análise de valor do Palácio Universitário baseado no Documento de Nara (1994)
Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.2. Vocação e ressignificação do patrimônio edificado

O Palácio Universitário, antigo Hospício Pedro II, possui características intrínsecas de um monumento que são originais de sua constru o. O edifício de 1852 recebeu a denomina o de Palácio com a chegada da Universidade, entretanto, no período Imperial a constru o já era informalmente chamada de “Palácio dos Loucos” por receber mesma aten o dispensada aos palácios. Esta tipologia arquitetônica foi largamente utilizada como símbolo de poder e progresso, nas mais diversas fun es em atendimento às necessidades da capital do Império. Sua grandiosidade, plasticidade, técnica e acabamentos remetem aos grandes Palácios da monarquia europeia.

 s características palacianas, soma-se a especificidade de seu esquema original, cuja morfologia espacial e sistemas construtivos foram pensados e desenhados para cumprir

funções específicas de um programa hospitalar psiquiátrico de grandes dimensões. Podemos citar, por exemplo, a forma pavilhonar, os longos e estreitos corredores que ladeiam os antigos claustros, os acessos principais separados por alas, as grandes aberturas de vãos nas fachadas, as portas dos ambientes voltadas para os corredores internos, a utilização de materiais como madeira e pedra no sistema estrutural e acabamentos, e circulação vertical limitada à fachada principal. Além disso, a planta do edifício foi projetada através da repetição um sistema modular, marcado pela simetria e repetição de volumes que configuravam as alas, sendo esta uma característica marcante da edificação.

A especificidade das características tipológicas deste edifício, correspondentes à função original assinalada, fornece os condicionantes para uma possível adaptação para novos usos. Para que determinados usos sejam adaptáveis a tais características, deve-se apresentar programas e funções igualmente compatíveis com a edificação. Esta compatibilidade pode ser compreendida pela interpretação do significado cultural levantado por meio das análises de valoração apresentadas capítulo 3, como também pelos exemplos apresentados.

Pode-se afirmar que os usos compatíveis com as características similares ao Palácio Universitário assemelham-se em geral ao de grandes Universidades e também à Museus. As mais antigas Universidades europeias ainda em funcionamento, algumas inseridas no *hall* das melhores Universidades do mundo, encontram-se em antigas edificações históricas com características neoclássicas e palacianas. Estas perpetuam no tempo, pois foram capazes de se adaptar às necessidades de transformação do mundo moderno, e somar novos valores contemporâneos à sua história e arquitetura.



Figura 139. Universidade de Bolonha, fundada em 1088 na Itália. Considerada a mais antiga do mundo. Fonte: www.forbes.com.br



Figura 140. Universidade de Nápoles Federico II, Itália. Fundada em 1224. Fonte: www.forbes.com.br



Figura 141. Universidade de Paris, França. Fundada entre 1160 e 1250. Fonte: www.forbes.com.br



Figura 142. Universidade do Porto, Portugal. Fundada em 1911. Fonte: Arquivo pessoal.

Uma análise mais aprofundada sobre exemplos de reutilização de edificações como Universidade, originalmente projetadas para o uso hospitalar, sugere alguma semelhança na apropriação dos espaços pelo programa e função voltados ao ensino, inclusive com características muito próximas ao bem tombado em análise, como, por exemplo, o Hospital *Maggiore de Milano*, que atualmente abriga a Universidade de Milão.



Figura 143. Universidade de Milão.

Disponível em: <http://erasmuscampus.eu/university/universita-degli-studi-di-milano/>

Além das características arquitetônicas orientarem um uso compatível que não o original, é possível identificar semelhanças nas relações humanas que se estabelecem nestes espaços. O arranjo em planta em torno de quadrados regulares delimita os blocos e orienta os eixos de circulação fixos, indicando os fluxos no espaço interno, que podem ser ou não limitados. Este tipo de organização produz espaços funcionais e hierárquicos, característicos

de programas disciplinares (SOBRAL, 2009).

Teixeira Brandão, médico alienista e ex-diretor do Hospício Pedro II, encontrou analogias entre o hospital e locais de ensino:

Os asilos de alienados têm muitas analogias com estabelecimentos de educação. Tanto em um como no outro, em primeiro lugar são as relações afetivas, por meio da atenção e solidariedade, que devem estar presentes em quem os dirige, e não é sem contato prolongado e constante cuidados que é possível uma influência saudável. Sem esta atribuição e autonomia, o diretor ficará reduzido nos seus meios mais poderosos de ação [...] (TEIXEIRA, 2008 *apud* BRANDÃO, 1897, tradução nossa).

Além das questões que envolvem os aspectos estéticos, históricos e funcionais do bem, existem ainda outros fatores importantes a serem considerados na sua vocação, como sua localização. O bairro da Urca é um local com características típicas de uma península, com terreno cercado pela baía de Guanabara, cuja entrada e saída se faz por um único acesso principal, o que torna o bairro um lugar reservado. Predominam o uso residencial e Institucional, com finalidades hospitalar, educacional, militar e de pesquisa, e público voltado à estas atividades e turistas visitantes do Pão de Açúcar. Cabe lembrar que o acesso principal do palácio fica na Avenida Pasteur, e atualmente é feito pelo Campus da Praia Vermelha.

A vocação do Palácio Universitário constitui, portanto, na convergência e conflito de todas as características e aspectos que envolvem não só o edifício, como também seu entorno, e a Instituição a qual este pertence. Uma proposta de reutilização é um desafio de dimensões proporcionais à complexidade que envolve a escolha de um uso compatível com sua vocação e seus valores culturais, e que garanta a preservação da sua significância cultural, integridade e autenticidade.

Os valores culturais identificados para esta edificação estão relacionados às duas fases do edifício, sendo os valores de rememoração ligados ao antigo Hospício Pedro II, e os valores de contemporaneidade relacionados ao uso atual como Universidade. É possível preservar a significância cultural do Palácio Universitário, respeitando os valores relacionados à sua integridade, ou seja, preservando as características estéticas e históricas originais do bem, sua autenticidade presente nas marcas de sua passagem no tempo deixadas pelo antigo Hospício Pedro II, e na transformação para Universidade. Todas alterações posteriores que não contribuem para preservação do significado cultural da edificação devem ser eliminadas, bem como futuras intervenções para o bom funcionamento do edifício e em atendimento a necessidades contemporâneas de uso, que devem ser avaliadas, como por exemplo, adaptação

às normas de acessibilidades, combate à incêndios, e climatização. Existem muitas opções de materiais e equipamentos disponíveis no mercado, para escolha das melhores soluções técnicas.

Consideramos o uso acadêmico potencial para preservação deste patrimônio cultural arquitetônico da UFRJ, quando sanadas as questões que envolvem a falta de uma política de gestão integrada de conservação, planejamento dos usos e crescimento ordenado do edifício e do Campus da Praia Vermelha, que resultam na má utilização da edificação, e conseqüentemente sua degradação física e perda dos valores e significados culturais.

Propomos, portanto, a ressignificação do uso atual, com a transformação do Palácio Universitário para um Centro de memória e referência médico-acadêmico em saúde mental, denominado Centro de Memória e Referência em Saúde Mental – CMRSM/ UFRJ, a ser utilizado por atividades do Instituto de Psiquiatria – IPUB, do Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC, Instituto de Psicologia, e pelo Fórum de Ciência e Cultura – FCC, que ficará responsável pelos espaços e atividades culturais e científicas destinadas ao novo espaço de memória da Universidade, pela Fundação José Bonifácio – FUJB e pela Casa da Ciência. O Centro de Memória e Referência em Saúde Mental – CMRSM/ UFRJ deverá ser inserido no polo de saúde proposto pelo Plano Diretor UFRJ/2020, considerando a integração dos hospitais universitários, do novo Centro médico-acadêmico, do Hospital do Pinel, e dos cursos de áreas afins presentes hoje no Campus.

Consideramos para a escolha do uso a importância da Universidade Federal do Rio de Janeiro como referência no âmbito de uma Instituição voltada para o ensino acadêmico e pesquisa científica, e em especial, na área da saúde através dos Hospitais-escola; a vocação do Campus da Praia Vermelha no campo da psiquiatria; as características particulares do bairro da Urca, e a vocação do Palácio Universitário enquanto monumento histórico e símbolo da importância e grandiosidade da missão Institucional da UFRJ,

Espera-se, com esta investigação a respeito da ressignificação do uso do Palácio, e das diretrizes de uso e ocupação, contribuir para as políticas de preservação, conservação e valorização deste patrimônio, além de potencializar a missão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, impulsionando a Instituição em tornar-se referência nacional e internacional de ensino, pesquisa, e tratamento na área de saúde mental.

4.2. O Centro de Referência em Saúde Mental da UFRJ

O Centro de referência médico-acadêmico em saúde mental da Universidade Federal do Rio de Janeiro deverá ser de uso comum do Instituto de Psiquiatria – IPUB, do Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC, e Instituto de Psicologia, que integrarão o polo de saúde do Campus da Praia Vermelha da UFRJ. Este deve funcionar com caráter de apoio às atividades que já são desenvolvidas nas Unidades, como local de sinergia de saberes, das relações humanas, de integração e inclusão, cumprindo o papel da Universidade, sua missão e função social. O Centro de referência deverá ser guiado pelos preceitos da Reforma Psiquiátrica, e além das atividades acadêmicas, oferecerá um programa de reabilitação psicossocial por meio da cultura, do lazer, e do aprendizado e do ofício, através das oficinas Terapêuticas e dos Ateliês, que deverá ser aberto a toda comunidade.

4.2.1. Diretrizes de uso e Ocupação

Disposições Gerais:

1. Contribuir para a missão da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
2. Contribuir para o projeto de expansão da Universidade, através da criação de espaços para as atividades dos cursos do polo de saúde da Praia Vermelha;
3. Promover a integração dentro da Universidade, e com a cidade;
4. Contribuir para as ações e determinações da Reforma psiquiátrica;
5. Contribuir para a preservação do patrimônio cultural da saúde, da Universidade e do Campus da Praia Vermelha;
6. Contribuir para a valorização da educação no país;
7. Contribuir para a função social da Universidade;

4.2.2. Campus da Praia Vermelha e entorno do Palácio Universitário

Com base na Carta de Burra (1999), consideramos que a manutenção visual do entorno e do Campus da Praia Vermelha sob os aspectos relacionados à forma, escala, cores, texturas, materiais e também funções, é fundamental para a preservação e conservação do Palácio

Universitário.

4.2.2.1. Diretrizes Gerais

1. Transformar o Campus da Praia Vermelha em um polo de saúde voltado para atividades ligadas à saúde mental;
2. Revisão do Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha, de forma compatibilizar as novas propostas de uso e ocupação do Campus e do Palácio Universitário.
3. Promover a articulação entre as atividades acadêmicas desenvolvidas nos edifícios do Campus da Praia vermelha a serem inseridas no polo de saúde, garantindo maior integração e troca de saberes;
4. Transferência dos cursos e atividades locadas no Campus da Praia Vermelha, que não integram o polo de saúde,
5. Promover a garantia de acessibilidade e infraestrutura no Campus da Praia Vermelha, e dos edifícios do polo de saúde;
6. Estudar a possibilidade de se criar uma rota cultural do Conjunto histórico formado edifícios remanescentes do Antigo Hospício Pedro II:
7. Prever Plano de Gestão da Conservação Integrada das edificações históricas do Campus da Praia vermelha/UFRJ;
8. Articular atividades e edificações comuns ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, incluindo a Casa da Ciência, promovendo a integração das unidades;

4.2.2.2. Diretrizes de Uso e Ocupação do Campus da Praia Vermelha e entorno do Palácio Universitário

Para facilitar o entendimento das propostas e diretrizes gerais de uso e ocupação do entorno e do Campus, elaboramos um mapeamento que divide o Campus em cinco zonas de intervenção:

Zona 1 – Palácio Universitário, remanescentes históricos do Hospício Pedro II e outras edificações do Campus;

Zona 2 – Complexo do hospital do Pinel, e outras edificações do Campus;

Zona 3 – Edificações históricas do complexo do Instituto de Psiquiatria, Hospital

Deolindo Couto e outras edificações do Campus;

Zona 4 – Complexo esportivo não edificado;

Zona 5 – Casa da Ciência e outras edificações do Campus;

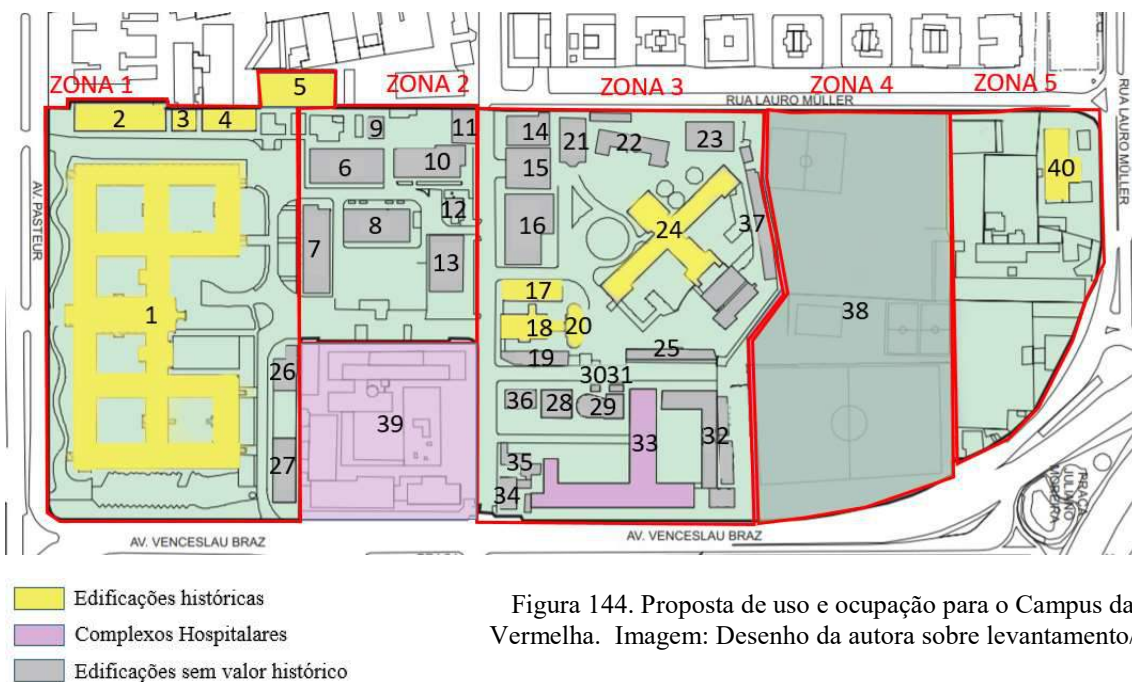


Figura 144. Proposta de uso e ocupação para o Campus da Praia Vermelha. Imagem: Desenho da autora sobre levantamento/ ETU

Legenda:

- 1 Palácio Universitário/ Antigo Hospício Pedro II
- 2 Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB)/ Enfermaria/ Pavilhão das Imundas
- 3 Diretório Central de Estudantes Mário Prata/ Enfermaria/ Oficina Feminina
- 4 Anexo da Escola de Serviço Social/ Enfermaria/ Oficina Feminina
- 5 Instituto de Psicologia/ Lavanderia
- 6 Escola de Serviço Social
- 7 Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
- 8 Biblioteca CFCH e Progr. Avanç. de Cultura Contemp.
- 9 Revista Ciência Hoje (SBPC)
- 10 Pavilhão Mário d'Almeida (CBPC)
- 11 Subestação
- 12 Casa de Força (desativada em julho de 2004)
- 13 Oficina CBPF
- 14 Subprefeitura da Praia Vermelha e SINTUFRJ
- 15 Anexo da Biblioteca do CFCH Ambulário de Psiquiatria
- 16 Ambulatório de Psiquiatria
- 17 Residência Médica do IPUB/ Pavilhão de Observação Magnam
- 18 Centro de Atenção e Reab. da Infância e da Mocidade/ Pavilhão de Observação N. Roxo
- 19 Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil/ Pavilhão de Observação Meynert
- 20 Teatro Quorpo Santo/ Pavilhão Teixeira Brandão
- 21 Biblioteca do IPUB
- 22 Centro de Atendimento Diário (CAD)
- 23 Casa da Terceira Idade (CDA)
- 24 Administração e Enfermaria do Instituto de Psiquiatria/ Pav. Rodrigues Caldas
- 25 Prédio Wilian Asmar
- 26 Prédio da Eco

- 27 Central de Produção Multimídia (CPM-ECO)
- 28 Laboratório do IPUB
- 29 Pavilhão Austregésilo
- 30 Capela do Instituto de Neurologia
- 31 Subestação do Instituto de Neurologia
- 32 Escola de Educação Física e Desportos (EEFD)
- 33 Instituto de Neurologia Deolino Couto
- 34 Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (CAURJ)
- 35 Ambulatório da Neurologia
- 36 Restaurante / Xerox
- 37 Vestiários
- 38 Praça de Esportes santos (não edificada)
- 39 Complexo do Hospital Philippe Pinel
- 40 Casa da Ciência

Zona 1 – Palácio Universitário, remanescentes históricos do Hospício Pedro II e outras edificações do Campus

1. Promover integração da Fundação Universitária José Bonifácio com o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, por estes possuírem objetivos comuns à Universidade, com atividades ligadas ao ensino, pesquisa, cultura, ciência e tecnologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
2. Rever usos das edificações que abrigam o anexo da Escola de Serviço Social, com transferência desta unidade acadêmica para o Fundão;
3. Rever uso do Diretório Central dos Estudantes (DCE), com transferência das atividades para a Zona 4;
4. Rever usos das edificações do Prédio da ECO e Central de Produção Multimídia (CPM-ECO), em virtude da transferência da Escola de Comunicação para o Campus do Fundão, conforme diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020. Estas edificações poderão ser utilizadas para abrigar usos de infraestrutura do Palácio, como Subestação de energia que atualmente está localizada dentro da edificação histórica;
5. Revitalizar a ambiência e paisagismo do entorno do Palácio Universitário, melhorando o microclima no interior do palácio Universitário;
6. Restaurar o Portão principal da Avenida Pasteur e Venceslau Brás em ferro fundido para retorno da utilização da entrada principal do edifício;
7. Remanejar o estacionamento do entorno do Palácio Universitário, criando um novo estacionamento dentro do Campus, na Zona 4;

Zona 2 – Complexo do Hospital do Pinel, e outras edificações do Campus

1. Demolir prédios de baixa taxa de ocupação, qualidade arquitetônica e funcionalidade, liberando áreas para utilização qualificada do terreno, considerando as diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020.
2. Destinar a área desocupada para criação de uma área verde/ parque no Campus entre os limites do Palácio Universitário e os Hospitais Universitários, destinado às atividades culturais, científicas e de lazer ao ar livre, para a comunidade interna e externa, contribuindo com o microclima do Campus;
3. Transferir as atividades acadêmicas das edificações a serem demolidas para o Campus do Fundão, considerando as diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020, e usos destinados à infraestrutura do Campus para as Zona 3 e 4;
4. Integrar o Complexo hospitalar do Instituto Phillippe Pinel ao polo de saúde em saúde mental do Campus da Praia Vermelha/ UFRJ

Zona 3 – Edificações históricas do complexo do Instituto de Psiquiatria, Hospital Deolindo Couto e outras edificações do Campus

1. Integrar o Complexo hospitalar do Instituto de Psiquiatria (IPUB) ao polo de saúde em saúde mental do Campus da Praia Vermelha/ UFRJ;
2. Integrar o Complexo hospitalar do Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) ao polo de saúde em saúde mental do Campus da Praia Vermelha/ UFRJ;
3. Rever usos e considerar possíveis demolições de prédios de baixa taxa de ocupação, qualidade arquitetônica e funcionalidade, liberando áreas próximas a edificações históricas remanescentes do Hospício Pedro II, considerando as diretrizes do Plano Diretor UFRJ/2020, com possibilidade de transferência destas atividades para a Zona 4;

Zona 4 – Complexo esportivo não edificado

1. Destinar área do complexo esportivo do Campus da Praia Vermelha, para construção de edifícios modernos para remanejamento de atividades acadêmicas e hospitalares de edificações a serem demolidas, e demais atividades do polo de saúde não compatíveis com o Palácio Universitário.

2. Poderá ser reservada uma área destinada às demais unidades que não entrarem em acordo sobre a transferência para o Campus do Fundão.

Zona 5 – Casa da Ciência e outras construções do Campus

1. A área correspondente à Zona 5, que compreende a Casa da Ciência com atividades complementares ao Fórum de Ciência e Cultura, poderá ser destinada à criação do centro de convenções/hotel idealizado pelo Plano Diretor UFRJ/2020, com a contrapartida de preservação da Casa da Ciência, desde que respeitado os limites da área de preservação a ser determinada pelo Iphan.

4.2.3. Diretrizes Gerais para o Palácio Universitário

1. Respeitar os princípios e orientações de distinguibilidade, reversibilidade, da mínima intervenção, compatibilidade de técnicas e materiais e demais recomendações constantes nos documentos do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) nas ações para transformação do uso, manutenção e conservação do edifício tombado;
2. Respeitar a diversidade de valores e significados culturais coexistentes neste patrimônio cultural tombado, bem como sua integridade e autenticidade;
3. Respeitar as orientações e determinações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nas ações para transformação do uso, manutenção e conservação do edifício tombado;
4. Considerar para esta proposta de reuso, a restauração de fachadas e coberturas do Palácio Universitário já executadas;
5. Considerar os projetos complementares de infraestrutura do edifício, aprovados pelo Iphan (acessibilidade, incêndio, elétrica, hidráulica, iluminação, sinalização, entre outros);
6. Considerar a necessidade de desenvolvimento de novos projetos, e compatibilização do projeto de restauração aprovado, visando nova proposta de uso;
7. Compatibilizar as intervenções espaciais com as atividades a serem desenvolvidas pelo Centro de memória e referência médico-acadêmica em saúde mental da UFRJ;
8. Promover a convivência harmônica entre os diferentes cursos, disciplinas e atividades no uso do espaço físico do edifício;

9. Planejamento dos usos e ocupação dos espaços de forma a promover a integração transdisciplinar e o rompimento com a histórica fragmentação da Universidade;
10. Remover barreiras físicas e visuais de forma a incentivar a integração das diferentes atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;
11. Desenvolvimento de atividades que contribuam para a sustentabilidade do edifício, tanto física quanto financeira.
12. Incorporar uma rotina de manutenção preventiva eficaz, de qualidade técnica e baseada em estudos multidisciplinares;
13. Incorporar uma rotina de educação patrimonial, voltada à comunidade acadêmica e comunidade externa, com finalidade de conscientização sobre a importância da preservação, e valorização do patrimônio cultural;
14. Restauração da Capela São Pedro de Alcântara conforme Projeto de Restauração aprovado pelo Iphan, para desenvolvimento de atividades religiosas, e atividades voltadas à comunidade acadêmica, e à comunidade externa, sob administração do Fórum;
15. O Fórum de Ciência e Cultura - FCC deverá permanecer no edifício pela sua importância na gestão e articulação das atividades culturais, científicas e de extensão da UFRJ;
16. Estudar a possibilidade de implantação de novas soluções e tecnologias para climatização dos ambientes, como a tecnologia *Task air*. Este sistema consiste em um sistema de climatização pelo piso, através da instalação de um piso modular flutuante apoiado sobre piso existente, causando menor impacto no edifício que o sistema convencional, uma vez que é facilmente reversível, como também contribuindo para a conservação do piso existente.
17. Utilizar mobiliários criativos, modulares, leves, versáteis, e ergonômicos, adaptáveis às mais diferentes atividades para as salas de aula e salas multiuso, possibilitando layouts multifuncionais. Este tipo de mobiliário atende diferentes necessidades e estilos de aprendizado.

4.2.3.1. Diretrizes de uso e ocupação para o Palácio Universitário

a) Proposta de Uso e Ocupação para o 1º Pavimento:

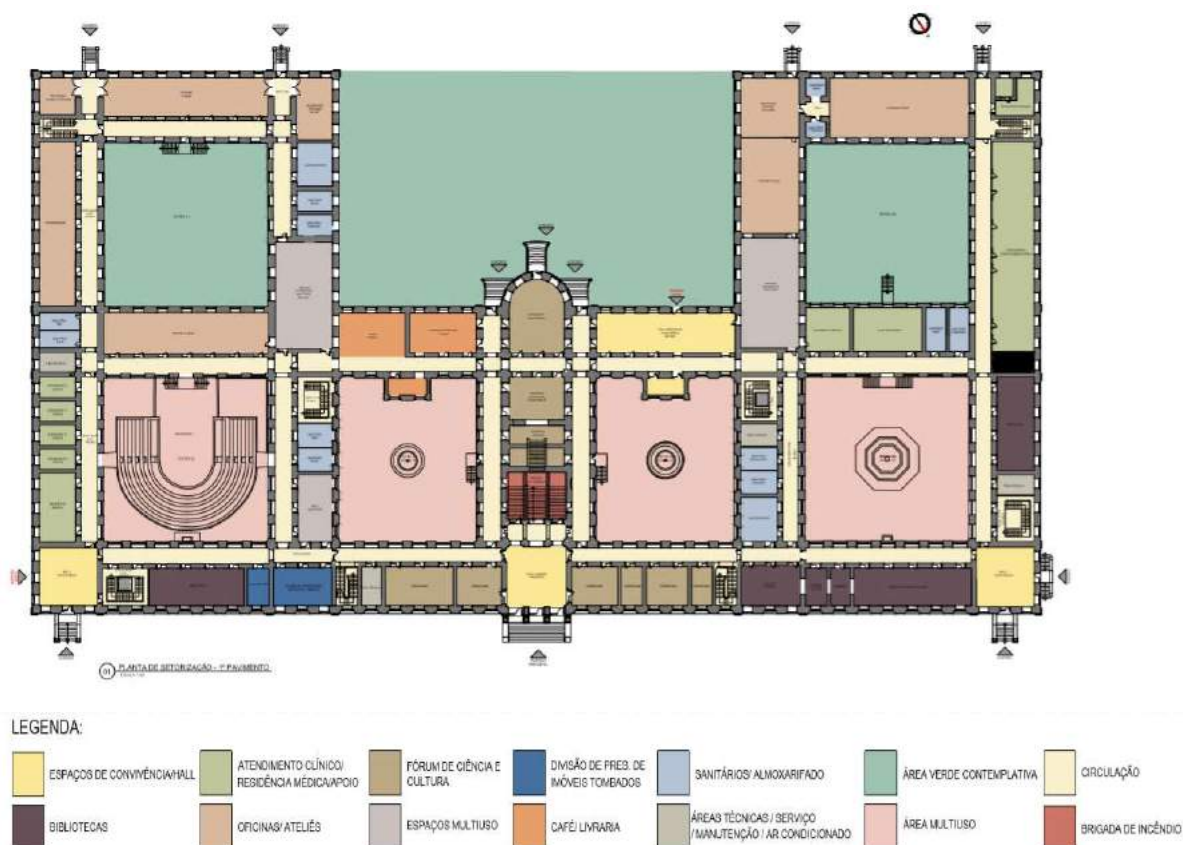


Figura 145. Proposta de uso e ocupação para o Palácio Universitário – 1º pavimento.
Imagem: Desenho da autora sobre levantamento/ ETU

Diretrizes de Uso e Ocupação para o 1º Pavimento

1. Destinar salas e ambientes da Ala Central para as atividades do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, devido à proximidade à Capela e salões nobres;
2. Destinar o primeiro pavimento às atividades de residência médica clínica e ambulatorial, do Instituto de Psiquiatria/UFRJ, instituto de Neurologia /UFRJ, e Instituto de Psicologia/ UFRJ;
3. Reativar o acesso central da Fachada Norte, como acesso principal da edificação.
4. Criar espaços de convivência nos acessos principais, salvo os ambientes próximos aos acessos da Fachada sul que serão destinados à serviços de apoios às oficinas/ ateliês, como secretarias, recepção, guarda-volumes.

5. Criar espaços multiusos em locais estratégicos de grande circulação e concentração de usuários, destinados a avisos, painéis expositivos, exposição de trabalhos, reunião de alunos, entre outras atividades. Estes locais são flexíveis às demandas da Universidade.
6. Transferir a Divisão de Preservação de Imóveis Tombados – DIPRIT para o Centro médico-acadêmico, visando a melhor gestão do edifício e fiscalização;
7. Destinar de ambientes do primeiro pavimento da Capela para exposições temporárias, permanentes, e guarda de acervos.
8. Destinar de salas do 1º pavimento das Alas Leste e Oeste para implantação de Ateliês e Oficinas destinadas ao público do polo de saúde, e à comunidade externa;
9. Estudar o intercâmbio de Oficinas e Ateliês oferecidos pela Escola de Belas Artes/UFRJ e do curso de Terapia Ocupacional/UFRJ, e também ateliês de restauração (exemplo: azulejos, ornamentos em gesso);
10. Estudar a possibilidade de levar para o Centro médico-acadêmico a atividade de musicoterapia oferecida pelo IPUB;
11. Localizar a Brigada de Incêndio em ponto central, na Capela São Pedro de Alcântara, de fácil acesso às fachadas externas, em área da atual subestação de energia elétrica;
12. Reabilitar o Anfiteatro para utilização pela comunidade acadêmica do Campus da Praia vermelha, sob a administração do Fórum;
13. Concentrar os acervos bibliográficos, iconográficos e documentais da Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura - BPC e a Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho, do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, e da Biblioteca do Instituto de Neurologia da UFRJ no centro médico-acadêmico, prevendo-se futura e constante expansão dos acervos, facilitando o acesso e intercâmbio de conhecimento. Priorizar as fachadas de maior incidência de iluminação natural e ventilação;
14. Estudar a possibilidade de remanejar o Museu de Neuroanatomia Professor Mauricio Moscovici, do Instituto de Neurologia da UFRJ atualmente com cerca de 100 peças catalogadas, para o Centro médico-acadêmico;
15. Criar novos acessos, na fachada leste e sul, com plataforma elevatória visando a acessibilidade no Centro médico-acadêmico, conforme projeto de restauração aprovado pelo Iphan;
16. Remover divisórias internas construídas com materiais espúrios, para reorganização e ampliação dos espaços internos, melhorando a ventilação e iluminação natural dos ambientes;
17. Preservar as escadas em madeira originais e criação de mais áreas de circulação

vertical, contemplando elevadores, em eixos simétricos e equidistantes. Para esta proposta de nova circulação vertical, foi mantida a proposta que consta no projeto de restauração do edifício, aprovado pelo Iphan, em virtude das necessidades especiais de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados;

18. Restaurar pisos do 1º pavimento com substituição de materiais de baixa resistência e qualidade estética, para materiais compatíveis com os pisos em pedra, mármore e ladrilho hidráulico existentes, restabelecendo a integridade do conjunto e sua funcionalidade;

19. Restaurar os forros do 1º pavimento e manter lajes existentes;

20. Criação de banheiros masculinos e femininos, em conformidade com as normas de acessibilidade, em locais estratégicos, equidistantes, e em locais preferencialmente de pisos cerâmicos, que serão substituídos;

21. Restaurar pisos do 1º pavimento com substituição de materiais de baixa resistência e qualidade estética, para madeiras iguais ou similares à existente, restabelecendo a integridade do conjunto e sua funcionalidade;

22. Revitalizar os Pátios Internos 1 e 6, apenas como jardins contemplativos, com desenho paisagístico e espécies adequadas, devido a configuração original com vãos de janela e apenas um acesso, o que pode remeter a antigos claustros;

23. Revitalizar os pátios internos 3 e 4, e estudar possível abertura dos ambientes de um pavimento localizados frente pátios 3 e 4, como extensão do café e do hall de entrada. Estes pátios também serão utilizados por atividades da Capela.

24. Revitalizar o pátio localizado na fachada sul, com paisagismo e espécies adequadas para integrar o parque/ área verde que será construída na Zona 2 do Campus;

25. Destinar os ambientes do bloco de um pavimento à leste da Capela para serviços, como Café, livraria, loja de artigos religiosos, e loja de artesanatos das Oficinas;

26. Destinar áreas técnicas para manutenção e equipamentos de lógica/ ar condicionado/ elevadores/ energia. Estas áreas foram baseadas no Projeto de Restauração aprovado pelo Iphan.

27. Restaurar os azulejos artísticos dos corredores do primeiro pavimento, com utilização das oficinas de restauração, visando contribuir para a sustentabilidade, com finalidades também educativas de preservação do patrimônio cultural;

28. Reutilizar a piscina existente como reservatório de água para sistema de combate à incêndios.

29. Destinar áreas do primeiro pavimento da Capela para atividades ecumênicas e

atividades de apoio aos tratamentos terapêuticos psiquiátricos, como a prática de atividades físicas ligadas ao corpo e a mente, como a Yoga e o Tai Chi Chuan, e também musicoterapia.

b) Proposta de Uso e Ocupação para o 2º Pavimento:

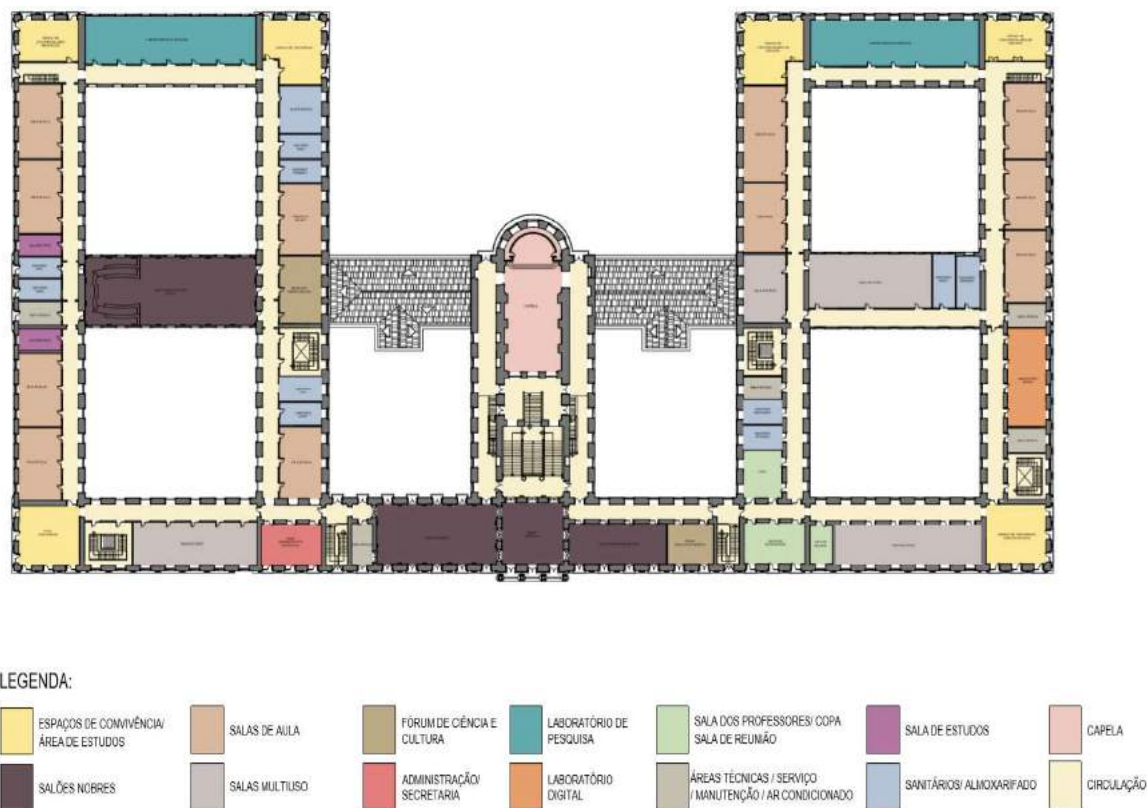


Figura 146. Proposta de uso e ocupação para o Palácio Universitário – 2º pavimento.
Imagem: Desenho da autora sobre levantamento/ ETU

Diretrizes de Uso e Ocupação para o 2º Pavimento:

1. Destinar o Palácio para uso comum das atividades e cursos de extensão (especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado), ensino (graduação) e pesquisa do Instituto de Psiquiatria/UFRJ e instituto de Neurologia /UFRJ, Instituto de Psicologia/ UFRJ.
2. A Coordenação dos Salões Nobres ficará a cargo do Fórum de Ciência e Cultura – FCC, que deverá zelar por estes espaços, reservando um dos salões para guarda e exposição dos bens integrados remanescentes do Hospício Pedro II. O salão Pedro Calmon continuará como auditório e contará com uma sala para apoio para eventos;
3. Criar espaços de convivência/área de estudos em pontos estratégicos, visando a

integração e sinergia da comunidade acadêmica;

4. Remover mezaninos para reorganização dos espaços internos, melhorando a ventilação e iluminação natural dos ambientes;
5. Restaurar pisos do 2º pavimento com substituição de materiais de baixa resistência e qualidade estética, para madeiras iguais ou similares à existente, restabelecendo a integridade do conjunto e sua funcionalidade;
6. Criar laboratórios de pesquisa, laboratório digital, salas de aula, salas multiusos (flexíveis), sala dos professores, sala de estudos, para uso comum dos cursos.
7. Reduzir as áreas administrativas, que devem permanecer com caráter coletivo, de apoio ao funcionamento das atividades no edifício;
8. Criar banheiros femininos e masculinos, dentro das normas de acessibilidade, segundo layout do primeiro pavimento;
9. Remover divisórias internas construídas com materiais espúrios diversos para reorganização e ampliação dos espaços internos, melhorando a ventilação e iluminação natural dos ambientes;
10. Destinar áreas técnicas para manutenção e equipamentos de lógica/ ar condicionado/ elevadores/ energia, segundo layout do primeiro pavimento. Estas áreas foram baseadas no Projeto de Restauração aprovado pelo Iphan.
11. Restaurar os azulejos artísticos dos corredores do primeiro pavimento, com utilização das oficinas de restauração, visando contribuir para a sustentabilidade, com finalidades também educativas de preservação do patrimônio cultural;

4.2.4. Diretrizes Complementares

1. Revisar o Plano Diretor UFRJ/2020 e Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha, de forma a contemplar a nova proposta de uso;
2. Elaborar o Plano Diretor do Palácio Universitário, Plano de Conservação e de Gestão de Riscos.
3. Rever o Projeto VIVA UFRJ, a fim de se preservar o conjunto histórico remanescente no Campus da Praia Vermelha.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do Palácio Universitário é resultante das atuais políticas de gestão do patrimônio da UFRJ. Às vésperas de completar 100 anos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro enfrenta um cenário econômico bem distante da época da elaboração do Plano Diretor, que tem direcionado a Universidade a buscar soluções sustentáveis, reacendendo o debate sobre a reutilização de seus espaços e patrimônio arquitetônico tombado.

Com o fim do prazo do Plano Diretor em 2020, as proposições contidas neste documento para o Palácio Universitário, e também direcionadas ao Campus da Praia Vermelha, dão lugar à um novo ciclo de discussões acerca do uso e da preservação do patrimônio histórico edificado, e de seu entorno.

A presente investigação apresenta uma proposta de reuso para o Palácio Universitário como alternativa ao Centro Cultural apresentado pelo Plano Diretor, pautada em uma análise teórica e de reflexões acerca da Teoria Contemporânea da Restauração, e sobre a questão do uso como uma importante ferramenta para preservação deste bem cultural.

Considerando o Palácio Universitário um monumento histórico de dimensões que ultrapassam os valores estéticos e históricos atribuídos ao seu passado e memória, incorporamos uma abordagem baseada na atribuição de valores culturais não somente ligados à lembrança, mas também valores contemporâneos, relacionados ao presente desta edificação, com o objetivo de compreender o significado cultural do edifício e orientar um novo uso.

Foi possível concluir que o significado cultural do Palácio Universitário é resultante da coexistência de valores culturais que se complementam, sendo o valor de uso determinante para sua preservação.

Como resultado desta análise, chegamos a uma proposta de reuso de um Centro de Referência em Saúde Mental da UFRJ, como um espaço de memória, do saber, e das relações humanas, contemplando uma ressignificação do Palácio Universitário, a partir da integração e convergência das funções culturais, educacionais e médico-acadêmica presentes nesta Universidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JR, Nivaldo. “**Novas**” **Questões na teoria da restauração do Patrimônio Urbano: Identidades Culturais, Função social e Participação dos Usuários**. UNICAMP- PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção. vol.3, p.58-71. Campinas, abril, 2013.

ANDRADE JR, Nivaldo Vieira de. “**Reuso apropriado e preservação da espacialidade: notas para uma teoria do projeto sobre o patrimônio edificado**”. Revista PROJETAR - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 1, p. 84-91, 2015.

AUSTRALIA ICOMOS. **A Carta de Burra**. Carta do ICOMOS da Austrália para a conservação dos sítios com significado cultural. 1999. Tradução para a língua portuguesa por António de Borja Araújo, Eng.º Civil I.S.T., dezembro de 2006.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance**. Burwood, Australia: Australia ICOMOS Incorporated, 2013.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário do hospício; o cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro Cultural do Ministério da saúde. Mostra virtual “Hospício de Pedro II - da construção à desconstrução”. Brasília, 2014. Disponível em <<http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/index.php>>.

CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha: 1852-1952**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CARNONARA, G. (2012, March 1). **Na Italian contribution to architectural restoration**. Frontiers of Architectural Research Higher Education Press Limited Company.

CARSALADE, F. L. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR, Jorge Abdo. (Org.). **Mestres e Conselheiros, Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural**. 1 ed. Belo Horizonte: IEDS, 2009, v.1, p. 76-90.

CASTRIOTA, L. B. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR Jorge Abdo. (Org.). **Mestres e Conselheiros, Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural**. 1 ed. Belo Horizonte: IEDS, 2009, v.1, p. 40-47.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 283 p.

COELHO, Carla Maria Teixeira. **Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor**. 2018. 328f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2018.

COSTA, Renato Gama-Rosa; “Arquitetura e saúde no Rio de Janeiro” IN: PORTO, Ângela et al. **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MASON, R. **Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices**. In: DE LA TORRE (ED.), M. **Assessing the values of cultural heritage**. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

DIAS, Allister Teixeira; RIBEIRO, Daniele Correa; MACIEL, Laurinda Rosa; MATIAS, Cátia Maria. **Os arquivos do Hospital Nacional de Alienados**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 92-111, janeiro/abril 2019.

DIAS, M. A. (2008). **Palácio Universitário**: Book de Restauro. UFRJ, Rio de Janeiro.

DIAS, M. A.; NOBREGA, C. **O Campus da UFRJ na Praia Vermelha**. *Academia (FAU/UFRJ)*, v. 7, p. 21-33, 2006.

DIAS, BERNARDO S. **A História na medida do Presente**: O Ospedale della Misericordia di Parma. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Architectura da Universidade do Porto, Porto, 2016.

DURAND, Jean-Nicolas-Louis. **Précis des leçons d'architecture données à l'École Royale Polytechnique** (Paris: the author, 1802-5) and *Partie graphique des cours d'architecture faits à l'École Royale Polytechnique depuis sa réorganisation; précédée d'un sommaire des leçons relatives à ce nouveau travail* (Paris: the author, 1821), translated by David Britt.

ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. **Doença mental e cidade: o Hospício de Pedro II**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996.

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andrea; CHAGAS, Daiana Crus; REIS, Cristiane Sá. **No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, p.733-768, dez. 2010.

FIOCRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde**. Programa de Conservação e Restauração de Acervos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/mvdocs/Programa_Conserva_Restaura_verso_aprovadaCD_COC.pdf>.

HOIRISH, Marisa. **De Piso a Teto**: Técnicas construtivas de exemplares significativos da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, séc. XIX. UFRJ, Rio de Janeiro, set. 2012.

HOIRISH, Marisa; SALGADO, Mônica S.; RIBEIRO, Rosina T. M. **Influência das Tecnologias Construtivas nas decisões de Projeto**: uma análise da arquitetura neoclássica no Rio de Janeiro. São Paulo, USP, novembro, 2009.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Carta Internacional sobre Monumentos e Sítios. Maio, 1964.

IPHAN. Processo de Tombamento nº 01458.000332/2016-54. Volume I Parte I. Brasil, 1953.

KERR, James Semple. **The Seventh Edition Conservation Plan**. A guide to the preparation of conservation plans for places of European Cultural Significance. AUSTRALIA ICOMOS, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. In: Revista CPC, v. 1. N.1. São Paulo: CPC, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Conservação e Restauração**. Notas Sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul./ dez. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, B. M. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 309-330, jan./dez. 2004

LYRA, C. C., **A importância do uso na preservação da obra de arquitetura**. Arte & Ensaio (UFRJ), v. 1, p. 53-57, 2006.

LYRA, C.C. **Preservação do Patrimônio Edificado: A Questão do Uso**. Brasília, DF: Iphan, 2006.

MIQUELIN, Lauro Carlos. **Anatomia dos edifícios hospitalares**. São Paulo: CEDAS, 1992.

MUNOZ, Pedro; FACCHINETTI, Cristiana; DIAS, Allister. **Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria: o Pavilhão de Observações (1894-1930)**. Memorandum, Belo Horizonte, v. 20, p. 83- 104, 2011.

RIEGL, Alois. **O Culto modernos dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Ed. UCG. Goiânia, 2006.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **“Lacunas Fundadoras a formação do arquiteto brasileiro no século XIX”**. In. Interpretar Arquitetura; 2004; EA/UFGM; 8; 1; 1; 1; 3; Português; 1519-468X; disponível em: <
<http://www.arq.ufmg.br/ia/IA7online/lacunasfundadoras%20copy.htm>>

RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales. **Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica**. In. NESBITT, Kate (org). Uma nova agenda par a arquitetura: uma antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosacnaify, 2006. P.254-263.

REY, Philippe-Marius. **O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875)**. Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental, São Paulo, v. 15, n. 2, p.382-403, jun. 2012

SOBRAL FILHA, Doralice Duque. **Lazer, Saúde e Ordem: Principais programas desenvolvidos na arquitetura do século XIX no Rio de Janeiro e no Recife**. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU / PROARQ, 2009.

TEIXEIRA, M. O. L. **A psiquiatria e a Universidade no Brasil: a Contribuição de João Carlos**

Teixeira Brandão no seu nascimento. PSYCHIATRY ON-LINE, v. 13, nº11, novembro, 2008.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **“Planos de Conservação: do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras”**. Olinda: CECI, 2013.

UFRJ. **Plano Diretor UFRJ 2020**. Serviço de Mídias Impressas, Virtuais e de Produção Editorial da Superintendência Geral de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cidade Universitária: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf>. Acesso em: abril, 2018.

UFRJ. **Livro UFRJ 90 anos 1920-2010**. Edição comemorativa dos 90 anos da UFRJ. Coordenação editorial: Sistema de Biblioteca e Informação (SiBI). Rio de Janeiro: setembro, 2010.

UFRJ. Seminário Memória, documentação e pesquisa: **Universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro, 2007.

UNESCO. **Conferência de Nara**. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. Nov.1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em: julho, 2018.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. Brasília: Brasil, Iphan, 2016. 163 p., il.

VAN BALEN, K. The Nara Grid: An Evaluation Scheme Based on the Nara Document on Authenticity. **APT Bulletin**, v. 39, n. 2/3, p. 39-45, 2008.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana**. Conceitos e Métodos. Olinda: CECI, 2012.

<https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/im-veis-tombados-s-o-preservados-na-ufrj>. Acesso em 23/04/2019, às 17:35hrs.

<http://www.educacao.ufrj.br/historico/> Acesso em 02/05/2019, às 09:44hrs.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/obras-na-ufrj-docentes-exigem-garantia-de-reitor-17667134> Acesso em 17/09/2019, às 18:00hrs.

<http://www.ccms.saude.gov.br/cultura-e-saude>. Acesso em 18/09/2019, às 17:30hrs.

IPHAN. Reportagem Jornal O Globo, 22 de fevereiro de 1972, página 12.

<https://viva.ufrj.br/>. Acesso em 10/01/2020, às 9:35hrs.

<http://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/21-destaques/2725-viva-ufrj-pode-mudar-campus-e-divide-opinioes>. Acesso em 27/01/2020, às 14:27hrs.

